Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

ANO 56.º/19 176 6$00

SÁBADO 9 OUTUBRO 1976

Uma imagem de 1974: «pides» a caminho de Caxias

Acórdão atrasa julgamento de "pides"

Embora referindo-se especificamente ao caso do ajudante de motorista da ex-PIDE/DGS, José Coelho Inês, um acórdão ontem proferido pelo 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa vem afectar os julgamentos de todos os agentes da antiga polícia fascista, na medida em que declara inconstitucional a Lei n.º 8/75. O incidente, levantado pelo juiz auditor do referido tribunal, vai atrasar os julgamentos mesmo que o Supremo Tribunal Militar declare a lei constitucional.

Entretanto, de acordo com declarações prestadas ontem à Anop, o número de processos já conclusos e enviados a tribunal eleva-se a 366 e não, como tem sido afirmado, a 266. O destino destes processos depende, em grande parte, da solução que vier a ser dada ao problema agora levantado pelo 2.º Tribunal Militar Territorial e, embora não seja possivel admitir que venham a verificar-se mais casos de absolvição da instância, o certo é que não vamos ter julgamentos tão cedo.

Assalto falhou: a pistola era de plástico

ABRANTES, 9 — A dependência do Banco Nacional Ultramarino nesta cidade, foi ontem assaltada por um homem de 38 anos empunhando uma pistola de plástico. Os funcionários do banco cederam às exigências do assaltante, depositando-lhe no saco o dinheiro da caixa: 43.920 escudos.

Concretizada a pilhagem (o assalto durou três minutos) o homem acabou por ser dominado por um agente da P.S.P.. O dinheiro voltou à caixa. O assaltante, Manuel Sanches Oliveira Lopes, é o mesmo que no dia 7 de Setembro levou do Crédit Franco-Portugais, em Lisboa, 152 contos. Pormenor: em ambos os casos, o Oliveira Lopes actuou sozinho, de conta própria.

O assalto à dependência do BNU ocorreu por volta das 14.10 e, à semelhança do que se passara no Crédit Franco-Portugais, também desta vez o Lopes actuou ante a passividade e perplexidade dos bancários. A julgar pelas declarações do comandante da P.S.P. local, os funcionários, apanhados de surpresa, não esboçaram o menor gesto de resistência, limitando-se a accionar o alarme e só quando o agente da P.S.P. o pediu.

No saco, recuperado com a captura do assaltante, estavam já 42 notas de mil escudos, duas de 500, nove de 100 e uma de 20.

Entretanto, a Polícia Judiciária fez deslocar um helicóptero a Abrantes, para transportar o detido para Lisboa, onde deverá ser organizado o respectivo processo.

32 PÁGINAS

Preços congelados por dois meses

MADRID DECRETA AUSTERIDADE

. MADRID, 9 — (ANOP, FP e R.) — O Governo espanhol anunciou a noite passada um plano de austeridade e novas disposições sobre legislação laboral. Ao mesmo tempo, o Conselho Nacional do Movimiento pronunciou-se contra a democratização total das futuras instituições parlamentares espanholas.

O plano de austeridade foi apresentado na TV pelo vice-ministro da presidência, Alfonso Osorio, segundo o qual as novas medidas se destinam a abrandar a actual taxa de inflação no país, que se cifra em cerca de 20 por cento e simultâneamente a reduzir os níveis de desemprego que atingem 7 por cento da população activa do país.

Nas referidas medidas inclui-se: o congelamento dos preços de todas as mercadorias e serviços durante dois meses e a formação de um sistema rigoroso de controlo de preços; a limitação dos aumentos de salários, de acordo com o aumento do custo de vida e o congelamento de bónus pagos aos trabalhadores, cujos niveis se situarão equivalentes aos do ano passado; o combate ao desemprego, através de uma combinação entre o estímulo ao investimento privado e uma utilização mais racionalizada dos fundos públicos. A adopação de medidas destinadas a combater a fraude fiscal.

Alfonso Osorio anunciou ainda outras medidas destinadas a promover a redução de energia, entre as quais se salientam: a redução de velocidade de veículos automóveis; o encerramento menos tardio dos programas de televisão e dos locais de divertimento públicos; a redução do tempo de funcionamento da iluminação pública; novas tabelas, com aumento de preço, destinadas a estimular a redução do consumo de electricidade e combustíveis e a estabilizá-lo ao nível dos anos anteriores.

No plano da legislação laboral conta-se a suspensão por um ano do artigo da lei das relações de trabalho que regulamenta os despedimentos. Por outro lado, o Governo decidiu remeter ao Parlamento um projecto de lei pelo qual se reconhece aos trabalhadores e empresários o direito de constituir associações voluntárias e autónomas para a defesa dos seus interesses.

No caso de ser aprovada, a lei inaugurará uma nova época em matéria de organizações laborais.

Até agora, trabalhadores e empresários estão incluídos nos sindicatos verticais, controlados pelo regime franquista, que, com a nova lei, desaparecerão.

Comentando a suspensão do artigo relativo aos despedimentos, o jornal «Pueblo», órgão dos sindicatos, adverte que um regresso ao regime de despedimento livre, poderia constituir um erro político.

Enquanto isto, o Conselho Nacional do «Movimiento» franquista aprovou por 80 votos contra 13 e 6 abstenções o projecto de reformas políticas apresentado pelo primeiro-ministro Adolfo Suarez.

Contudo o Conselho introduziu três emendas limitativas do alcance das reformas. Uma primeira visa a representação no Parlamento de «interesses económicos, sociais, profissionais, culturais». Outra confere à Câmara dos Deputados e ao Senado poderes idênticos. A última exige que o Conselho do Reino — organismo de 17 membros considerado um dos mais representativos do «Bunker» de Franco — seja consultado acerca de todos os projectos de referendo e que o Governo se conforme com a decisão desse órgão.

O Conselho Nacional é constituído por 110 membros e tem apenas um poder consultivo. No entanto, inúmeros conselheiros são também procuradores às Cortes, e, como tal, devem votar o projecto de reforma de Suarez.

As emendas do Conselho Nacional do «Movimiento» fornecem uma indicação acerca do acolhimento que as Cortes poderão reservar ao projecto do primeiro-ministro, segundo os observadores.

PÁG. 13

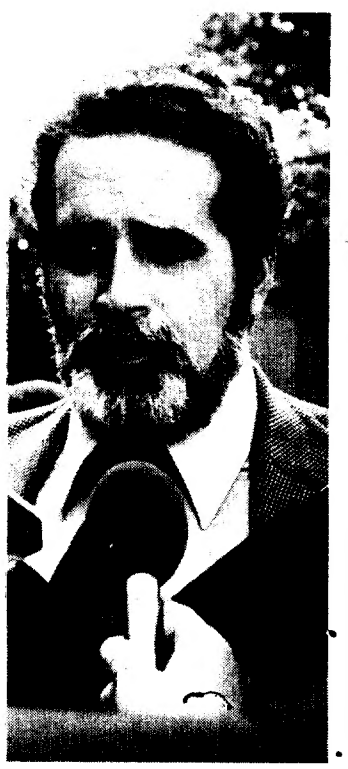
- HUA SUCEDE A MAO
- ESTUDANTE FABRICA BOMBA ATÓMICA
- PREÇOS AUMENTAM EM ITÁLIA
- CUBA ELEGE PODER POPULAR

Lisboa consagra autogestão

. Ao aprovar na sua reunião extraordinária de ontem um diploma impedindo os patrões de reclamarem empresas actualmente geridas pelos trabalhadores, o Conselho de Ministros consagrou a autogestão (pelo menos alguns casos em que a autogestão actualmente é uma realidade). Entretanto três ministros falaram aos jornalistas à entrada para S. Bento: Marcelo Curto (Trabalho), Almeida Santos (Justiça) e Costa Brás (Administração Interna).

Marcelo Curto disse que o caso dos vinte e três despedimentos na RTP pode ser reconsiderado (se o Palácio Foz estiver disposto a isso); Almeida Santos mostrou-se de acordo com a criação duma brigada especial mista formada pela PJ e pela PJM para tratar das investigações sobre a rede bombista; Costa Brás anunciou que vai no dia 25 à Grécia a uma reunião de ministros do Interior dos países do Conselho da Europa.

(PÁG. 2)



Nacional

Politica de A a Z

ANGOLA E AS NAÇÕES UNIDAS

Os democratas sinceros, os portugueses anticolonialistas e antifascistas, não poderão deixar de apoiar as palavras do ministro Medeiros Ferreira em defesa da entrada imediata na O. N. U. como membro de pleno direito, da Angola independente. O reconhecimento da independência de Angola sofreu, da nossa parte, um muito lamentável atraso que altamente prejudicou as nossas relações com a nova nação africana. Deixá-mo-nos ficar para o fim envolvidos em discussões estéreis, acaso impregnadas de mentalidade colonial, de paternalismo, de jurisdicismo. Existiam os «Acordos de Alvor» a embaraçarem-nos. E não vencemos, como se impunha, a obstinação de nos fixarmos numa plataforma política que foi sempre utópica, e que, com o desenvolvimento da situação interna angolana e com a evolução da conjuntura internacional, evidenciou todos os seus pontos fracos, de algum modo se convertendo num propósito de interferência na dinâmica realidade angolana.

No discurso que pronunciou na Assembleia Geral da O. N. U., o ministro Medeiros Ferreira que regressara de conversações positivas (segundo consta) com o seu colega angolano, José Eduardo dos Santos, deu um passo, não apenas retórico, mas político, no sentido de patentear que o Portugal de Abril — um Portugal anticolonialista e antifascista — estará ao lado de Angola, fraternalmente (e não paternalmente), para se bater nos organismos internacionais pela justiça que a Angola é devida: o seu pleno reconhecimento como Estado soberano.

DESBLOQUEAR AS RELAÇÕES COM ANGOLA

A atitude de defender a imediata entrada de Angola na Organização das Nações Unidas, é, como se sublinhou, da maior oportunidade e de grande justiça. Mas não nos poderemos contentar com palavras sejam elas, como estas, oportunas e justas. Parece necessário aproveitar a «abertura» para desbloquear as relações entre Portugal e Angola para criar entre os dois países relações não só de amizade formal mas de cooperação efectiva. Desde as relações culturais às relações comerciais, desde a assistência técnica à assistência militar, desde o apoio em quadros à convergência nas iniciativas internacionais, todo um vasto campo se abre à acção e à imaginação dos defensores sinceros das relações de um novo tipo entre o Portugal da «Revolução de Abril» e a Angola independente. Desburocratizar as negociações, multiplicar os contactos, estabelecer pontes, são formas de consolidar os passos recentemente dados no sentido de uma aproximação. Há um capital político de luta comum que deverá ser investido na nova e urgente fraternidade que devemos cimentar entre Portugal e Angola.

Por outro lado, não se deverá esquecer que a melhoria das relações com Angola, não nos dispensa de melhorar e com um calendário imperativo, as relações entre Portugal e Moçambique.

COMBATER O RACISMO

O Governo ou alguns membros do Governo ter-se-ão apressado a reconhecer que o conflito que, nas Minas da Panasqueira, opôs mineiros a mineiros, mineiros portugueses a mineiros cabo-verdianos, foi um conflito de características raciais. Isso parece incontestável. A violência que assumiu deverá dar lugar a uma reflexão não só sobre as causas pontuais do «caso das Minas da Panasqueira», como do alastrar de um comportamento que é de censurar e de combater. Não podemos aceitar o racismo. Os trabalhadores portugueses, nos países de capitalismo desenvolvido onde procuram trabalho, são, também, muitas vezes vítimas de discriminações, de segregação, de vexames. Contra as discriminações racialistas de que os nossos compatriotas têm sido objecto, sempre temos reagido. Não podemos deixar de reagir contra um racismo antiafricano que opõe trabalhadores a trabalhadores, e que, além de desrespeitador da dignidade humana, contém a revivescência, ou reafirmação, de um primitivismo feito de ignorância que a reacção poderá utilizar, agravar, explorar. Como problema de «caracteristicas raciais», os acontecimentos ocorridos na Panasqueira carecem de um tratamento pedagógico e político. Não deverão ser considerados como um simples, e localizado, caso de «ordem pública».

UMA BATALHA A VENCER

Esta batalha contra o colonialismo, e contra o racismo — como os acontecimentos das Minas da Panasqueira vieram mostrar — é uma batalha a vencer, é um combate importante contra vícios de mentalidade e interesses arreigados que terá que ser levado a seu termo. O Governo e os «partidos» não se poderão distrair dessa urgente campanha de esclarecimento e de educação cívica. São tantos, tão poderosos, tão ofensivos, os meios de que a «direita» se serve para atacar a «descolonização», é tão vasta, caluniosa e vil a campanha pessoalizada contra os obreiros directos da «política de descolonização», que se torna necessária uma actividade planeada, sistemática, de educação política das populações. E, claro, não bastam as palavras. Impõe-se dar aos detractores da «descolonização» a adequada resposta: uma política de austeridade, de trabalho, de progresso, de desenvolvimento, de justiça social. O «problema dos retornados» é um problema nacional. A sua recuperação para a reconstrução de um Portugal democrático a caminho do socialismo, passa pela demonstração prática de que a nova orientação política respeita e defende os verdadeiros interesses de Portugal. O «problema dos retornados» não se resolverá com subsídios; resolve-se com trabalho e com educação política.

CONSELHO DE MINISTROS DECIDIU

Empresas em autogestão não serão restituídas

A resolução mais importante do Conselho de Ministros na sua reunião de ontem em S. Bento foi a aprovação de um decreto-lei que «impede a propositura de acções de reivindicações ou restituições de posse do património de empresas que estejam a ser geridas por trabalhadores». Quer isto dizer emqueasempresasactualmente em regime de autogestão não poderão ser restituídas aos seus ex-proprietários, que estes tão-pouco poderão diligenciar nesse sentido. O diploma aprovado suspende as acções que actualmente se encontram pendentes e trata-se, no dizer do comunicado emitido no final do plenário do Governo de «medidas destinadas a impedir a perturbação do funcionamento das citadas empresas. Iguais medidas — diz o texto — são adoptadas no respeitante a execuções, providências cautelares, declarações de falências, dissoluções e liquidações de unidades produtivas nas mesmas condições».

O diploma — transcrevemos ainda, do comunicado — «insere-se no conjunto de medidas destinadas a regularizar a situação das empresas privadas que, mantendo-se embora na titularidade dos proprietários, têm sido efectivamente geridas pelos trabalhadores. Oportunamente, o Governo apresentará à Assembleia da República uma proposta de lei sobre o estatuto jurídico dessas empresas em que se atenda à diversidade das situações concretas e às legítimas aspirações dos trabalhadores».

Outras resoluções do Conselho de Ministros na sua reunião de ontem: foi aprovado um decreto-lei que introduz alterações e ajustamentos a um decreto em vigor relativo ao regime eleitoral dos órgãos das autarquias, «com vista a torná-lo mais operativo e adequado às realidades da vida nacional»; outro decreto aprovado cria a auditoria jurídica do Ministério da Justiça; outro diploma vai permitir o aumento de pessoal, mediante recrutamento local, Polícia Judiciária da Madeira e dos Açores; foi aprovado um «colégio de expropriações» no qual, «por forma ordenada e sistemática, se disciplinam matérias dispersas por vários textos legais. O Conselho aprovou ainda um decreto-lei autorizando o MAI a conceder subsídios aos municípios (até ao montante global de 7500 contos).

COSTA BRÁS VAI À GRÉCIA

Ainda na sua reunião de ontem, o Conselho de Ministros autorizou o ministro da Administração Interna a deslocar-se à Grécia no próximo dia 25, para participar numa reunião de ministros do Interior dos países membros do Conselho da Europa. Segundo o comunicado do CM, «a reunião tratará de problemas de cooperação a nível de comunidades regionais e locais».

ESCOLAS SUPERIORES

Mas uma das mais relevantes resoluções do Conselho de Ministros de ontem é a aprovacendo a organização e o funcionamento democrático dos estabelecimentosdeensinosuperior.

O diploma enumera os órgãos dos estabelecimentos do ensino superior (Assembleia Geral de Escola, Assembleia de Representantes, Conselho Directivo, Conselho Pedagógico, Conselho Científico, Conselho Disciplinar) e determina a sua constituição, atribuições, competência e funcionamento — «de maneira a conseguir actuações uniformes no sector, no respeito por uma estrutura participativa responsável».

Linha de Sintra: escolas a menos para alunos a mais

«A carência de instalações na Linha de Sintra (apenas três liceus e duas escolas técnicas para uma zona que incluia a maior freguesia da Europa e o terceiro maior centro populacional do País — a Amadora) e o mau aproveitamento das existentes leva ao «armazenamento» de alunos em salas sem o mínimo de condições. Cita-se por exemplo, o Liceu Nacional da Amadora com 39 salas para 6000 alunos e cuja capacidade é de 2400 alunos». Estes alguns dos números adiantados pelas comissões sindicais do Liceu Nacional da Amadora, de Queluz e de Sintra, das Escolas Gama Barros (Cacém), Ferreira Dias (Cacém), António Sérgio (Cacém), Visconde Jerumenha (Mercês), Roque Gameiro (Amadora), D. Carlos I (Sintra e D. Francisco M. Melo (Amadora).

Informa ainda o comunicado: «Segundo as normas pedagógicas internacionalmente aceites, o número máximo de alunos por turma é de 25 (já o ano passado isso se verificava em grande número de escolas). Como se compreende que o M. E. I. C. estabeleça como número mínimo 30 alunos por turma para o Ensino Secundário (podendo atingir 36 ou mais) e 35 para o Ensino Primário (podendo atingir 60 ou mais, caso da escola Icesa em que há turmas de 75 alunos?) Há casos de escolas, como, por exemplo, a Escola Preparatória D. Carlos I em Sintra onde, havendo salas vagas, o M. E. I. C. não permite a redução de números de alunos por turma. Por um lado, estas medidas baixam a qualidade do ensino e, por outro, diminuem o número de postos de trabalho (em cerca de 20 por cento)

Cardia: despreocupado

lançando professores no desemprego».

Também o comunicado refere os dois problemas que maior impacte têm criado na opinião pública: a colocação de professores e profissionalização e dignificação do ensino. Denunciam a recente legislação do M. E. I. C. como causadora de desemprego para dezenas de milhares de professores quer no ensino primário quer no secundário.

Quanto à profissionalização perguntam-se como ela é permitida sedos «12000candidatos ao estágio, apenas foram admitidos 3000», quando os «cursos de reciclagem foram, nalguns casos, suprimidos e, noutros, reduzidos de 15 a cinco dias».

Sobre o recente despacho do M. E. I. C. que determina a confidencialidade na feitura dos horários e na colocação de professores, exigindo que «os horários sejam feitos unicamente por professores efectivos e agregados já colocados (cerca de 15 por cento dos professores) vem, neste momento impedir, na maior parte das escolas, a continuação da elaboração dos mesmos, visto que grande parte dos elementos das Comissões Directivas de Horários são professores eventuais». Finalmente, o comunicado apela a todos os estudantes para apoiarem e estarem presentes na manifestação dos professores a realizar no próximo dia 12.

«MANIF» NÃO ALTERA POSIÇÕES

Interrogado sobre a posição do M. E. I. C. em relação à próxima manifestação dos professores contra os decretos que estabelecem as normas de contratação dos docentes, Sottomayor Cardia afirmou à entrada do Conselho de Ministros que «algumas pessoas tinham todo o direito de manifestarem-se, conforme garante a lei. Sobre isso eu não tenho nada a dizer». O ministro responderia ainda a uma pergunta sobre a manifestação poder vir a alterar a sua posição quanto à contratação dos docentes. Resposta de Sottomayor Cardia: «Não vejo como nem porquê. Seria extraordinário que uma manifestação alterasse um projecto de actuação de um Governo».

PUB.

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO E SUL

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

AVENIDA ALMIRANTE REIS, 45-1.º TELEFS: 83 93 18/84 86 33–LISBOA-1

MOÇÃO

Conscientes de que a unidade de todos os trabalhadores é fundamental para consolidar as nossas conquistas e reforçar a luta contra o avanço descarado do patronato interessado em dividir para reinar, lamentamos e repudiamos os movimentos divisionistas iniciados pelas Direcções Sindicais da «Carta Aberta» responsabilizando-as pelas consequências funestas para o movimento sindical português que podem advir da sua actividade irresponsável antidemocrática e antioperária.

Esta moção foi aprovada por unanimidade em plenário de Delegados Sindicais realizado no dia 6 de Outubro de 1976.

Lisboa, 8 de Outubro de 1976

A DIRECÇÃO

EXTERNATO ANA SULLIVAN

AV. DA BOAVISTA, 3770 – TEL. 684772

EDUCAÇÃO DE CRIANCAS DIFICEIS

post scriptum

Recuperação para quem e à custa de quem?

O dr. Mário Soares pronunciou há dias uma conferência que, pelo conteúdo e fins, foram e são temas de ampla discussão. O Primeiro-Ministro conseguiu demonstrar o que já se sabia ou esperava.

O Art.º 2.º da Constituição diz que «a República Portuguesa é um Estado democrático, baseado na soberania popular, que tem por objectivo assegurar a transição para o socialismo, mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

Ora, se a base de uma sociedade democrática terá de assentar ou ser a resultante da acção dos trabalhadores, vemos muito bem a relativa ambiguidade do (s) discurso (s) do Primeiro-Ministro em determinadas questões fundamentais. De resto, é bem sabido quem são os explorados. Sabemos todos quem sabotou, quem levou este País até à agonia.

Por outro lado, e ainda na apresentação do Programa de Governo assistimos a ataques a partidos de esquerda, a trabalhadores, a instituições democráticas. Não faltando os elogios quase comovedores a dirigentes direitistas. Sabemo-lo e daqui o não compreendermos o «ser ou não ser socialista», mesmo que tal ambiguidade permita uma determinada margem de manobra. No entanto, com todo o seu «pluralismo» o Programa de Governo passou, embora sem votação.

Decorrido já algum tempo, pouco se avançou em proveito da classe trabalhadora. O Governo pede-nos austeridade, no entanto, ele próprio não a faz, ao consentir que deputados seus ganhem ordenados exorbitantes, dignos das classes exploradoras, que afinal é o dinheiro do povo trabalhador. Os altos vencimentos quando se fala com tanta ênfase da política de austeridade, não são moralmente defensáveis, antes comportam indignidade.

Quanto ao controlo de gestão e no dizer do dr. Mário Soares, «que o Governo procederá à imediata institucionalização do controlo de gestão, como forma de intervenção dos trabalhadores na vida das empresas». À face da Constituição da República, constitui um abuso do Governo, um acto ditatorial cometido contra os trabalhadores. Um dos processos mais conhecidos e mais vulgarizados, através dos quais um Governo ofende a legalidade democrática constitucional, é o de, mercê de leis ordinárias (leis que na hierarquia da ordem jurídica se situam escala abaixo da lei constitucional), regular no domínio de matérias que a Constituição reservou para seu exclusivo.

Também falou o dr. Mário Soares na unicidade sindical, ao pretender contactos com os sindicatos «democráticos e os da linha da Intersindical». Que nos venha o CDS falar destes assuntos, é uma coisa, agora um governante socialista é que não. Ao pretender dividir os trabalhadores com os ataques à Central Única dos Trabalhadores, não se lembrando, no entanto, que ela existe há muito mais tempo que o próprio Partido Socialista. A democracia constrói-se e o caminho do socialismo percorre-se com os trabalhadores e não contra os trabalhadores. Faço minhas as palavras de um deputado; «Há que dizer que quando a ditadura fascista não conseguiu impedir e abafar a organização independente dos trabalhadores, não será num regime democrático que ela será impedida.

Por último, as medidas impopulares anunciadas pelo Primeiro-Ministro, o 13.º mês e os Títulos do Tesouro. O dr. Mário Soares não deve estar esquecido que o 13.º mês é uma conquista da Revolução e que os trabalhadores nada devem, ao actual Governo, no que concerne às suas conquistas e realizações.

Fala-se muito, ultimamente, em recuperação capitalista. Estou convencido que os trabalhadores estão dispostos a todos os sacrifícios que os conduzam à libertação, à justiça social, à democracia. Só não compreendemos por que hão-de ser só os trabalhadores a sofrer as consequências, sem serem consultados. Efectivamente, estes só podem aceitar sacrifícios em benefício da sua classe. Esta conquista, corre o risco de vir a ser anulada pelo Governo.

Pretende-se assim a recuperação económica. Recuperação de quem? Á custa de quem? E para quem? Por tudo isto o trabalhador interroga-se, angustia-se. Fica indignado e teme.

O dr. Mário Soares fala-nos dos deveres do trabalho. No «trabalhar no duro». Mas saberá ele o que é trabalhar no campo, nas fábricas, nas oficinas? Para o dr. Mário Soares o que interessa é a recuperação económica. Recorrendo assim aos trabalhadores, impondo-lhes austeridade, títulos do Tesouro, trabalho duro e não só. Esquece-se no entanto o Primeiro-Ministro da grande burguesia exploradora. Como vai o dr. Mário Soares dar títulos do Tesouro a tal gente? Pois a maioria não tem ordenado. Mas em trica da austeridade e títulos do Tesouro, o dr. Mário Soares, para ser coerente, certamente que nos irá dar o direito ao trabalho justamente remunerado, uma garantia de uma condigna vida na velhice, uma assistência médica gratuita e eficiente, uma baixa de preços dos produtos alimentares de primeira necessidade e da habitação e cumprir o Art.º 81.º da Constituição.

Gastão Alberto Moreiras
LISBOA

ENSINE-SE A CONSTITUIÇÃO

MANUEL RAMIRO SALGUEIRO

. O sr. Luzuriaga, pedagogista muito nosso conhecido neste país através das traduções do sr. Dâmasco Penna, São Paulo, Brasil, afirma em dado passo que «existe, sobretudo nos povos latinos, uma tendência a legislalar sem levar em conta as condições da realidade, e daí, muitas vezes, o não cumprimento.» (1).

Ao meditar nesta afirmação não vou de modo nenhum concluir que a Constituição foi legis'ação inútil. Mas tenho em mente as andanças políticas que a Constituição Política-76 terá de calcorrear até que todo e qualquer «cidadão» português perceba pelos factos que ela de facto existe, não só nas linhas e nas entre-linhas, a ponto de tornar-se o dogma político sobre o qual este país deverá pautar o seu comportamento. É que se sabe da existência da Constituição e luta-se pela sua aplicação ao nível sóciolaboral, ao nível político geral, mas ao nível pedagógico, que eu saiba, nada há que garanta que ela é também um documento de educação.

Verifico uma renhida luta de classes ao nível político-pedagógico, entre bases e cúpulas, entre cúpulas e serviços intermédios, entre serviços intermédios e bases. Enquanto essa luta se desenvolve as escolas permanecem num marasmo que assusta. O ministro faz saneamentos. Os professores dentro dos edifícios escolares (pelo menos de alguns) reagem tal qual como nos tempos áureos do fascismo, pela inutilidade, pela irresponsabilidade social, pelo não-te-rales. Dizem que o ano escolar irá começar dentro de alguns dias. Mas como? Lá de cima falam em que se devem discutir programas, cá de baixo os programas não existem, para serem discutidos. Lá de cima dizem que querem ordem, cá em baixo há cada vez mais desordem. Eu pergunto a toda a esta gente se de facto já leram a Constituição. Claro que sim. Pergunto ainda se a acham documento inútil ou aplicável. Parece que o que se passa deixa antever várias hipóteses. E é aqui que em temo.

Temo muito pelos programas «democráticos» que irão ser aplicados pelos professores neste período de transição e invertebrado de quatro anos, apesar de a Constituição ser um dogma. Mais ainda temo pelos professores ignorantes voluntários da Constituição que pululam em grande número por aí, e que nem se lhe opõem nem a defendem. Temo muito pelos a quem a aplicação da Constituição não interessa mesmo e no seu ensino, bem misturados no grupo anterior, irão deturpá-la. Temo muito pela impetuosidade irreflectida da gente moça a quem vai ser comunicada uma educação invertebrada do ponto de vista cultural e político, só para se agradar a uma «maioria presidencial» ela também invertebrada do ponto de vista político, mas bem vertebrada do ponto de vista partidário. Temo muito pelo ramerrão pedagógico feito de clichés que mais uma vez se vao repetir este ano, porque os professores não foram reciclados, pelo menos que eu saiba, nem isso na realidade convinha. Temo muito pelos programas, que irão ser propostos aos professores, que eles depois proporão aos estudantes, não escolhidos, não discutidos, não classificados por eles. Temo muito por ter de enfrentar por mais um ano uma escola inútil, irresponsável, indisciplinada e inoperante, ao serviço de supostas «maiorias», com repressão policial nos corredores e «gorilas» disfarçados entre a gente. Temo muito pelo absentismo medroso de muitos professores, talvez os mais mal intencionados. Temo muito pela não resposta mais uma vez dos serviços ministeriais.

Na minha fraca compreensão, parece-me que seria tarefa prioritária para a escola portuguesa, para este ano, que mais uma vez vai ser indefinido quanto a tudo, uma verdadeira Pedagogia da Constituição, o dogma fundamental, ao que creio, já definido «democraticamente». Este documento deveria ser de meditação contínua para todo o português que, ao viver um dia-a-dia conturbado de contradições, as compreende como necessárias num «período de transição» para o equilíbrio proposto por ele, Constituição. Esta deveria permeabilizar todas as vontades, todos os trabalhos, todos os espíritos, todas as normas, todas as actividades. É a única realidade que está definida neste país, e «democraticamente». Portanto deve ser a única realidade democrática que deverá merecer confiança absoluta. Ou não será?

. Nas escolas deve haver com certeza professores que conhecem bem a Constituição ou que a quererão conhecer bem. Deles pode partir a dinamização da mesma. Mesmo que não sejam os oficialmente arrolados, os quais até pertencem muitas vezes aos que já chamei «ignorantes voluntários». E não é preciso sequer fazer politiquice. Basta o espírito. Nas «conferências cubiculares à porta fechada!» deve-se fazer este apostolado. Se se fala de futebol, de modas e problemas familiares acho que a Constituição também lá deve ter um lugarzinho ao sol. Nem é preciso citá-la. Basta supô-la. Basta que ela informe e vivifique o que se lá arenga. E se se citar, «o professor é rei e senhor dentro da sua aula». Porque até disto já temos que ter medo nos tempos que correm. Mas para além disso este país ainda não retrogradou tanto que não permita conferências, debates, colóquios e artigos de fundo nos jornais de parede acerca do seu documento fundamental. E de admirar que o próprio MEIC não tenha atirado ainda para as escolas quaisquer normas atinentes ao assunto. Medo de proselitismo? «Ao menos no essencial». Perdoe-se-me a ironia. Mas é que se verifica uma tal apatia pedagógica por aí, que eu francamente temo pela pedagogia política que queremos neste país, tal o modo como voluntariamente se ignora a Constituição nos locais escolares. Não há normas oficiais. E os professores, efectivos e já colocados, não tentam encontrá-las através de um diálogo são e honesto, preocupados sim em nao comparecer, em não discutir, como se este país continuasse a ser de ministros e não de todos. Pois a Constituição diz precisamente o contrário. Ela defende a responsabilidade de cada cidadão para tornà-lo co-responsável na vida de todos os dias. Será que nas nossas escolas não há cérebros que sejam capazes de imbuir as relações pessoais, as actividades pedagógico-docentes, os programas, do espírito da Constituição, uma vez que nunca qualquer norma ministerial, por demasaidamente vaga e apenas escrita, o fará, se os cérebros individuais não estiverem receptivos para ela? A inutilidade corta dentro das paredes dos locais escolares.

Voltando à citação supra, será que neste país, se fez para as escolas uma lei fundamental precipitada e impassível de aplicação, uma vez que nem para discussão serve? Será que essa lei só é para aplicar ao nível extraescolar? É este mais um dos meus temores. Os «úteis» mais uma vez vão mostrar quanto valem para marginalizar os «inúteis». Será que é verdade «a frequência aterradora de reformas de educação pública nesses países (latinos) e a ineficácia das suas leis escolares» (leia-se Constituição) (2).

Aqui reitero uma Pedagogia da Constituição, como tarefa prioritária para a escola portuguesa indefinida, do ponto de vista pedagógico-sócio-cultural. Através de um espírito informador de toda a actividade. Através de debates, conferências, ao nível extra curricular, já que dentro do caixote da aula, essa atitude vai ser apodada de partidária e «comunista». Através de encontros interescolas. Através dos jornais de parede, das redacções, dos trabalhos práticos de Introdução à Política (ou coisa que o valha), do tratamento dos programas quase de certeza voluntariamente invertebrados, das evasivas sócio-político-culturais que permitem a Filosofia, o Português, a História, a Geografia, o Teatro, etc, através de normas concretas do MEIC, e do Sindicato dos Professores, não esquecendo um apelo, e este o mais fremente, para as associações estudantis.

Para descanso dos mais tímidos nada mais faremos do que a aplicação «ipsis verbis» e a nível escolar dum documento emanado da Assembleia da República e promulgado pelo Presidente deste país, no dia 2 de Abril de 1976, se não erro, nada mais faríamos do que usar da prerrogativa constitucional que nos confere o artigo n.º 37 da mesma Constituição a qual nos permite «liberdade de expressão e informação», e os artigos 45, 47 e 48, pelo menos.

Nem se trata de se ser facciosos ou partidário, mas sómente de dar a conhecer a lei fundamental deste País, que em princípio interessa a todos até para os que a rejeitam a poderem maltratar à vontade, em compensação os que a respeitem a fiquem a conhecer cada vez melhor e a respeitem cada vez mais. E nós, os professores das escolas deste país, temos uma responsabilidade muito grande na sua marcha, embora o fascismo nos atirasse para um canto, precisamente porque não queria que nós fôssemos os seus mais ferozes acusadores, subvertendo a juventude que ele queria bem aperrada à sua falsa pedagogia política.

Na realidade em Política interessa sobretudo a prática. Mas em face da tempestuosidade das contradições de classe que ainda vivemos, corremos o risco de esquecer o farol espiritual que nos deve nortear, e que é apenas a Constituição Política da República Portuguesa.

1) Lorenzo Luzuriaga, Pedagogia Social e Política, São Paulo, Brasil, 1960, pág 176.
2) idem, pág 177.

Lisboa, 3 de Outubro de 1976

OS NÚMEROS DA VERGONHA

Não é um discurso, é um bater sempre na mesma tecla. Todos os anos, por altura da reunião do Banco Mundial, o seu presidente McNamara insiste mais vigorosamente na «pobreza absoluta» que há nos países em vias de desenvolvimento. No texto que acaba de pronunciar em Manilla, a sua obstinação tem algo de comovedor. Tanto mais que ele é obrigado a constatar ao mesmo tempo o agravamento do fenómeno e a diminuição do interesse activo que por ele têm os países ricos.

A situação de perto de um bilião de homens, os mais pobres do Planeta, não nudou praticamente nos últimos dez anos e o seu número tende a aumentar. A sua existência **quase não se pode dizer humana** escreve McNamara. A alimentação é tão pobre em proteínas nessas regiões, que o cérebro das crianças é atingido e a taxa de mortalidade é oito vezes mais elevada do que nos países industrializados. Notemos também que a esperança de vida não vai além dos cinquenta anos e que o analfabetismo atinge 62 por cento dos adultos. Quanto à receita média por habitante ela é inferior a 100 dólares por ano (3200 escudos aproximadamente).

Devemos ter constantemente diante dos olhos esses números da vergonha. O presidente do Banco Mundial brande-os sem reserva. Melhor ainda, entra no caminho das críticas.

A triste verdade é que, nos nossos dias, a pobreza absoluta é filha da negligência e, neste domínio somos tão culpados como outros. A negligência: a palavra parece fraca para caracterizar essa mistura de egoísmo e cegueira, mas em todo o caso, descreve bem certa atitude de quase todos os **responsáveis** tanto dos países ricos como dos países pobres, e ainda das organizações internacionais. Vivendo num mundo cultural que tende a fechar-se em si mesmo não **vendo**, na verdade, a miséria, mas sim relatórios ou peritos, põem em acção as suas missões e arrumam na gaveta das «fatalidades» o flagelo da pobreza.

McNamara tem razão ao desejar que a luta contra a pobreza mais gritante compete antes de mais aos governos dos países interessados. Que se verifica? Essas nações que, no entanto, conseguiram financiar, à custa dos seus magros recursos, quase 90 por cento dos investimentos destinados ao seu desenvolvimento, mal consagraram 3 por cento do seu produto nacional bruto à agricultura, e fracos apoios à planificação demográfica ou aos serviços públicos essenciais. Claro que se trata de médias, e poder-se-ão citar excepções felizes, mas quem não vê que a agricultura e o equi-

Continua na pág. 4

Nacional

Se morrem chamam-lhes homens, se matam são cabo-verdianos

DANIEL REIS

Um morto, uma dezena de feridos, centena e meia de operários emigrantes deslocados dos seus locais de trabalho e ameaçados de repatriamento, tal é o balanço da tragédia acontecida nas Minas da Panasqueira. O choque foi brutal: trabalhadores contra trabalhadores, guerra aberta e violenta entre irmãos submetidos à mesma exploração diária e separados, apenas, pela cor da pele, pela nacionalidade e, sobretudo, pelo acirrar destas diferenças que os seus inimigos de classe procuraram e conseguiram transformar em aparentes contradições.

Tinha havido uma primeira reacção do género no funeral dos funcionários da Carris assassinados, há tempos, na Cruz Quebrada. Na altura morreu um cidadão porque a cor da sua pele era mais escura que a dos demais. Desta feita, a confrontação chegou, terrível, com as consequências que não são ainda avaliáveis mas que eram previsíveis se atendermos a um determinado número de factores.

Em primeiro lugar, a ameaça de desemprego que provoca a intranquilidade e leva a lançar as culpas sempre sobre o elo mais fraco: aqui os cabo-verdianos emigrantes, tal como em França e na Alemanha os portugueses, os turcos e os argelinos.

Em segundo lugar, a cor da pelo; é a mesma dos que nas guerras de libertação obrigaram o colonialismo a vergar a cerviz e a arredar o pé da África. Os saudosos desse tempo (e são mais do que parecem, no aparelho militar, na administração, no mundo dos negócios e da indústria), os que tinham a ganhar com a exploração colonial e, no 25 de Abril, ficaram irremediavelmente de lado, despejam hoje a raiva sobre o homem negro que passa na rua, tal como lançavam bombas em tudo o que «cheirasse» a Angola, a Moçambique e aos países africanos progressistas.

Em terceiro lugar a histérica campanha movida em órgãos de comunicação social, ainda hoje, a propósito da descolonização, e do estabelecimento de relações com os novos países. Para esta campanha todos os pretextos servem e, como os cabo-verdianos estão mais à mão...

Vejam-se alguns factos relacionados com cabo-verdianos e tal como dois jornais os apresentaram aos seus leitores. Eles explicam muita coisa.

O jornal «O Dia», de 26 de Junho, dava ao relato do julgamento de um caso em que tinham sido selvaticamente assassinados dois trabalhadores cabo-verdianos o modesto título «Discussão de futebol termina com duas mortes»; mas no mesmo jornal, três dias antes, o julgamento de um caso ocorrido em Novembro passado e em que um cabo-verdiano fora morto por patrícios seus era titulado, a cinco colunas, com verdadeira raiva animalesca: «No centro da cidade de Lisboa: Bandos de cabo-verdianos assaltam, matam e roubam com imperturbável espírito sanguinário».

Ora, acontece que o primeiro dos casos referidos chegou aos jornais, através da habitual informação judicial e onde se podia ler, com horror, o que se segue:

. **Surgiu nova contenda entre cabo-verdianos metropolitanos, agredindo-se mutuamente à pedrada, a soco e a pontapé registando-se mais feridos sem gravidade. Aqueles (os cabo-verdianos) em menor número fugiram para as suas camaratas. Os brancos decidiram então cercar um desses dormitórios, lançar fogo, para matarem todos os cabo-verdianos que lá se encontrassem. Feito o cerco, o grupo atacante lançou petróleo dentro do barracão mas não chegou a deflagrar incêndio o que foi evitado por um dos ocupantes. Os assaltantes munidos de picaretas, pedras, paus, entraram no recinto provocando os maiores disturbios, pondo em debandada os homens de raça que se acolheram noutras camaratas na zona da Damaia. Nesta refrega houve mais feridos. É nesta altura que se consumaram os dois crimes. Ficaram para trás a aguardar melhor oportunidade de se escaparem os cabo-verdianos Filipe Tavares da Silva, de 24 anos, solteiro e António Varela, de 21 anos, solteiro, ambos trabalhadores. Então, os réus (...) armados de picaretas, um pau e um ferro agrediram barbaramente aqueles dois homens, perfurando o lado esquerdo do tórax, além de gravíssimas lesões internas, dando-lhes morte quase imediata».**

O «Diário de Notícias» também deu o seu contributo, ainda que mais modesto, para o exacerbar da animosidade contra os emigrantes africanos em Portugal. As mesmas duas notícias mereceram títulos reveladores do que vai por aquela casa e, infelizmente, por este País. **Dois homicidas condenados a 16 e 17 anos de prisão** era o título do crime de horror e selvajaria referida atrás e ocorrido na Damaia. O segundo dos casos, já passado em Novembro de 75, fora titulado no dia 24 **Mais oito cabo-verdianos condenados por assassínio.**

Ou seja: quando morrem chamam-lhe homens, quando matam são cabo-verdianos.

Haveria outros factos — e mais graves — a revelar, como o comportamento de militares, de certa unidade dos arredores de Lisboa, para com cidadãos africanos dos bairros pobres, tal como se a guerra colonial continuasse e se Algés de Cima ou a Reboleira fossem tabancas da Guiné. Mas, felizmente, estes factos têm sido menos frequentes nos últimos meses.

No momento em que o poder político vai arrumando as questões do contencioso colonial e relações de amizade se vão estabelecendo com os novos Estados africanos de língua portuguesa, é um absurdo o que está a passar-se em relação a estes emigrantes. E é tanto mais absurdo quanto se sabe haver centenas de milhares de trabalhadores portugueses vivendo em idênticas condições de emigração em países da Europa.

À nossa consciência colectiva e à nossa prática diária de cidadãos devem ser colocadas, bem claras as implicações do problema para que não venha a tornar-se incontrolável o clima de raiva e ódio que alguns procuram atiçar contra seres humanos que vivem e trabalham neste nosso País de Abril.

OS NÚMEROS DA VERGONHA

Continuação da pág. 3

pamento rural são trampolins do desenvolvimento, menos espectacular do que o outro, é certo, mas absolutamente vital para que se dê um mínimo de dignidade às populações mais pobres do Terceiro Mundo?

. A indiferença selvagem dos países industrializados, cujo auxílio externo diminui todos os anos, seria ainda mais insuportável se os governos do Terceiro Mundo mais miserável, tivessem resolvido consagrar todas as suas forças à irradicação dos núcleos dessa «pobreza absoluta» no seu território. Como chegar ao «acordo fundamental» que McNamara deseja sobre tal objectivo, entre as nações ricas e as nações pobres?

UMA IDEIA QUE GANHA TERRENO

Já em Junho passado, o relatório apresentado por Blanchard, director-geral do Secretariado Internacional do Trabalho à Conferência Mundial Tripartida de Genébra sobre o emprego, a repartição do lucro e o progresso social, insistia fortemente na noção de «necessidades essenciais» a satisfazer nos países pobres. De resto, não podem somente ser ouvidos como garantia de um mínimo necessário de subsistência (alimentação, alojamento, vestuário, cuidados), mas devem compreender também, claro está, possibilidades de instrução e de emprego.

Não serve pois de nada conquistar recordes de crescimento se os efeitos não se difundirem entre toda a população. O tema também é válido para os países industrializados, e, num relatório de Julho de 1976 intitulado **Despesas publicas efectuadas nos programas de garantia de recursos**, a OCDE dava precisões importantes sobre a pobreza nas nações ricas.

Recordemos que, segundo as computações desses peritos, haveria 3 por cento da população que viveria na pobreza, na Alemanha e na Suécia, 16 por cento na França e entre 7,5 a 13 por cento em mais três países: Estados Unidos, Canadá e Reino Unido.

Constatação perturbadora: num certo número de países, a maioria das despesas de garantia de recursos, não diz respeito aos grupos de fracos ganhos.

Como havemos de nos espantar que aconteça o mesmo nos países a que McNamara chama os **países em desenvolvimento de rendimento intermédio** em que **é dada pouca atenção ao princípio da equidade**, que conduz **a fortes distorções na repartição dos rendimentos**.

Os que têm o poder e os que têm o dinheiro caem facilmente no pecado de indiferença no que respeita a tudo o que não entra no seu sistema de pensamento. Palavras como as do presidente do Banco Mundial, que coloca perante os poderosos deste mundo as sinistras realidades da miséria, são particularmente salutares. Mas que forças poderão impedir que depois tudo caia no entorpecimento?

. No século em que vivemos, a pobreza absoluta é um **trágico anacronismo**, concluia McNamara. Mas não será também um «trágico anacronismo» constatar que o diálogo Norte-Sul prossegue sem que esse problema do alijamento do fardo do **Lumpen proletariat** do Terceiro Mundo esteja inscrito na **primeira fila** dos assuntos debatidos?

. «Trágico anacronismo» é também o modelo de desenvolvimento escolhido pela maioria dos países do Terceiro Mundo a pretexto de que triunfou no Ocidente.

Visto que McNamara todos os anos força um pouco mais a dose das suas críticas à actual gestão do mundo, será necessário que ele chegue brutalmente a essas reposições em causa políticas. Mas que emoção no país que deu asilo ao Banco Mundial e entre as «elites dirigentes» da maioria dos países do Terceiro Mundo!

© LE MONDE

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

Av. Visconde de Valmor, 34 — Telefs. 77 00 66 - 76 32 76

LISBOA

MOÇÃO

Os trabalhadores motoristas da R. T. P.—Lisboa reunidos no seu Sindicato para análise dos despedimentos dos seus colegas e outros camaradas e análise da Direcção do Pessoal para permitir que outros trabalhadores conduzam as viaturas da R. T. P., decidem:

1. — **Repudiar os despedimentos por considerarem que não há justa causa para tal, bem como o motivo de lhes não ter sido dado conhecimento do processo dos despedimentos.**
2. — **Não permitir que outros trabalhadores que não sejam motoristas conduzam as viaturas.**
3. — **Efectuar outra reunião no Sindicato para tomarem as decisões de luta que acharem convenientes.**

(Esta moção foi aprovada com uma abstenção)
Lisboa, 6 de Outubro de 1976.

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

Avenida da Liberdade, 24 — Apartado n.º 2001

LISBOA-2 — PORTUGAL

SORTEIO DE OBRIGAÇÕES

Avisamos os Senhores Obrigacionistas que no próximo dia 14, pelas 15 horas, proceder-se-á no Serviço de Títulos desta Empresa, Rua das Flores, 105, 1.º, ao sorteio de Obrigações de 6 % Emissão 1969/70, sendo sorteadas 2 440 obrigações da 1.ª Fase (185 títulos de uma obrigação, 127 títulos de cinco obrigações, 140 títulos de dez obrigações e 11 títulos de vinte obrigações) e 2 369 obrigações da 2.ª Fase (139 títulos de uma obrigação, 100 títulos de cinco obrigações, 169 títulos de dez obrigações e 2 títulos de vinte obrigações), que serão amortizadas pelo seu valor nominal à partir de 15 de Novembro de 1976, conforme o respectivo plano de amortização.

Lisboa, 7 de Outubro de 1976

O Presidente da Comissão de Fiscalização

João Bau

Estação autónoma para lixo de Lisboa

. Com base no Decreto-Lei n.º 482-74, de 25 de Setembro, e por proposta da Comissão Liquidatária da Federação dos Grémios da Lavoura da Estremadura, os Ministérios da Agricultura e Pescas, Trabalho e do Comércio e Turismo decidiram, em despacho conjunto publicado no «Diário da República», desanexar da Federação dos Grémios a Estação de Tratamento de Lixos que lhe pertencia. A ETL (Estação de Tratamento de Lixos) passa a constituir provisoriamente uma unidade autónoma até à sua anexação por parte da Empesa Pública de Saneamento Básico de Lisboa.

De harmonia com o mesmo despacho são transferidos para a aludida unidade provisória os valores do activo e do passivo da ETL, respectivamente de 188 mil e 271 mil contos aproximadamente. Todos os outros valores e direitos directamente ligados àquela Estação de Tratamento, elaborados pela Federação dos Grémios da Lavoura, transitam também para a referida unidade provisória, bem como as obrigações para com o pessoal afecto à empresa desanexada.

Uma comissão de gestão saída da actual comissão alargada administrará transitoriamente a Estação de Tratamento de Lixos.

7 NOVEMBRO NA BULGÁRIA

Por ocasião das Comemorações do 7 de Novembro, a Associação Portugal-Bulgária vai realizar uma excursão à Bulgária entre 1 e 8 de Novembro. Além da participação nos festejos daquela data os participantes terão oportunidade de contactar com organizações de agricultura, indústria e sindicatos, assim como visitar outras cidades, além de Sofia. As inscrições provisórias são realizadas na Rua do Crucifixo n.º 33, Lisboa-2, com telefones 36 32 94 - 32 88 56 - - 32 36 33 - e 32 42 96 até 25 de Outubro.

LICEU CAMÕES

SESSÕES DE ESCLARECIMENTO SOBRE A SITUAÇÃO NAS ESCOLAS

destinadas a enc. de educ., alunos e população da zona

11 DE OUTUBRO

18 H. — CURSO DIURNO
20.30 H. — CURSO NOCTURNO

SURDEZ

Recupere a Sua audição com os modernos e garantidos aparelhos auditivos MYKROSON. Um modelo para cada caso de surdez. Consulte-nos sem compromisso.

MICROSOM — Organização especializada em protese auditiva.

LISBOA: Av. Almirante Reis, 75-1.º Esq.
PORTO: Praça da Batalha, 3-4 — FARO: Rua Ivens, 24-26

Nacional

Para legalizar-se como partido

M.S.D. recolhe assinaturas

. «A social-democracia é, além do mais, uma pedagogia, uma pedagogia do comportamento transparente, digno de autocrítica permanente, cujo denominador é a autenticidade» — diz o M.S.D., Movimento Social Democrata, num comunicado ontem emitido, e referindo-se pela segunda vez à recente mudança de nome do ex-P.P.D. para o actual P.S.D.. O M.S.D. repete: «Não foi total a surpresa que a recente manifestação de oportunismo das cúpulas do P.P.D. nos provocou. Mas repugnava-nos acreditar que fossem tão longe. De qualquer modo, nunca perderíamos a serenidade, pois não a perdem os que têm razão e sabem que o julgamento do povo é sempre implacável.»

. O M.S.D. lembra o «compromisso solene» assumido em Agosto último («a que demos expressão formal por escritura pública») de formar o P.S.D.. «Não é, pois, um golpe tentado no Conselho Nacional do P.P.D. que nos fará mudar de ideias. Por isso prosseguiremos a recolha de assinaturas a que temos vindo a proceder para nos legalizarmos como partido».

As diligências até agora levadas a efeito nesse sentido e o estado em que o processo actualmente se encontra devem ser o motivo principal por que o M.S.D. convoca para a próxima segunda-feira, às 9 e 30, uma conferência de imprensa no Hotel Altis em Lisboa. Deve ser anunciada formalmente ainda o propósito de o MS.D. concorrer às eleições para os orgãos das autarquias locais.

P.S.D. EXPLICA-SE

«Tratou-se fundamentalmente de ajustar a denominação do partido à sua realidade. Com efeito, desde a sua fundação, no princípio de Maio de 1974, que o partido se declarou social-democrata. A sua denominação inicial só foi diferente da que agora vai adoptar devido ao aparecimento de diversas organizações com designações semelhantes» — diz entretanto o Secretariado Nacional do P.S.D. (ex-P.P.D.), num comunicado emitido a explicar os motivos por que o partido alterou a sua designação.

Para o ex-P.P.D., actual P.S.D., a alteração explica-se assim: «Mais que um ajustamento; trata-se de uma consagração. Consagração do trabalho dos militantes, em primeiro lugar: é este que justifica, pelas características e dinâmicas que imprimiu ao partido, a alteração verificada. Consagração, sobretudo da fidelidade a um ideário, definido desde o início e mantido com coerência, mesmo nas horas mais difíceis em que campeava a demagogia esquerdista e se verificava a tentativa do assalto ao poder pela minoria comunista-gonçalvista».

Para o actual P.S.D., é «evidente» que os seus militantes «nunca esquecerão a sigla anterior, P.P.D., debaixo da qual se bateram denodadamente pela democracia, pela liberdade, pela construção do socialismo democrático, pela via social-democrata, enfim, por uma sociedade mais justa e mais fraterna».

GOVERNO DOS AÇORES DESENTENDE-SE

P.S. diz que sobra luxo e falta operacionalidade

. O Secretariado do PS de Ponta Delgada acusou os parlamentares do ex-PPD (agora PSD) à Assembleia Regional de considerarem inútil a presença e participação dos deputados socialistas naquele órgão constitucional, «com total desrespeito pelos milhares de açorianos que votaram no PS».

O mesmo Secretariado acusa também o Governo Regional de «falta de operacionalidade» e de ter uma estrutura «desnecessariamente pesada e onerosa» em face do elevado número dos seus membros, em disparidade com o Governo Regional da Madeira, e as despesas em instalações luxuosas, com «gabinetes povoados por um número exagerado de assessores e conselheiros políticos».

Entretanto reuniu-se ontem o plenário do Governo Regional para discussão da proposta de Orçamento Geral para 1977, a submeter ainda este mês à Assembleia Regional.

Antes de se iniciar o debate, alguns secretários regionais referiram-se à existência de uma campanha a nível do arquipélago, movimentada por forças políticas de oposição «no sentido de ao Governo Regional e, em geral, à autonomia que se procura, imputar a responsabilidade por tudo o que de mal acontece, nomeadamente a falta de certos produtos de abastecimento público».

O Governo Regional esclareceu que as carências verificadas em alguns sectores são devidas às condições verificadas no mercado abastecedor do Continente.

BASÍLIO HORTA NA MADEIRA

O secretário-geral do C. D. S., dr. Basílio Horta, chegou ontem à noite ao Funchal, onde terá reuniões com as comissões concelhias daquele partido, com vista às eleições para as autarquias locais.

Logo à chegada Basílio Horta reuniu com a Comissão Executiva Regional daquele partido. Para hoje estão previstas reuniões com as comissões concelhias do Funchal, Santa Cruz, Machico, Porto Santo e Câmara de Lobos.

No domingo o dirigente do C. D. S. reúne na Ponta do Sol com diversas outras comissões concelhias. Na segunda-feira, aproveitando a sua presença na Madeira, efectuará visitas de cumprimentos ao presidente da Assembleia Regional, ao chefe do Governo, ao comandante militar e ao prelado da Diocese, regressando a Lisboa ao fim do dia.

Comandante da G.N.R. reclamava "informações" sobre reunião sindical

LEIRIA, 9 — Afirmando que tinha ordens superiores «para fazer relatórios» e «exercer vigilância sobre quaisquer ajuntamento de pessoas no concelho», o comandante do posto da G. N. R. de Castanheira de Pera, Manuel Antunes dos Santos, pretendia que um dirigente sindical lhe desse «informações» sobre uma reunião organizada pela Comissão Dinamizadora Distrital para o Congresso de todos os Sindicatos. Queria também os nomes dos promotores do Encontro.

Perante esta atitude, os superiores de Manuel Antunes dos Santos estão a investigar, tendo o governador civil do distrito aberto um inquérito ao comandante da G. N. R.

O dirigente sindical, Manuel José, obviamente, negou-se a prestar qualquer «informação» ao sr. comandante da G. N. R. de Castanheira de Pera e comunicou o facto à Comissão Dinamizadora e ao Secretariado da União dos Sindicatos de Leiria. Estas organizações consideram que o facto poderia constituir «grave precedente no cerceamento das liberdades cívicas, constitucionalmente reconhecidas ao povo e heroicamente conquistadas na Revolução do 25 de Abril». Em contacto com o posto da G. N. R. de Castanheira de Pera, fomos informados que o sr. comandante se encontrava de folga.

G. N. R. AUMENTA

Os efectivos da Guarda Nacional Republicana vão ser aumentados em 616 homens — 4 capitães, 16 subalternos, 48 primeiros ou segundos sargentos, 48 cabos e 500 soldados, de acordo com um decreto-lei do Ministério da Administração Interna, ontem publicado no «Diário da República».

Parece que estes novos efectivos se destinam aos Serviços da Brigada de Trânsito, que se considera necessário melhorar.

Juventude Centrista apoia iniciativa privada

. O apoio à iniciativa privada é um dos temas da programação aprovada pelo II Conselho Nacional da Juventude Centrista, segundo comunicado agora tornado público. No mesmo documento aponta-se para a estratégia daquele organismo juvenil do CDS nas eleições para as autarquias locais, e para a promoção, em Dezembro próximo, de uma jornada de divulgação dos Direitos do Homem.

No decorrer de uma conferência de Imprensa realizada para dar conta das decisões tomadas no Conselho Nacional, os dirigentes da JC referiram que a iniciativa privada era «condição necessária para um país ser livre», acrescentando que só aquela actividade «permite aumentar os postos de trabalho» e «desenvolver todas as aptidões de todos os portugueses que o controlo estatal atrofia».

Para quem «o personalismo possui profunda vocação histórica», porque «caminha no sentido da emancipação completa da pessoa humana» os problemas de ordem social e o uso da droga constituíram pontos também aflorados no encontro. Sobre a questão um dos dirigentes afirmou que eles «derivam da falta de ocupação mínima da juventude».

Director de "A Rua" no banco dos réus

No próximo dia 21 do corrente, pelas 10 horas, vai sentar-se no banco dos réus, no Tribunal da Boa Hora o director do jornal «A Rua», Manuel Maria Múrias. Sobre ele pende a acusação de crime de abuso de liberdade de Imprensa, nomeadamente com a publicação de um artigo intitulado «Álvaro Cunhal informador da P. I. D. E.?»

. Sabe-se que o queixoso, Álvaro Cunhal, se constituiu assistente, sendo patrocinado pelo dr. Lopes de Almeida. O julgamento decorrerá na sala de audiências do 9.º Juízo Correcional da Boa Hora.

Felipe González (P.S.O.E.) esperado em Lisboa

Chega hoje a Lisboa o secretário-geral do Partido Operário Espanhol, Filipe Gonzalez.

O «leader» socialista espanhol desloca-se a Lisboa, segundo anunciou a ANOP, para convidar o seu homólogo português, Mário Soares, a participar no Congresso do P. S. O. E., que se realiza em Madrid na primeira semana de Novembro.

Jornal francês vê indícios de "rotina democrática"

. «A vida política portuguesa entrou «numa especie de rotina democrática» — diz o jornal francês «Le Quotidien de Paris», na sua edição de ontem, comentando a actual conjuntura portuguesa.

O jornal (independente de esquerda), assinala a «rotina democrática» mas acrescenta que nem por isso deixa de haver «crises», «complots», «provas de força». Parece, porém, que «essas inevitáveis **ondas** adquiriram o estatuto de acontecimentos políticos normais.»

. O jornal fala do actual Governo: «O Governo dá a impressão de governar pelo simples facto de ter entrado na sua «hora de verdade»: a das escolhas políticas tão prometidas — diz, e acrescenta: «Tudo isto está a ser acompanhado do progressivo assenhoramento, pelo Partido Socialista, dos postos-chave do País, ao nível da Administração, dos Serviços, dos *massmedia*, da Educação. (...) O que não o poupa a crítica, visto subsistir uma falha: habituados desde há dois anos a governos de coligação, portanto de uma partilha de lugares correspondia perfeitamente ao ideal da democracia pluralista, os portugueses verificam hoje a tendência para um sistema monopartidário que facilmente consideram como uma traição à democracia».

PUB

CIRCULAR

Trabalhadores despedidos da Radiotelevisão — EP

Camaradas:

No dia 1 de Outubro de 1976 foram despedidos 23 dos nossos companheiros de trabalho pelo actual presidente da Comissão Administrativa da RTP, Senhor Capitão Tomaz Rosa.

Os difíceis 10 meses de expectativa, em que foram exercidos os maiores atropelos e ilegalidades, culminaram com a decisão arbitrária e prepotente de **um só administrador** que acabou de entrar na nossa Empresa.

Foram estas as suas saudações, prenúncio de maiores repressões sobre os trabalhadores!...

A Comissão Administrativa cessante da RTP tudo preparou, ajudada por um juiz que sobejas provas deu de perseguição ideológica e desrespeito pelas mais elementares normas do DIREITO AO TRABALHO, até do tempo do fascismo!

O novo presidente da Comissão Administrativa assina e... 23 TRABALHADORES ficam sem trabalho!

Quem se seguirá?

Atenção companheiros. Só unidos e organizados conseguiremos a justiça de garantir os nossos direitos, o fundamental direito ao trabalho.

MOÇÃO

Os delegados sindicais da RTP, reunidos em plenário no dia 1/10/76;

Considerando o conhecimento que têm dos processos movidos a 23 trabalhadores na sequência dos acontecimentos do 25 de Novembro de 1975.

Considerndo os pareceres dados pela Comissão Intersindical da RTP (rejeição de qualquer despedimento, baseada tanto na verificação das múltiplas irregularidades constantes dos mesmos processos como da matéria de facto que lhes deu origem).

DECIDEM:

1 — Reafirmar as conclusões a que chegaram através da análise feita aos processos.

2 — Repudiar e condenar veementemente o despedimento dos 23 trabalhadores.

3 — Alertar todos os trabalhadores da RTP, para o que representa de grave e de atentatório do direito ao trabalho a decisão do presidente da Comissão administrativa da RTP Cap. Tomaz Rosa.

De decisões semelhantes poderá cada trabalhador da RTP vir a ser vítima no futuro.

4 — Dar conhecimento desta moção aos poderes constituídos (Presidente da República, Conselho da Revolução, Governo e Assembleia da República).

5 — Tornar pública esta moção através dos órgãos de comunicação social. (Aprovada por unanimidade em plenário de Delegados Sindicais da RTP em sua reunião de sexta-feira, 1 Out. 76).

OS SINDICATOS

Sindicato dos Trabalhadores das Telecomunicações
Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos e Metalo-Mecânicos do Distrito de Lisboa
Sindicato dos Músicos
Sindicato da Actividade Cinematográfica
Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa.

Os Sindicatos signatários solicitaram audiência ao ministro do Trabalho e a sua Excelência o Presidente da República.

Nacional

PUB

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

— TRAMAGAL —

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Devido ao atraso da saída do Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos vir diminuir o prazo de um mês, que tinha sido estipulado para análise e discussão do mesmo pelos trabalhadores, na Reunião Geral de Sindicatos de 4 de Setembro, a CNOPC, atendendo a sugestões de algumas direcções sindicais, alargou o prazo de discussão do Projecto para assim, se poder dar cumprimento ao aprovado na mesma Reunião Geral de Sindicatos.

Pela mesma razão, e para que se disponha de tempo suficiente para apreciar e debater o mesmo Projecto, resolveu a Direcção adiar a Assembleia Geral Extraordinária que estava marcada para o dia 9/10.

Assim nos termos da alínea b) do Artigo 33.º dos Estatutos, convoco todos os sócios do Sindicato para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no próximo dia 16 de Outubro (Sábado) pelas 15 horas na CASA DO CAMPINO (FEIRA DA AGRICULTURA) em Santarem, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Informações sobre as negociações do C. C. T. para a Indústria Metalúrgica e Metalomecânica.
   a) Medidas a tomar face à situacão existente.
2 — Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses.

CAMARADAS:

Estão-se a criar condições para que ninguém se encontre seguro no emprego.

Estão-se a criar condições de instabilidade a todos os níveis com as várias legislações antioperárias.

A tua opção é o teu Sindicato, só este te defenderá, une-te ao teu camarada e comparece, discute os problemas em conjunto, unidos somos uma força, dispersos somos um farrapo.

— **UNIDOS VENCEREMOS**

TRAMAGAL, 6 de Outubro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Fernando de Oliveira Amante

PUB

Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgica e Metalo-Mecânica do Distrito de Lisboa

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Devido ao atraso da saída do Projecto de Regulamento do Congresso de Todos os Sindicatos vir diminuir o prazo de um mês, que tinha sido estipulado para análise e discussão do mesmo pelos trabalhadores, na Reunião Geral de Sindicatos de 4 de Setembro, a CNOPC, atendendo a sugestões de algumas Direcções Sindicais, alargou o prazo de discussão do Projecto para assim, se poder dar cumprimento ao aprovado na mesma Reunião Geral de Sindicatos.

Pela mesma razão fica sem efeito a Assembleia Geral Extraordinária marcada para o dia 7/10, sendo a mesma substituída por um Plenário de Delegados Sindicais no mesmo local — Pavilhão dos Desportos — pelas 16,30 horas, marcando-se a data de 15/10 para a realização da Assembleia Geral Extraordinária, também no Pavilhão dos Desportos pelas 20,30 horas.

Assim, nos termos da alínea b) do Art.º 33.º dos Estatutos, convoco todos os sócios do Sindicato para uma Assembleia Geral Extraordinária, a realizar no próximo dia 15 de Outubro (sexta-feira), pelas 20,30 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Informação sobre as negociações do CCT para a Indústria Metalúrgica e Metalomecânica
   a) Medidas a tomar face à situação existente
2. Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses
   a) Discussão e aprovação do projecto de regulamento

Lisboa, 4 de Outubro de 1976

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Raul José Marques Nunes Manquinho

NOTAS OFICIOSAS

Crédito agrícola de emergência

O Ministério da Agricultura e Pescas tornou pública a seguinte nota oficiosa:

«1. O Ministério da Agricultura e Pescas considera oportuno divulgar alguns esclarecimentos relativos ao regime do chamado Crédito Agrícola de Emergência (CAE), porque, a propósito ou a despropósito de medidas recentemente tomadas, foram postas a circular algumas interpretações que se consideram erradas ou susceptíveis de induzir em erro a opinião pública.

«2. O esquema de tais operações foi criado pelo Decreto-Lei n.º 251/75, de 23 de Maio e tem sido ampliado e adaptado, ao sabor das exigências práticas, por legislação e despachos posteriores.

«Configuram elas uma modalidade de crédito de campanha através da qual os pequenos e médios agricultores e as unidades colectivas de produção podem obter empréstimos junto das Comissões Liquidatárias dos Grémios da Lavoura e de algumas cooperativas que exerçam funções de compra e venda. Como é sabido, estas entidades não dispõem de capitais para mutuar, mas obtêm-no para este fim junto das instituições de crédito com aval do Instituto de Reorganização Agrária (IRA).

«3. O CAE destina-se a fazer face às despesas correntes da exploração agrícola aquelas que tecnicamente é aconselhável financiar pelo recurso ao crédito de curto prazo, dado que, em condições normais, devem ser recuperáveis através da venda do produto das actividades a que respeitem.

«Este crédito não está protegido pelas habituais garantias: não há hipotecas, nem penhores, nem avalistas ou fiadores. Regista-se com muito agrado que a maioria dos que recorreram ao Crédito Agrícola de Emergência compreenderam e assumiram a responsabilidade decorrente da confiança neles depositada.

«4. Dito isto, compreender-se-á o facto de se ter tido necessidade de integrar as lacunas do regime legal do Crédito Agrícola de Emergência com as disposições necessárias para assegurar uma regular cobrança do mútuo, não só não é ofensivo, nem esconde desconfianças ou ameaças contra o geral dos mutuários, assim como não permite qualquer espécie de especulações.

«O despacho ministerial de 25 de Junho de 1976, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 174, de 27 de Julho de 1976, disciplinou a modalidade de cobrança prevista no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 251/75, relativamente à campanha cerealífera. Em síntese, trata-se de obter o pagamento ou a amortização parcial das dívidas de Crédito Agrícola de Emergência, por encontro de contas, na altura da venda das colheitas dos mutuários, de acordo com o que eles no início do contrato haviam livremente aceite o que só representa na prática uma economia de tempo e formalidades.

«Também quando, mais recentemente, o Governo aprovou um decreto-lei que integra o sistema do Decreto-Lei n.º 251/75 e legislação sua complementar, com a regulamentação de um mecanismo de cobrança coerciva, não deixou de se frisar que só se recorrerá à via executiva quando o não pagamento pontual configure grave ou intolerável desrespeito pelo espírito inovador do regime do CAE que é o de apoiar de forma rápida e desburocratizada o esforço produtivo de pequenos e médios agricultores e de unidades colectivas de produção.

«5. Convém entretanto esclarecer que, nalguns casos, sobretudo na zona de intervenção da Reforma Agrária, por motivos que andam muito ligados a insuficiências ainda existentes quanto à acessibilidade a outras modalidades de crédito, muitos dos recursos financeiros das explorações agrícolas, que deveriam ser destinados a amortização do CAE foram, ao longo da campanha, utilizados na realização de investimentos. Daí resultaram algumas dificuldades na recuperação oportuna dos fundos mutuados. Estas situações necessitam de ser formalmente sanadas transformando a parte que se reflecte na operação de Crédito Agrícola de Emergência na operação de crédito tecnicamente aconselhável: geralmente transformando-a em operações de médio prazo. Quando em circulares instruções ou recomendações internas, se estão a pedir às UCP dados sobre a identificação dos investimentos realizados, estão a colher-se elementos necessários para estudar aquela conversão.

«6. Um outro problema que neste momento se revela preocupante, também na zona de intervenção da Reforma Agrária, é o de, em muitas Unidades Colectivas de Produção, a mão-de-obra ser excedentária em relação à capacidade produtiva actual das explorações agrícolas. Esta situação levou à utilização de fundos do CAE que não é possível repor no fim da campanha e não se pode resolver através de simples transferência formal de créditos do curto para o médio e longo prazos.

«Este problema tem de ser encarado frontalmente — no âmbito de medidas adequadas de planificação e gestão — encontrando-se formas de colaboração a propor às comissões de trabalhadores no sentido de programar integralmente as operações de crédito a longo, médio e curto prazos, estipulando-se para cada empresa e no âmbito desta última modalidade de crédito os valores de capital circulante cuja recuperação seja possível no final de cada ano agrícola.

«7. Estes esclarecimentos tornaram-se necessários muito em especial porque, para além de vários órgãos de informação terem manifestado dificuldades de interpretação quanto ao diploma que estabelece o referido regime de cobrança coerciva, vieram a lume no matutino «o diário», dois artigos que constituem uma verdadeira campanha de desinformação a que este Ministério tem de obviar em nome da verdade e em defesa do interesse público.

«Quanto ao artigo publicado em 17 de Setembro de 1976, os responsáveis pelos Serviços de Coordenação do CAE responderam já convenientemente e a contra-resposta que «o diário» publicou, em 2 do corrente mês, não invalida a pertinência dos esclarecimentos que então deram.

«Quanto ao segundo artigo, da autoria de Virgílio Ferreira, contém imprecisões evícios de raciocínio que deturpam o espírito e a prática do CAE. Afirma ser ilegal a estipulação de prazos inferiores a 12 meses para amortização de dívidas contraídas no âmbito do CAE. Mas esta afirmação só revela que o articulista ignora não só a lei como a técnica destas operações. O CAE, concebido como um crédito agrícola de campanha, implica que, logo que vendam os seus produtos, os agricultores deverão liquidar imediatamente os saldos em dívida, o que, de resto, eles compreendem e aceitam. O já citado despacho ministerial de 25 de Junho de 1976, trancrito numa das circulares do Grupo Coordenador do CAE cedamente atacado nas páginas de «O Diário», mais não faz do que regulamentar serenamente — e sob recomendação de se ter em conta a situação concreta dos mutuários e os princípios gerais que supra se expuseram — a forma de proceder quanto à recuperação do crédito utilizado na passada campanha cerealífera. Constitui este procedimento uma prática não só legal como também lógica e razoável, não só no interesse dos utentes mas também na defesa da manutenção desta linha de crédito que o MAP quer ver consolidada e aperfeiçoada. Para o utente, o sistema garante a minimização dos seus financeiros; e por outro lado, garante um máximo de utilização dos recursos financeiros postos à disposição do CAE em benefício de todos.

«8. Resta, por último, e a título de conclusão, afirmar que o MAP não só espera, como solicita colaboração e críticas, em especial nesta fase em que se está a trabalhar na reestruturação dos serviços do Ministério em geral e dando particular atenção às matérias de crédito, subsídios e seguros, quanto às quais se sente a urgente necessidade de transformações profundas nas estruturas orgânicas e nos mecanismos operacionais. Acontece porém que a urgência reconhecida não significa que se possa superar instantaneamente as complexas dificuldades existentes, e em tão grande medida, herdadas do passado remoto e recente.

E quando se esperam críticas e colaboração não se incluem aí inépcias e dislates com os quais não se construirá seja o que for.»

Professores agregados

Os Serviços de Imprensa do M.E.I.C. tornaram pública uma nota oficiosa cujo teor é o seguinte:

«1. A portaria n.º 548 A/76 de 30 de Agosto que abriu o concurso normal para o preenchimento das vagas existentes no ensino primário, destinadas aos professores agregados, instituiu um mecanismo de concurso que, na sua expressão prática, sacrificou alguns interesses legítimos dos concorrentes.

2. Por outro lado, diferentes interpretações que se verificou serem aplicadas ao texto da mesma portaria, mesmo por parte dos concorrentes conduziram a algumas situações de não equidade relativa entre os concorrentes que importa eliminar.

3. Por tal motivo o Ministério da Educação e Investigação Científica decidiu promover um novo concurso a realizar de 18 a 21 de Outubro, ao qual poderão concorrer todos os professores agregados sem colocação e, também, aqueles que se não sintam satisfeitos com o lugar que lhes foi atribuído no concurso normal, por virtude de indicação dos concelhos.

4. Este segundo concurso desenvolver-se-á sem prejuízo das actividades escolares, motivo porque os professores colocados se devem manter, entretanto, nas escolas em que foram mandados apresentar.»

"UM CANCRO CHAMADO C.A. P."

O governador civil de Santarém divulgou o seguinte esclarecimento referente a uma reportagem do nosso jornal:

«Face a uma notícia publicada no «Diário de Lisboa» de 29/9/76 com o título «Um cancro chamado C. A. P.», onde nomeadamente se diz que existe um acordo entre as entidades oficiais civis e militares e o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Santarém, tem este Governo Civil a esclarecer o seguinte:

A entrega das propriedades ilegalmente ocupadas aos seus legítimos proprietários ou rendeiros é efectuada exclusivamente no cumprimento da lei voluntariamente aceite pelos trabalhadores, e não resultante de qualquer acordo do Sindicato Agrícola com o IRA, governador civil, Serviço Nacional de Emprego e autoridades militares.

O governador civil.»

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA E ENERGIA

Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, e na Secretaria da Câmara Municipal do Concelho de Vila Real de Santo António em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: Companhia Eléctrica do Alentejo e Algarve) a que se refere o processo 8/58259, arquivo 11023, para o estabelecimento na freguesia de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António de uma linha aérea a 30 kV com 1059 metros do poste n.º 81-A da linha Tavira-Subestação de Aldeia Nova ao posto de transformação de Monte Alto.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, ou na Secretaria daquela Câmara Municipal, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Setembro de 1976.

O Engenheiro Chefe

Guilherme Martins

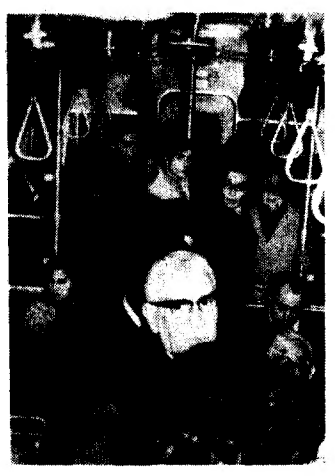
Nacional

O AUMENTO NOS TRANSPORTES

Autocarros e "eléctricos" a 2$50 (1.ª zona) e 5$00 (2.ª zona)

"Metro" a 5$00, bandeirada de táxi a 7$00

A subida na bandeirada do táxi para 7$00, o aumento sensível do bilhete do metro (de 3$50 para 5$00) e a elevação para 2$50 do preço de autocarros e eléctricos apenas na primeira zona e para 5$00 (!) logo na segunda são as mais sensíveis alterações nos preços dos transportes que vão vigorar a partir de 1 de Novembro e foram impostos por um decreto-lei ontem publicado no «Diário da República».



Autocarros e «Metro»: dois aumentos muito sensíveis

Eis a nova lista de preços conforme o decreto-lei do Governo Constitucional desta nossa II República:

Autocarros e eléctricos: zona: 2$50 (era 2$00); 2, 3 e 4 zonas: 5$00; 5 e mais zonas: 7$50; correspondência com o metro: 7$50; expresso: 7$50 elevadores: 1$50; passe mensal 275$00 (era 225$00); semestral: 1650$00; metropolitano: 5$00; cadernetas com 10 bilhetes 35$00.

Transportes urbanos do Porto: eléctricos — uma zona: 2$50; 2 e mais zonas: 5$00; autocarros e troleicarros (percurso dentro da cidade) — uma zona 2$50; 2, 3 e 4 zonas: 5$C0; 5 e mais zonas: 7$50; outros percursos — preço anterior, com excepção para 8 e mais zonas: 10$00. O passe social mensal é de 275$00 e semestral de 1650$00, para dentro da cidade; passes da rede geral — mensal: 475$00; semestral: 2850$00; estudantes e operários — passe mensal 275$00.

Barcos: T. Paço-Cacilhas 5$00; T. Paço-Seixal: 13$00; Montijo: 18$00; Alcochete: 20$00. Cais do Sodré-Cacilhas e Belém-Porto Brandão: 5$00; para a Trafaria: 6$50. Passes nos barcos para Cacilhas custará 170$00, Seixal 450$00, Montijo 540$00, Alcochete 660$00. Do Cais do Sodré para Cacilhas 170$00, Belém-Porto Brandão: 170$00 e Belém-Trafaria: 215$00. Veículos (de barco): bicicletas 6$00, motorizadas 8$50, atrelados até 2 m, 12$50 e classe A 17$50.

Caminhos-de-Ferro: o aumento é de 25 por cento para todas as categorias de bilhetes, e as assinaturas sofrem um agravamento de 12,5 por cento.

Sociedade Estoril: os preços dos bilhetes passam a ser — uma zona 9$00, 2 — 14$50 e 3 — 19$50. Assinaturas (para 1.ª e 2.ª classes): trimestrais, 2 zonas, em 2.ª classe: 565$00.

Transportes Aéreos: Lisboa-Porto, em turística: 860$00; para Faro: 840$00.

Aluguer de automóveis, para Lisboa e Porto: primeiros 400 metros ou fracção: 7$00; por cada 200 metros a mais ou fracção: 1$00.

Plenário da E.C.A.

Quatro propostas de solução

Na reunião que decorreu há dias na ECA (Empresa de Concentrados de Alvalade-Sado) com a presença do secretário de Estado da Estruturação Agrária, eng.º Castro Guerra, foram apresentadas quatro propostas de reestruturação daquela unidade fabril.

Vai ser difícil encontrar solução do agrado de todos para a ECA, visto que ultimamente têm sido cavadas divisões entre os trabalhadores. A Comissão de Trabalhadores, tal como a União de Cooperativas «Seara Vermelha», defende a transformação da empresa numa cooperativa de prestação de serviços integrada na União. Aliás, é desta maneira que a ECA tem funcionado. Por outro lado um grupo de 30 ou 40 trabalhadores que contesta a Comissão de Trabalhadores propôs que a ECA se transformasse em cooperativa desligada da União e ainda a divisão dos sectores fabris e de oficinas da empresa em outras cooperativas. Os pequenos e médios agricultores da região assumiram posições semelhantes às da CT e da União «Seara Vermelha».

O secretário de Estado Castro Guerra, que assistiu ao plenário de trabalhadores, deixou bem expresso que o Governo não está interessado em entregar a ECA aos antigos patrões. Tomou a posição de árbitro na reunião, dizendo que os quatro grupos tinham «pontos em comum e de desacordo». Os participantes no plenário aprovaram uma moção, por unanimidade, de apoio ao ministro da Agricultura.

Quanto à situação da ECA, por enquanto não se resolveu nada de concreto. Há 16 meses que a empresa está sob intervenção estatal. Na altura em que os trabalhadores do campo, apoiados pela grande maioria da fábrica, votaram a saída dos antigos administradores, foi nomeada uma Comissão Administrativa. Aconteceu isso no V Governo Provisório. Mais tarde essa Comissão, constituída por dois membros, foi dissolvida (um deles foi saneado e o outro demitiu-se) e substituída por uma outra que não tem a confiança da maioria dos trabalhadores da empresa e da União «Seara Vermelha».

Judiciária declara "guerra" aos carteiristas

O alarme dado pelo «Diário de Lisboa» no último dia do mês findo acerca da actividade dos «carteiristas» e da forma simples e prática, conforme as fotos então publicadas o demonstravam, como os «profissionais» do ramo se apoderavam das carteiras dos outros, levou a P. J. a montar um serviço externo de vigilância espalhado pelos locais de grande aglomeração de Lisboa, designadamente no Aeroporto da Portela, estações ferroviárias, transportes colectivos e artérias de circulação mais intensa.

A medida visa, como «operação preventiva» que é, diminuir sensivelmente a actividade daqueles que «atacando» de forma simples e prática, normalmente servindo-se de um casaco ou de uma gabardina como «protecção» penetram facilmente nos bolsos dos outros, e itvezes apoderam-se de quantias, sobretudo nos primeiros dias de cada mês, que são o sustento mensal de muitos agregados familiares.

Nos primeiros dias do mês corrente, e por via dessa nova «disposição» policial, a actividade dos «carteiristas» viu-se substancialmente reduzida naqueles locais mais concorridos da capital, havendo indícios, todavia, que as suas atenções convergem agora para os mercados e supermercados, onde agindo com quase total impunidade «atacam» subtilmente os sacos e carteiras das senhoras. Foi o que aconteceu agora num supermercado da Rua 1.º de Dezembro, pouco antes do meio-dia, em que uma mulher se viu, num ápice, sem quase quatro mil escudos e muito preocupada com a explicação que teria de dar ao marido.

Frio e chuva até ao fim do mês

É o Serviço Meteorológico que anuncia: a partir de 15 do corrente voltará a chover fortemente nas regiões do Norte e do Centro, apesar de até essa data, e designadamente nos próximos quatro dias, se poder verificar uma assinalável melhoria no estado do tempo: menos neblina e desaparecimento da chuva.

Acompanhando essa melhoria de tempo teremos uma significativa subida de temperatura, que alcançará valores acima dos que vêm sendo normais. Ao que parece a alteração será o reflexo de um anticiclone situado nos Açores, a Sueste do arquipélago, e de uma depressão pouco cavada que se deslocará das Ilhas Britânicas para a França.

Até 13 do corrente, ao mesmo tempo que a temperatura sobe, o céu apresentar-se-á pouco nublado, o vento será fraco e mesmo as neblinas matinais serão pouco expressivas. Haverá também a possibilidade de formação de bancos de nevoeiro para norte da foz do Mondego. Será a partir de 14 do corrente que o céu se apresentará mais nublado e a chuva começará a cair.

P.S. desmascara C.A.P.

«A vossa luta destina-se apenas a procurar recuperar a situação dos grandes agrários expropriados que, ao contrário do que o vosso comunicado diz, não andaram nem ao sol nem à chuva, porque tiveram sempre escravos a trabalhar para eles» — acentua a Comissão de Agricultura do Partido Socialista num documento de resposta ao último comunicado da Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP).

A Comissão de Agricultores do Partido Socialista salienta que a sua visão da realidade agrícola é «muito divergente da dos grandes agrários que se acobertam na CAP ou dos técnicos e ao mesmo tempo proprietários agrícolas que a ela pertencem e que desde sempre se habituaram a servir-se a si próprios e à grande burguesia agrária».

O documento do PS sublinha ainda a sua aceitação do limite dos 50 mil pontos e chama a atenção dos portugueses para as contradições da argumentação da CAP, que põem a descoberto «as verdadeiras intenções destes falsos defensores dos pequenos e médios agricultores».

A mesma Comissão insurge-se contra os protestos da CAP, que considera o rendimento correspondente às áreas com os 50 mil pontos insuficiente para viver, salientando que 800 mil agricultores portugueses vivem da exploração de áreas inferiores a 20 hectares sem que se ouvisse, da parte daquela organização de agrários, qualquer protesto, tanto no passado como no presente.

O texto da Comissão de Agricultura do Partido Socialista termina afirmando que «a liberdade, a verdade e o socialismo vão triunfar em Portugal, quer queiram, quer não».

PUB

SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA, CIMENTOS E SIMILARES DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE

CONVOCATÓRIA

CAMARADA:

Após vários Plenários realizados nos Distritos de Lisboa e Santarém, onde estiveram presentes milhares de trabalhadores analisando Projecto de Congresso Sindical;

Convoco ao Abrigo do Art.º 45 — Alínea F) dos Estatutos, e a pedido da Direcção, **Assembleia Geral Extraordinária,** a reunir no **dia 16 às 16 horas,** no Refeitório da Fábrica de Loiça de Sacavém, sita na Estrada Nacional n.º 10 em Sacavém, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

1 — Discussão e Deliberação sobre Projecto de Regulamento para Congresso de todos os Sindicatos Portugueses.
2 — Informações sobre contratos colectivos de trabalho.

CAMARADAS:

PARA DEFESA E CONSOLIDAÇÃO DA NOSSA UNIDADE TODOS OS TRABALHADORES DEVEM ESTAR PRESENTES NESTA ASSEMBLEIA.

NÃO À DIVISÃO DO MOVIMENTO SINDICAL.

EM FRENTE COM O CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS.

Lisboa, 8 de Outubro de 1976

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA GERAL

Zeferino Graça

PROFESSORES!!!

ESTE ANÚNCIO É DIRIGIDO EXCLUSIVAMENTE AOS PROFESSORES DO ENSINO PRIMÁRIO.

ESTÃO À VENDA OS LIVROS PARA A:

PRÉ-PRIMÁRIA — INICIAÇÃO
1ª FASE — 1ª CLASSE ARITMÉTICA
1ª FASE — 2ª CLASSE ARITMÉTICA
2ª FASE — 3ª CLASSE ARITMÉTICA
2ª FASE — 4ª CLASSE ARITMÉTICA

APROVADOS OFICIALMENTE

PEDIDOS PARA:

EDIÇÕES GORETTI, LDA.
TELF. 611247

DISTRIBUIDORA:

R. S. JOÃO DA PRAÇA 59
TELF. 860408

Nacional

A PARTIR DE SEGUNDA-FEIRA

Economistas de vários países debatem problemas portugueses

A Conferência Internacional sobre Economia Portuguesa inaugura-se na próxima segunda-feira num dos auditórios da Fundação Gulbenkian.

Esta conferência é uma iniciativa conjunta da Fundação Calouste Gulbenkian e da German Marshall Fund of the United States. A sessão inaugural terá lugar entre as 9.30 e as 10 da manhã; das 10 às 13 decorrerá uma sessão de trabalho para estudo e discussão do tema «Fontes e Utilizações dos Recursos»; da parte da tarde, das 14.30 às 17.30, terão lugar sessões sobre os seguintes temas: «Política Agrícola»; «Aspectos Económicos da Educação» e «Mercados Financeiros». À noite, das 21 às 22.30, o tema em debate será a «Integração Europeia e Política Industrial».

A sessão inaugural desta Conferência, em que tomarão parte algumas dezenas de economistas portugueses e estrangeiros, os membros do Comité Executivo, em que figuram as seguintes personalidades estrangeiras e portuguesas, Robert Livingston, vice-presidente da «German Marshall Fund of the United States»; prof. Carlos Alves Martins, director do Serviço de Investimentos da Fundação Gulbenkian; prof. Erik Lundberg, presidente da Real Academia das Ciências de Estocolmo; prof. Richard Eckaus, do Departamento de Economia do Instituto de Tecnologia de Massachusets; dr. João da Silva Lopes, governador do Banco de Portugal, e dr. João Cravinho, director do Grupo de Estudos Básicos de Economia e Indústria do Ministério da Indústria.

Tanto o dr. José de Azeredo Perdigão, presidente da Fundação Gulbenkian, como o sr. Robert Gerald Livingston, vice-presidente da «German Marshall Fund of the United States», usarão da palavra na inauguração da Conferência, seguindo-se imediatamente a primeira sessão de trabalhos que tratará do tema «Fontes e Utilizações dos Recursos», sessão esta que será presidida pelo ministro de Estado, prof. Henrique de Barros.

A Conferência decorrerá num total de 12 sessões plenárias de trabalho e especializadas, sendo algumas delas simultaneamente, em salas diferentes, e no decorrer das quais serão discutidos importantes e oportunos problemas centrais da Economia Portuguesa, com base nos temas acima anunciados.

De acordo com o que já referimos, encontram-se em preparação diversos estudos técnicos sobre alguns problemas da nossa economia, que serão discutidos pelos referidos participantes da Conferência, em que se incluirão observadores, autoridades portuguesas e representantes de organismos especializados internacionais.

Por outro lado, as duas Fundações, promotoras da Conferência, tomaram a iniciativa da publicação de um relatório final da Conferência, que será editado nas línguas portuguesa e inglesa e que abrangerá, além de um capítulo introdutório, os estudos preparatórios e os resumos das discussões.

Mesmo tendo em conta que desta Conferência Internacional sobre a economia portuguesa não vão sair «milagres» para os nossos problemas económicos, até por se tratar de um debate que não porá fundamentalmente em causa as estruturas existentes, é inegável que se trata de um acontecimento que importa sublinhar, mas cujos limites estão também à vista.

PUB

COMISSÃO NEGOCIADORA SINDICAL DO CCTV DA CONSTRUÇÃO CIVIL

COMUNICADO

CAMARADAS:

No dia 3 de Setembro de 1976 os jornais diários ao noticiarem a reunião plenária do Conselho de Ministros realizada no dia 2 de Setembro, davam conhecimento ao público do seguinte:

«O Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção, fez uma informação para apresentação de uma proposta de relançamento do sector da construção civil. Essa proposta traduz o consenso a que chegaram os representantes dos sindicatos e das associações patronais, em sucessivas reuniões havidas com o patrocínio dos Ministérios do Trabalho, das Obras Públicas e da Habitação. Nessas reuniões haviam sido considerados os seguintes pontos:

1 — Política de Solos, ordenamento territorial e planeamento regional e urbano.
2 — Investimento público e privado na construção.
3 — Financiamento à indústria da construção.
4 — Materiais e elementos de construção: produção, comercialização e transporte.
5 — Estruturação do aparelho de Estado.
6 — Estruturação empresarial.
7 — Política de relações de trabalho.
8 — Venda, arrendamento e distribuição de fogos.

AS TABELAS EMPRESARIAIS FORAM APROVADAS

O Conselho de Ministros aprovou a proposta na sua generalidade o que proporcionará uma recuperação sectorial que terá efeitos importantes a curto e médio prazo. Saliente-se que na aprovação da proposta se inclui a aceitação da tabela salarial indicada pelos sindicatos. (o sublinhado é nosso).»

Acreditando nesta notícia, aguardaram os sindicatos durante vários dias, serem contactados por um membro do Governo. Como tal não aconteceu foram os sindicatos que tomaram a iniciativa e pediram uma entrevista ao ministro da Habitação, que a concedeu.

AFINAL AS TABELAS SALARIAIS NÃO FORAM APROVADAS

Na dita reunião o ministro, perante o nosso espanto afirmou-nos: — Que a resolução do Conselho de Ministros não era **normativa**. Quer isto dizer que tudo quanto o Conselho de Ministros aprovou na sua reunião plenária de dia 2 **não está aprovado**. Contradição esta, afirmada pelo sr. ministro da Habitação quando nos recebeu. Nessa mesma altura solicitou-nos a entrega até dia 15 de Setembro da posição dos Sindicatos em relação aos pontos da proposta considerados por nós mais urgentes. O que foi feito. Ficámos aguardando uma resposta até dia 22, como nos é confirmado através de um ofício daquele Ministério que nos garante a entrega até quarta-feira, dia 22 de Setembro, das conclusões da análise efectuada à documentação entregue, o que até hoje não se verificou.

Tentámos pois, através de contactos diários, obter a justificação de tal falta, o que não se conseguiu. Conseguiu-se sim uma reunião com o secretário de Estado da Construção Civil para o dia 7 de Outubro e mais uma vez alterada para o dia seguinte.

A REUNIÃO

Na reunião tida com o secretário de Estado da Construção Civil, dr. Esteves Pereira (ex-funcionário do Grémio), fomos informados que não havia ainda as conclusões da análise feita à documentação por nós entregue, mas o problema da não saída das tabelas salariais se devia unicamente à análise feita por aquele ministro na apresentação do problema ao Conselho de Ministros, sobre um dos pontos, não estando em causa ser o mesmo Conselho normativo ou não, como anteriormente o sr. ministro nos tinha informado na reunião anterior.

Fomos também informados, que contrariamente ao que o sr. ministro nos tinha prometido, a documentação apresentada pelas entidades patronais não nos era entregue. PORQUÊ!?

Camaradas:

ALERTA!

— NÃO AO DIVISIONISMO!

— UNIDOS VENCEREMOS!

— A LUTA CONTINUA!

A Comissão Negociadora Sindical do C. C. T. V. da Construção Civil:

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Évora
Federação da Construção Civil do Norte
Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de Setúbal
Sindicato dos Construtores Civis
Sindicato dos Técnicos de Desenho
Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa
Federação dos Sindicatos Rodoviários

Sindicato dos Trabalhadores de Escritório do Distrito de Lisboa

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

CONVOCATÓRIA

Ao abrigo do artigo 13.º § 5.º alínea a), e ao abrigo do artigo 36.º § dos Estatutos, convoco todos os sócios no pleno gozo dos seus direitos, para uma **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**, a realizar no próximo dia 14 de Outubro de 1976, pelas 21 horas, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único — ANÁLISE DE ACTUAÇÃO DA DIRECÇÃO E DEFINIÇÃO DO COMPORTAMENTO DO SINDICATO NO PRÓXIMO CONGRESSO SINDICAL.

Nota:

1 — A apresentação do cartão de sócio ou de qualquer documento indentificativo é indispensável para a entrada na Assembleia.
2 — Esta Assembleia Extraordinária é convocada sob duplo requerimento:
a) Por 226 associado ao abrigo do artigo 13.º § 5.º alínea a) dos Estatutos;
b) Pelo Conselho Fiscalizador do Sindicato ao abrigo do artigo 36.º § 6.º dos mesmos Estatutos;
c) Tendo em conta o requerimento indicado em b) e ao abrigo do artigo 18.º dos Estatutos, esta Assembleia terá início às 21 horas se estiverem presentes a maioria dos sócios, ou 30 minutos depois com qualquer número.

Lisboa, 29 de Setembro de 1976

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

A TODOS OS TRABALHADORES DE ESCRITÓRIO
PRÓXIMA ASSEMBLEIA GERAL

O Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade que dê aos trabalhadores deste País uma Central Sindical Única, Democrática e Independente, verdadeiramente representativa dos trabalhadores é **o nosso objectivo**.

O Congresso de 1975 da Intersindical não foi nem democrático nem de todos os Sindicatos, tão pouco representativo dos trabalhadores portugueses.

A Intersindical que o Governo da altura institucionalizou como Central Única dos trabalhadores não é, igualmente, nem democrática nem independente, nem representativa.

A Intersindical cujo secretariado eleito por alguns Sindicatos, entenda-se por algumas **Comissões Directivas Provisórias**, cujas linhas programáticas e de orientação sindical foram e são rejeitadas por milhares de trabalhadores, tem primado por uma actuação golpista e antidemocrática, a mando de um partido do qual tem sido autêntica correia de transmissões. E os trabalhadores já o rejeitaram.

A campanha eleitoral desta Direcção enquanto lista e o ponto 1.3. do seu programa, democraticamente eleito, são o repúdio claro desta Direcção pela linha de orientação político-sindical do Secretariado da Inter, e a classe deu ao nosso programa ampla e clara adesão, inequívoco apoio. Votou, pois, contra o Secretariado da Intersindical e sua estrutura, votou numa Central Sindical Única mas democrática e independente, votou na Unidade dos Trabalhadores e na Democracia.

A Direcção não abdicará destes princípios e a classe o fará também. A classe votou conscientemente no programa que fez seu e a Direcção levá-lo-á à prática custe a quem custar, doa a quem doer.

Em duas eleições consecutivas a classe que representamos soube responder com firmeza e clareza e soube dizer com quem está e para onde quer ir. Ameaçada que está a democracia no nosso Sindicato, ameaçado que está o Congresso de Todos os Sindicatos e a Central Sindical Única que intransigentemente defendemos, a classe vai ser mais uma vez chamada a reafirmar suas posições e dizer:

NÃO ABDICAREMOS DO PROGRAMA QUE ELEGEMOS
E DOS PRINCÍPIOS QUE DEFENDEMOS

Por isso temos que estar presentes na próxima Assembleia Geral, dia 14 de Outubro de 1976.

Se o não fizermos todos os passos que demos em conjunto e tudo o que já obtivemos poderá estar perdido.

Colegas, os nossos inimigos não desarmam e já demonstraram que os seus objectivos não são os nossos nem o da maioria esmagadora da classe.

SAIBAMOS DAR-LHES A RESPOSTA!

Lisboa, 8 de Outubro de 1976

Pela DIRECÇÃO

Trabalho

AGFA-GEVAERT

Manifestação em Coimbra contra despedimentos

Cerca de cinco centenas de trabalhadores manifestaram-se, ontem, em Coimbra, frente ao Inatel, em sinal de apoio aos 155 trabalhadores da Agfa-Gevaert, com fábrica no Taveiro, que se encontram em risco de ficarem desempregados.

Diversas moções de apoio àquele grupo de trabalhadores foram lidas durante a manifestação. Numa delas denunciava-se junto da opinião pública nacional, «o autêntico boicote que esta empresa tem realizado ao investimento que se comprometeu a fazer no nosso país, para o qual lhe foram concedidas numerosas facilidades e que deveria conduzir à instalação de 1700 postos de trabalho».

Noutro documento, exigia-se dos órgãos de soberania, «uma tomada de posição clara que, em cumprimento da Constituição, defenda os direitos dos trabalhadores da Agfa e a própria economia nacional».

A questão da Agfa-Gevaert, mereceu também uma moção dos delegados sindicais do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Panificação e Produtos Alimentares do Distrito de Lisboa na qual se repudia «mais esta manobra sabotadora e lesiva dos interesses dos trabalhadores e da economia nacional, por parte de mais esta multinacional, a Agfa -Gevaert» e solidarizando-se com os 155 trabalhadores daquela empresa em vias «de serem mais 155 vítimas do despotismo do capitalismo internacional».

Por outro lado, nessa moção, exige-se das entidades competentes «uma firme actuação nesta caso, bem como na proibição e prevenção efectiva de novos casos deste tipo».

INTENTO

Suspensões geram solidariedade

A suspensão dos elementos da comissão de trabalhadores da Intento-Indústrias e Representações para a Construção, a manter-se, poderá levar brevemente a uma concentração de trabalhadores das principais empresas da zona industrial de Alverca, «como prova de solidariedade e unidade contra a recuperação capitalista».

A decisão foi tomada em recente reunião das CTs de 22 empresas da região, que decidiram dar total apoio aos 11 elementos suspensos pela comissão de gestão da Intento. Tal decisão foi considerada «anticonstitucional», exigindo-se o imediato levantamento da suspensão.

Entretanto, os trabalhadores atingidos por aquela medida disciplinar, em comunicado dirigido aos seus camaradas, alertam para o «risco de noutras empresas comissões de gestão ou patrões iniciarem acções idênticas, que visam a destruição dos órgãos representativos dos trabalhadores e das regalias já alcançadas». E denunciam o pedido feito à comissão de gestão pelo Ministério da Indústria, através do IAPMEI, para o início de contactos com os antigos patrões da empresa.

«Será que o MIT pretende negociar o futuro da empresa com os antigos patrões sem qualquer conhecimento dos trabalhadores?», perguntam os elementos suspensos.

Os componentes da «Lista A», concorrente às eleições para a nova Direcção do Sindicato dos Trabalhadores na Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul, estiveram ontem à tarde num teatro de Lisboa para discussão, com os trabalhadores, dos seus projectos de actuação se eleitos. Foi declarado que a «Lista A» se bate pela melhoria das condições de vida e de trabalho, por um salário justo, contra o aumento dos preços, pela melhoria das condições sociais, por creches e cooperativas de consumo, para os sócios do Sindicato, pela criação de um Serviço Nacional de Saúde, que garanta a todo o povo trabalhador uma assistência médica gratuita e eficaz, pela defesa da Reforma Agrária, das nacionalizações e do controlo operário

LISTA "C" DOS SEGUROS

Garantir o emprego unir o Sindicato

A defesa do direito ao trabalho e da segurança de emprego através de um sindicato forte e unido são as principais tarefas que os elementos da lista «C», candidata às eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul, se propõem desenvolver.

Intregram-na, na sua quase totalidade, delegados sindicais e membros de comissões de trabalhadores, com experiência efectiva ao serviço da classe. A lista surgiu «a partir da constatação da existência de uma afinidade de pontos de vista sobre a situação actual» naquele Sindicato, que está a ser dirigido provisoriamente por uma comissão eleita em assembleia geral, após a destituição dos corpos gerentes eleitos no ano passado.

As eleições realizam-se no dia 28, e constituem uma «oportunidade de corigir os erros que contribuiram fortemente para a nítida desmobilização da classe, com o consequente enfraquecimento da sua organização, verificada na sequência das últimas eleições sindicais» — na perspectiva programática da lista «C».

A necessidade de defender a garantia de emprego resulta da reestruturação em curso no sector, nacionalizado em grande parte, que está a ser feita sem participação dos trabalhadores e que poderá implicar despedimentos e transferência para um quadro de adidos dos «excedentes» em mão-de-obra.

Essa reestruturação — asseguram os candidatos — «não se fará, por certo, com os trabalhadores, mas, sim, sacrificando os seus interesses».

Por isso, «torna-se imperiosa a reestruturação geral do sector de seguros com a participação dos trabalhadores, única forma de garantir os *postos de trabalho* e participar, positivamente, na construção de uma nova economia».

Os componentes, desta lista comprometem-se a nortear a sua actividade sindical em função de objectivos fundamentais para a classe, como a defesa dos postos de trabalho e obtenção de regalias socioeconómicas que possibilitem a melhoria do nível de vida. Revê-se,aliás, a apresentação de um projecto de contrato colectivo de trabalho que permita realizar esses objectivos. Nivelamento e cantinas, previdência, controlo de gestão, são também pontos fulcrais do programa de acção sindical da lista C.

No domínio da organização, pretende-se «restituir o Sindicato à sua verdadeira função, dinamizando as suas estruturas através da participação de todos os trabalhadores». Para tal, propugna-se uma *total independência do Sindicato em relação ao aparelho do Estado*, bem como uma vida sindical em que *a democraticidade* seja uma constante. Só assim o Sindicato será uma realidade ao serviço dos trabalhadores, cuja força reivindicativa será tanto maior quanto maior for a participação de todos».

Saudação do M.E.S. à Intersindical

«Forjada na luta contra o fascismo e a exploração capitalista, forjada na luta para eleger direcções sindicais da confiança dos trabalhadores e afastar os lacaios do patronato e do Governo colonial-fascista, forjada na luta contra as limitações corporativas da acção sindical, a Intersindical é sem dúvida um dos principais símbolos da luta dos trabalhadores do nosso País e uma das suas grandes conquistas.» Esta afirmação consta da «saudação à Intersindical — Central Única dos Trabalhadores» feita pelo Movimento da Esquerda Socialista, a propósito do sexto aniversário da Inter, recentemente comemorado. Lembra o M. E. S. que, «convocada em 1 de Outubro de 1970, a primeira reunião intersindical», se realizou efectivamente em 11 de Outubro do mesmo ano, tendo sido um «passo decisivo na criação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses».

Considera depois o Secretariado do Comité Central do Movimento da Esquerda Socialista que «a luta não está ganha, pois toda a direita e tambem a social-democracia, com o apoio do imperialismo, trabalham a todo o vapor com o objectivo de dividir o movimento sindical unitário português».

O Governo — acusa o M. E. S. — «atreve-se a revogar, contra a vontade da maioria e nas costas dos trabalhadores portugueses claramente demonstrada pelas centenas de milhares de trabalhadores que desceram à rua em 14 de Janeiro de 1975 e pelas centenas de assembleias sindicais que têm apoiado a unicidade, a lei que consagrava uma das grandes conquistas dos trabalhadores».

Envolvendo, na sua saudação, algumas palavras de crítica ao Secretariado da Inter, o secretariado do Comité Central do M. E. S. não deixa de sublinhar, como sendo, função primordial da Central Sindical, a de ser «uma arma no combate de classe contra o fascismo e a exploração capitalista; um centro de apoio, dinamização e direcção das pequenas e grandes lutas dos operários, dos camponeses e de todos os trabalhadores».

Termina a saudação do M. E. S. «Viva a Intersindical. Viva a Unicidade Sindical. Viva o Congresso de todos os Sindicatos e de todos os trabalhadores portugueses. Viva a Central Única, democrática e de classe».

ESTIVADORES

Pretensão inconstitucional custa 12 mil contos por dia

As comissões de trabalhadores da «Socarmar» e da «Tráfego e Estiva» responsabilizaram ontem em conferencia de imprensa o presidente do sindicato dos Estivadores e o ministro do Trabalho pela situação criada com a paralização das gruas flutuantes das duas empresas, desde o dia 1 ao largo do porto de Lisboa. Devido a isso, cinco navios foram já impedidos de ser descarregados. A Direcção do Sindicato dos Estivadores determinou a paralisação para tentar impor a sindicalização dos operadores de grua no Sindicato dos Estivadores ou a substituição daqueles trabalhadores especializados por estivadores. O presidente do sindicato, José Lino, anunciou mesmo que se a «Socarmar» e a «Tráfego e Estiva» não admitirem estivadores para o lugar dos operadores de grua (actualmente sindicalizados pelo organismo dos Transportes Fluviais). A Direcção do Sindicato dos Estivadores decretará paralisação total a partir da próxima segunda-feira.

As Comissões de Trabalhadores da «Socarmar» e da «Tráfego e Estiva» declaram por sua vez inconstitucional a pretensão da Direcção do Sindicato, pois a Constituição estabelece no artigo 57.º que a sindicalização de um trabalhador não pode ser imposta. A mesma posição é defendida pelo ministro do Trabalho em despacho datado de 1 de Outubro. Psteriormente porém o dr. Marcelo Curto emitiu opinião contrária ao afirmar às comissões trabalhadores referidas que o sindicato tem razão e está de acordo com a OIT, pelo que iria emitir uma nota oficiosa e anular o despacho.

Este «volte face» do ministro, afirmaram as comissões de trabalhadores, verificou-se depois de ter concedido uma audiência a José Lino, que conhece desde os seus tempos de consultor juridico do sindicato. No entanto, o pedido de audiência dos trabalhadores feito no dia 20 de Setembro, continua sem resposta.

A paralisação é parcial por enquanto, apenas dizendo respeito a descargas ao largo do porto, mas o prejuízo diário é da ordem dos 12 mil contos por cada navio não descarregado. Se for decretada greve total, os prejuízos para a economia nacional serão bastante agravados.

Ao responsabilizar José Lino por esta situação, as Comissões de Trabalhadores da «Socarmar» e da «Tráfego e Estiva» acusaram-no de demagogia e caciquismo para manipular os estivadores à sua vontade, referindo no entanto que muitos estivadores têm já consciência dessa manipulação e sabem que a luta dos trabalhadores das duas empresas não é contra eles.

CONGRESSO SINDICAL

Marinha Mercante debate projecto de regulamento

Ganha contornos cada vez mais definidos a vocação unitária das classes trabalhadoras em geral, com vista à próxima realização do Congresso de Todos os Sindicatos. É assim que, no Sindicato dos Trabalhadores Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e pescas acabou por ser aprovada ontem, em assembleia geral, uma moção na qual se exige «a retirada imediata» da «Carta Aberta», ficando no entanto a eventual participação da classe no Congresso dependente de uma próxima assembleia a realizar para discussão do Projecto de Regulamento. Este projecto será entretanto distribuído em todos os locais de trabalho.

Ficou decidida, por outro lado, a efectiva integração do Sindicato na Intersindical, nomeadamente através do pagamento das quotas para a Central Única.

Estiveram presentes como convidados na assembleia geral representantes do Sindicato dos Escritórios de Lisboa, Escritórios do Porto, Rodoviários de Setúbal, Metalúrgicos de Aveiro e Telefonistas de Lisboa, entre outros.

AMORTECEDORES
Reparo e Reconstruo todas as marcas, com garantia
MENDES Tel. 76 84 23
R. Capitão Ramires, 2-A (Ao Campo Pequeno)
REPRESENTANTE dos amortecedores «J. M.»
FILIAL
Av. Gomes Pereira, 61-B (A Benfica)

AOS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DE ALMADA

AS COMISSÕES SINDICAIS DE PROFESSORES DO CONCELHO DE ALMADA CONVOCAM OS ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO PARA SESSÕES DE ESCLARECIMENTO A REALIZAR NO DIA 11 ÀS 21 H. NAS SEGUINTES ESCOLAS:

LICEU NACIONAL DE ALMADA
ESCOLA EMÍDIO NAVARRO
ESCOLA ANSELMO DE ANDRADE
ESCOLA PREP. ANTÓNIO DA COSTA

PAZ BRANCO (SAAL) AO "D.L."

"Estamos perante um movimento que envolve meio milhão de pessoas"

ENTREVISTA DE LOURDES FÉRIA

«Não acredito que sejam capazes de destruir o S.A.A.L.»

Perante a difícil situação que atravessa o Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) achámos oportuno ouvir Paz Branco, o homem que até há pouco tempo desempenhava naquele organismo as funções de director.

Paz Branco demitiu-se «por se recusar a dar cobertura às manobras do Governo, que visam a destruição do SAAL». As suas críticas vão, sobretudo, para o ministro da Habitação, que sempre mostrou animosidade contra aquele serviço dependente do seu Ministério. «Um coio de comunistas» — dizia o ministro. Paz Branco, militante de base do Partido Socialista, autêntico socialista, afirma que no programa do seu partido nunca descobriu uma palavra que o levasse a pensar que o PS era anticomunista. Se alguns elementos do Partido Socialista assumem uma prática anticomunista não estão a interpretar o programa do partido tal como ele é, na realidade.

Paz Branco expressou ainda a disposição de divulgar, logo que seja oportuno, as verdades que estão a ser iludidas sobre vários problemas ligados à construção da habitação. Aliás Paz Branco tem autoridade para o fazer. É um homem «metido a fundo» nessas questões. Quarenta e dois de vida na construção civil: experiência que lhe trouxe dados importantes para as suas análises. Começou como desenhador. Mais tarde foi construtor civil, tendo trabalhado nas maiores empresas do ramo. Em 1968 lançou toda a produção da ICESA. A partir daí limitou-se apenas à organização de trabalhos na construção civil e a ser monitor do INII e do Laboratório de Engenharia Civil.

O seu «curriculum», porém, apresenta uma particularidade interessante, a paixão pelas cooperativas de construção civil. Neste campo Paz Branco sente-se como peixe na água. Aliás, contou-nos com um certo humor, que no **meio** era conhecido pela alcunha de «mula das cooperativas».

Paz Branco incidindo especificamente no assunto SAAL desvenda alguns dos problemas que afectam aquele organismo.

O SAAL INCOMODA

Nós inicialmente tinhamos pedido 1 milhão e 200 mil contos para o programa SAAL. Isto foi no VI Governo Provisório. Chegou-se à conclusão que a verba era demasiado elevada e decidimos reduzi-la para 1 milhão. Entretanto foram surgindo as dificuldades com as Câmaras Municiqais e a luta pela conquista dos terrenos. No meio do ano vimos que, dadas as dificuldades que nos assorbebavam já não podiamos gastar o milhão de contos. Reduzimos a verba para 800 mil contos. Ao entregarmos esse pedido de verba, já revisto, insistiram connosco, no Fundo de Fomento de Habitação para reduzirmos ainda mais. Sugeriram 600 mil. Entretanto iam congelando todos os pedidos de verbas que faziamos. Neste momento a situação é esta: estão congeladas portarias autorizando verbas correspondentes a 50 operações. É evidente que essas 50 operações se encontram paradas ou impedidas de arrancar. Através desse processo conseguem que nem sequer gastemos os 600 mil contos.

A criação do SAAL, no tempo em que o arquitecto Nuno Portas era secretário de Estado de Urbanismo e Habitação, deverá ser entendida no contexto político de Portugal após o 25 de Abril.

Aliás dentro do espírito do programa do MFA. Um programa que em matéria de habitação dizia que era necessário lançar os fundamentos «de uma nova política económica posta ao serviço do Povo português em particular das camadas de populações até ao presente mais desfavorecidas, tendo como preocupações imediatas a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que implica necessariamente uma estratégia antimonopolista.»

A originalidade do SAAL está, todavia, na forma como as populações se tornaram o centro de decisão tomando nas suas mãos o controlo das operações em curso. Nos bairros da lata, nas «ilhas», nas zonas de habitação degradada, os moradores pobres transformaram um decreto seco numa movimentação popular enraizada numa situação concreta. Por isso é difícil acabar com o SALL. Não estamos perante uma brincadeira de intelectuais mas sim perante um movimento que envolve cerca de meio milhão de pessoas.

Também não acredito que sejam capazes de destruir o SAAL. Estamos organizados de forma a desafiar qualquer outro plano de habitação. Verifica-se, no entanto da parte do Governo uma vontade enorme de o fazer. Que país é este! Que gente é esta que nos dirige, quando se permite que um ministro, coadjuvado pelos seus leais servidores comentem os apelos dos jornais utilizando estes argumentos: «então dr. Caliço, já vem o seu nome nos jornais? Então eng.º Sampaio Nunes, agora também o jornal tal o morde?...»

A propósito o eng.º Sampaio Nunes disse: «O SAAL é para se destruir e disso me encarrego eu». Como se pode aceitar a incumbência de destruir um organismo dependente do Fundo de Fomento da Habitação e no qual estão envolvidos já cerca de meio milhão de contos sem se ter dado ao cuidado de conhecer a validade ou inutilidade daquilo que se aceitou destruir? Sem se ter visto um único projecto, sem se ter visitado um único bairro da lata, sem se ter visitado uma única obra...

Segundo Paz Branco pretende-se acabar com o SAAL para confiar a construção das casas à iniciativa privada, pretende-se fazer renascer toda a indústria da construção tal como era antes do 25 de Abril. Não deixou de acentuar, no entanto, que pessoalmente nada tinha contra a iniciativa privada, mas sim contra a especulação que a ela anda ligada.

UMA PRÁTICA ESPECULATIVA

Servindo-se do Fundo de Fomento da Habitação pode-se canalizar o dinheiro do Estado para que a iniciativa privada construa casas de habitação social. Ora nós sabemos muito bem quais os preços que a iniciativa privada está a praticar.

O SAAL trabalha com a UNIURBA, uma união de cooperativas da Construção Civil, e com a «Sol Operário», outra cooperativa. Claro que praticam preços muito mais baratos que a iniciativa privada. Por outro lado essas cooperativas vivem praticamente do SAAL. A morte de uma implica a morte das outras.

As cooperativas praticam preços que vão de 2900 a 3400 escudos o metro quadrado enquanto as empresas de construção civil que nós chamámos a intervir porque as cooperativas não cobrem todas as nossas necessidades estão a praticar preços na ordem dos 5 contos. Sem excepção. Neste momento já os Sindicatos começam a perceber que nós podemos ajudar os trabalhadores. Por isso reclamam a nossa ajuda. O último foi o Sindicato da Construção Civil do distrito de Setúbal que em estreita colaboração connosco organizou uma cooperativa em Alcacer do Sal a partir de desempregados da construção civil. Um exemplo da especulação que caracteriza a iniciativa privada:

Actualmente já não se arranja casa em Coimbra por menos de sete mil escudos mensais. As casas que a iniciativa privada vinha fazendo em Coimbra pararam numa fase próxima do acabamento. Agora recomeçaram as obras. O escandaloso é que estão a pedir 900 contos pelos andares que na fase de acabamento custavam 450 contos. Nisto se traduz a prática da iniciativa privada...

No processo SAAL as casas são propriedade das Associações em que os moradores se constituem. Os inquilinos pagam por mês o correspondente ao custo da casa dividido por 25 anos. Os utentes nunca podem negociar com a casa. Se um dia quiserem desistir dela recebem da Associação a importância que pagaram.

Nós temos casas cujo valor oscila entre os 240 e 370 contos. As rendas a pagar vão portanto de 600 a 1500 escudos. Não existe nenhum modelo tipo de casa. Geralmente têm um ou dois pisos nas zonas rurais e dois, três e quatro pisos nas zonas urbanas. Dentro do processo SAAL as Associações recebem um subsídio de Fundo Perdido (não recuperável pelo Estado) no valor de 90 contos por cada fogo. Evidentemente que isto incomoda qualquer indivíduo que não seja socialista.

CASAS IMPROVISADAS

Perguntámos a Paz Branco se havia indícios ou mesmo provas de que o Governo pretendesse extinguir o SAAL. Parece que o desvio de verbas para «outros programas» é sintomático da disposição do ministro da Habitação. Sabe-se que o titular da pasta da Habitação encomendou 15 mil barracas prefabricadas dando um prazo: até Março. Destinam-se, segundo o ministro, a ser distribuídas pelos retornados. No entanto, Paz Branco expressou a convicção de que essas casas não vão ser apenas para os retornados...

Ainda não nos disseram claramente que o SAAL vai acabar mas o eng.º Sampaio Nunes, um dos colaboradores do ministro, declarou-o abertamente. De qualquer maneira o próprio ministro já afirmou que o SAAL não lhe interessa. Que o SAAL é um partido político. Quando os primeiros moradores marcaram audiências com o ministro ele chamou-me antecipadamente no sentido de se preparar para as respostas visto que não sabia nada do SAAL. Nessa altura esclareci-o naquilo que foi preciso. Mas reafirmei a minha intenção de defender isto custe o que custar.

Paz Branco acrescentou ainda:

Em breve serão publicados dados técnicos relativos quer ao preço que às características das casas prefabricadas. Se fosse aplicado o dinheiro na protecção às indústrias de prefabricação a sério já existentes no nosso país ou para criar novas empresas de construção industrializada então estaríamos de acordo que do SAAL saísse algum dinheiro porque os próprios moradores seriam beneficiados. Aliás essas «casas» improvisadas que o Governo pretende fazer ficam mais caras que as de construção tradicional. Não possuem condições habitacionais, não obedecem a nenhum regulamento de construção, nem sequer foram submetidas a testes no Laboratório de Engenharia Civil. São portanto, nesse aspecto, clandestinas. Essas 15 mil casas, encomendadas pelo ministro, não são prefabricadas mas sim improvisadas. Servem-se do nome para encobrir uma realidade e para justificar o preço. O mais grave de tudo isso é que o Governo diz que as casas são para os retornados. Mais uma vez aparece o nome «retornados» a cavar divisões. Assim classificam-se as pessoas necessitadas de casas em dois grupos.

Paz Branco, o homem que defende com unhas e dentes o SAAL, é militante do Partido Soccalista o partido que está (sozinho) no Governo. Um Governo que Paz Branco critica duramente. Há portanto uma contradição. Há qualquer coisa que não joga certo...

Eu não estou a lutar levado por ideias partidárias. Luto pela Revolução. Para que não se percam as conquistas desta Revolução. Tenho, todavia, muitas dúvidas, que seja possível alcançar o que esta Revolução nos prometeu. Não creio que eu consiga salvá-la mas faço por isso. Os outros que façam a parte deles. Não encontro nada no programa do Partido Socialista que me permita pensar que ele se defina pelo anticomunismo. Digo bem alto que não estou disposto a entrar em qualquer manobra anticomunista.

Moção dos trabalhadores do Processo SAAL

Numa reunião que teve lugar no passado dia 27, os secretariados a nível nacional do processo SAAL, aprovaram uma moção na qual decidiram «dar todo o apoio à posição assumida pelo director do SAAL, o sr. Paz Branco... por considerarmos que as manobras que estavam a ser feitas não visavam mais do que acabar com o SAAL.

O texto explica no que consistem essas manobras salientando «o desvio de verbas do SAAL para outros programas, os entraves na publicação das portarias destinadas aos novos bairros; os entraves na concessão de empréstimos destinados à fase de acabamentos de obras em curso; os entraves na aquisição dos terrenos...»

Um outro plenário decorreu no dia 28, no Laboratório de Engenharia Civil. Compareceram trabalhadores dos Serviços Centrais, das Comissões Regionais, das Equipas Locais (Norte, Centro e Sul) e os secretariados das Inter-Associações de Lisboa, arredores de Setúbal e da comissão de luta das associações de moradores do Algarve. Foi aprovada uma moção cujos considerandos se referem aos seguintes pontos:

— Que a indústria da construção civil deve ser politicamente determinada como um serviço social, subordinado a critérios de satisfação de necessidades sociais e não a critérios de rentabilidade capitalista.

— Que a gestão democrática de um serviço social assim entendido implica a sua subordinação ao controlo efectivo e organizado dos seus destinatários que são, para um serviço como — SAAL, os moradores, as suas associações e cooperativas.

— Que os moradores ligados ao processo tomaram já posição contra o boicote de que a intervenção e a própria existência do SAAL tem vindo a ser objectos.

As estruturas presentes na reunião resolveram reforçar a sua coesão interna através de trabalho competente e organizado, bem como a sua ligação às organizações de moradores implicados no processo visando a garantia da continuidade da sua existência ao serviço dos interesses populares e a criação de uma maior capacidade de resposta a todas as ofensivas do aparelho de Estado contra esses interesses».

MINISTRO NÃO RECEBEU SAAL

Um comunicado dos intersecretariados nacionais das associações de moradores — SAAL informa que o ministro da Habitação se recusou a receber uma delegação representativa daqueles organismos.

«Todos se lembram — diz o texto — do dr. Mário Soares ter prometido na Assembleia da República que havia verbas para o programa SAAL. Falou-se até de muitas centenas de milhares de contos. Mas os moradores pobres começam a desconfiar dessas promessas, pois na prática não estão a ver chegar esse dinheiro mas sim dificuldades e entraves em muito lado, havendo bairros que já chegaram a estar três meses sem poder pagar aos seus trabalhadores, por atraso na concessão dos empréstimos, encontrando-se hoje vários bairros impossibilitados de satisfazerem esses pagamentos».

O texto mais adiante acentua que o ministro, apesar dos «graves problemas» que afectam o SAAL se recusou a receber a delegação que lhe pediu audiência.

«Já que não podemos falar com o sr. ministro informamos que não sabemos quem vai pagar aos trabalhadores e quem vai apressar os processos nas Câmaras e Fundo de Fomento».

O comunicado termina referindo-se ao artigo da Constituição que diz que todos os portugueses têm direito a uma habitação digna.

MANUEL FERNANDES: SEQUELA DO CASO CIDLA

Divisão entre trabalhadores põe em risco o próprio trabalho

As revelações feitas pelo «D.L.», na sua edição do passado dia 28 de Setembro, sobre o escândalo Cidla, que a Polícia Judiciária está a investigar, têm causado o mais vivo interesse em vários sectores da vida nacional.

Recordamos que enquanto a esmagadora maioria dos trabalhadores da CIDLA auferia salários de miséria, os corpos gerentes da antiga administração e alguns funcionários locupletavam-se com o produto da exploração dos trabalhadores e dos consumidores, financiando por acréscimo a Legião e outras organizações fascistas, promovendo a propaganda da guerra colonial e contribuindo financeiramente para o «Movimento Nacional Feminino» e quejandos, prejudicando assim em milhares de contos a CIDLA, empresa posteriormente nacionalizada.

Nas revelações que então fizemos sobre este caso, referimo-nos concretamente a empresas-fantasma, que serviam apenas para desviar lucros da CIDLA para os bolsos de alguns administradores e outros. O caso da empresa de Transportes Manuel F. Fernandes, Ld.ª era, a este respeito, elucidativo, pois graças às relações existentes entre Francisco Cazal-Ribeiro e o principal sócio da Manuel F. Fernandes, esta empresa, com capital de apenas 5000$00, ganhou muitos milhares de contos.

Para esclarecermos alguns aspectos deste assunto ligados à Manuel F. Fernandes, Ld.ª, falámos com a Comissão de Trabalhadores desta empresa, constituída por Joaquim de Sousa, Homero Vieira, Almeida Neves e Reis Duarte.

De facto, se é certo que os patrões da Manuel F. Fernandes Ld.ª ganharam, graças a relações com a administração da CIDLA ainda não bem esclarecidas, muitos milhares de contos, os trabalhadores desta empresa, cerca de 200, repartidos por Lisboa, Porto, Faro e Rosarinho, têm sido vítimas de uma exploração extremamente grande, e salientam, a este propósito, que até ao 25 de Abril, além dos salários baixíssimos que recebiam, não lhes eram pagas as horas extraordinárias, mas obrigavam-nos a trabalhar diariamente para além das horas normais; os salários que figuravam nas folhas de pagamento eram ainda mais baixos do que aqueles que os trabalhadores recebiam, porque a entidade patronal não queria descontar para a Previdência, prejudicando assim os trabalhadores; finalmente, a insegurança do emprego era constante, pois a entidade patronal despedia regularmente trabalhadores, afim de dominar os restantes pelo terror.

Depois do 25 de Abril o comportamento da entidade patronal alterou-se substancialmente, graças às movimentações dos trabalhadores, havendo-se mesmo chegado a uma situação em que os problemas se resolvem em geral através do diálogo, sem confrontos violentos.

POSTOS DE TRABALHO EM PERIGO

Hoje, os postos de trabalho dos trabalhadores da Manuel F. Fernandes, Ld.ª estão em perigo. Aqueles membros da Comissão de Trabalhadores dizem-nos porquê:

. «A questão da continuidade da empresa pôs-se logo após o 25 de Abril: trabalhadores da CIDLA reivindicaram que a nossa empresa deixasse de fazer trabalho para a Cidla, ou melhor que a Cidla arranjasse novos transportadores e que não se mantivesse vinculada a um transportador único, a um transportador monopolista. Os trabalhadores da Cidla podem ter toda a razão, nós não contestamos a sua razão, simplesmente quisemos fazer-lhes ver que com o afastamento dos Transportes Fernandes do circuito, imediatamente eram postos em causa os postos de trabalho dos trabalhadores da M. Fernandes, porque não existe neste momento, neste país, outra firma que possa substituir a Cidla. Portanto, os Transportes Fernandes, para subsistirem, têm de efectivamente ter um transportador que dê as centenas de milhares de toneladas por ano que dá a Cidla.

A nossa empresa trabalha há vinte anos para a Cidla e toda a sua organização está feita para servir a Cidla, sendo extremamente difícil deixar a Cidla para fazer outra coisa.

Nós não podemos ainda sobreviver fora da Cidla porque sendo uma empresa com 200 trabalhadores, temos 30 carros, onze dos quais trabalham em nome da Cidla, foram comprados por ela com um depósito do eng.º Fernandes; os carros não têm aluguer, só podem transportar gáscidla e a partir da altura em que deixássemos de trabalhar para a Cidla esses carros paralisariam imediatamente, porque não têm alvará. Mas o problema mais grave é que nós temos à volta de 80-90 empregados de escritório. Ora uma agência de transportes com 19 camiões e 80 empregados de escritório não têm hipóteses nenhumas de sobreviver, caso a Cidla nos retirasse o serviço. Nós propusemos inclusivamente à Cidla, no início de 1975, que fizesse a integração dos Transportes Fernandes, com a saída do sócio principal eng.º Fernandes. Os trabalhadores da Cidla disseram que não, visto que competia à nossa entidade patronal resolver o problema. Nós até certo ponto concordámos com eles, pois a nossa entidade patronal, que acumulou milhares de contos durante todos estes anos em que explorou a Cidla, os trabalhadores dos Transportes Fernandes e os próprios capitalistas a quem os Transportes Fernandes recorria, e que também serão atingidos, é que deve agora resolver o problema.

Neste momento estamos em condições dificitárias porque a Cidla não pode aumentar as taxas que nos paga e a situação que antevemos é precisamente esta: a partir do momento em que a Cidla diga, e isso parece que está para breve, que não podem mesmo aumentar mais, nós vamos para o desemprego. O eng.º Fernandes, por sua vez, diz que a única hipótese que vê é pagar as indemnizações e os trabalhadores irem para o desemprego.

Quando na Cidla se põe em causa os Transportes Fernandes é preciso ver como o fazem. Desde o princípio, desde que começámos a lutar para que os trabalhadores tivessem mais autonomia e pudessem ser eles próprios a participar mais no seu destino, pois os trabalhadores da Fernandes afimaram à C.T. da Cidla que estavam dispostos a trabalhar para a Cidla em condições a combinar e que fossem as mais favoráveis para a Cidla, desde que nos dessem a nós só a possibilidade de continuar a laborar. Afirmamos, nomeadamente, que poderíamos trabalhar à tarefa, propusemos também à Rodoviária Nacional que integrasse os transportes Fernandes, canalizando a Cidla para a Rodoviária os seus transportes, fizemos uma série de propostas. Nunca houve da nossa parte má vontade em relação à Cidla, não houve sequer uma situação de protecção dos trabalhadores da nossa firma ao engenheiro Fernandes, de que em determinada altura os trabalhadores da Cidla nos acusaram.

Nós temos perfeita consciência do que significaram as relações entre o eng.º Fernandes e o Cazal-Ribeiro para a Cidla, simplesmente; tal como os trabalhadores da Cidla não podiam fazer nada, nós também não. De salientar que, de certa forma, nós fomos explorados muito mais directamente do que os trabalhadores da Cidla. Depois do 25 de Abril, em condições políticas muito favoráveis, os trabalhadores da Cidla e dos Transportes Fernandes poderiam ter chegado a uma solução que conviesse a todos; nós não podíamos é afastar o eng.º Fernandes, sabendo que a Cidla nos estava a fechar a porta, e depois nem teríamos o eng.º Fernandes para se responsabilizar pelos postos de trabalho, nem o trabalho que a Cidla nos dava».

QUE FAZ O MINISTÉRIO?

Como se constata facilmente pelas afirmações dos elementos da Comissão de Trabalhadores da Manuel F. Fernandes, Ld.ª, estes são, uma vez mais, as vítimas: explorados antes, continuam a sê-lo hoje; e, o que é pior, arriscam-se a ser eles ainda as vítimas das relações privilegiadas que existem entre o Cazal-Ribeiro e o eng.º Fernandes. Os trabalhadores da Cidla pretendem, compreensivelmente, sanar um problema — será ainda necessário que não o façam prejudicando outros trabalhadores.

A Comissão de Trabalhadores dos Transportes Manuel F. Fernandes, Ldª ao «DL»: «Nós temos perfeita consciência do que significaram as relações entre o eng.º Fernandes e o Casal Ribeiro para a CIDLA; simplesmente, tal como os trabalhadores da CIDLA não podiam fazer nada, nós também não».

A entidade patronal da Manuel F. Fernandes, Ld.ª, diz não poderia continuar a financiar por mais tempo a empresa, visto a Cidla dever desde há dois anos cerca de 70 mil contos à Manuel F. Fernandes.

Com efeito, este débito encontra-se congelado pela Cidla há cerca de um ano, *a pedido dos trabalhadores daquela empresa*. A 17 de Setembro de 1975 *foi firmado um acordo no Ministério do Trabalho, entre os trabalhadores da Fernandes e a respectiva entidade patronal*, segundo o qual aquele débito deveria ser descongelado, começando a efectuar-se os pagamentos para uma conta bancária aberta em nome da firma e controlada pelos trabalhadores.

Por carta de 19 de Setembro, a Comissão de Trabalhadores da Fernandes anunciou à Comissão de Trabalhadores da Cidla ter chegado a acordo sobre o descongelamento dos seus créditos sobre a Cidla, solicitando que «todos os débitos da Cidla, presentes e futuros, à firma Transportes Manuel F. Fernandes, Ld.ª, sejam liquidados por transferência bancária para a conta n.º 024/005603 aberta no Banco Espírito de Santo e Comercial de Lisboa (Dependência da Avenida de Berna) em nome de Transportes Manuel F. Fernandes, Ld.ª.

Embora a Comissão Administrativa Sacor/Cidla em princípio não se opusesse a tal liquidação, *a Comissão de Trabalhadores da Cidla não deu* a sua concordância para que essa se processasse, por razões não inteiramente esclarecidas.

É por todas estas razões que a situação dos trabalhadores da Manuel F. Fernandes Ld.ª é hoje de certo modo desesperada, tanto mais, como eles nos salientaram, que há cerca de dois anos que estão empenhados em resolver a questão da continuidade laboral da empresa (a Cidla, de resto, não poderia substituir a M. Fernandes por outra sem graves inconvenientes e prejuízos para os consumidores de gáscidla e a própria Cidla), sem que os órgãos governativos se mostrem interessados em solucionar o problema.

A nível do Ministério do Trabalho, aconteceria mesmo o contrário, já que, presentemente, não seria a questão da sobrevivência da empresa que preocuparia o Ministério do Trabalho, mas sim a readmissão de um funcionário da M. Fernandes, saneado pelos trabalhadores logo após o 25 de Abril, exercendo nesse sentido as mais diversas influências sobre os trabalhadores.

Dizem-nos os membros da Comissão de Trabalhadores da Manuel F. Fernandes, Ld.ª:

. «As entidades governamentais, através do Ministério do Trabalho, pretendem que esse indivíduo, de nome João Leal, volte à empresa. Nós trabalhadores, não o queremos lá de maneira nenhuma. É um indivíduo que era chefe de secção, um ser verdadeiramente despótico, que arbitrariamente despedia trabalhadores; as suas relações com os trabalhadores eram perfeitamente inadmissíveis, desde os termos que empregava para se dirigir aos trabalhadores até ao uso de varinhas, etc., aos castigos absolutamente infantis; o próprio comportamento do indivíduo é o de uma pessoa que não é normal. Mesmo a entidade patronal reconheceu que esse indivíduo não tinha condições para lidar com pessoas, com homens, para dirigir homens, mas o que acontece agora é que o Governo pretende meter esse indivíduo novamente lá dentro, dizendo que não existem condições legais para o afastar, que o processo que foi feito não o foi respeitando as condições legais».

ESCLARECIMENTO

Recebemos, entretanto, do sr. Afonso Severino Coelho, de Sacavém, o seguinte esclarecimento:

«Tendo aparecido na edição de 28 de Setembro um abrigo intitulado «P. J. investiga escândalo Cidla, no qual sem consultar o signatário, se inclui o seu nome sem sua autorização ou conhecimento como participante numa opção na gestão da Cidla, vem o mesmo solicitar a V.ª Ex.ª que, ao abrigo da Lei de Imprensa, seja publicada esta rectificação:

A opção tomada quanto ao preço de custo do transporte de garrafa não foi por iniciativa ou porque de qualquer modo o secretário referido tenha possibilidade de contratar transporte como trabalhador individual, mas sim integrado num grupo de trabalho nomeado para efeito de análise de custo do transporte das garrafas.»

de 1 a 15 de Outubro
Ensaie a gama CITROËN

NOVA SOVENDO
AGENTE CITROËN
Marcações pelo telefone 607117
Av. Infante Santo, 15 A/C - Telf.: 607117 - Lisboa
AGENTE CITROËN

Estrangeiro

DEPOIS DE LEVANTADAS AS ULTIMAS MINAS

Guiné-Bissau "explode" pacificamente

Como no tempo da guerra, há explosões na Guiné-Bissau. Explosões, no entanto, pacíficas. São os «sapadores» que fazem rebentar as minas ainda existentes da guerra colonial... Marcas do conflito que, durante treze anos, após os guerrilheiros do PAIGC ao exército colonial português, numerosas minas «recheiam» ainda os solos daquele novo Estado africano. Foram já extirpadas ou destruidas 12000 — e os camponeses vão regressando às suas antigas aldeias donde tiveram de partir por causa da guerra. E os camponeses saudam os «sapadores». Toda uma terra, enfim, está em «reconstrução».

Precisamente nessas áreas minadas, está o alto comissariado das Nações Unidas para os Refugiados a proceder à instalação de escolas e dispensários.

Uma larga amnistia foi, entretanto, promulgada a fim de sublinhar o XX Aniversário do PAIGC e a data da proclamação da independência em Medina do Boé.

As penas de morte foram comutadas em dez anos de trabalhos forçados. Outros prisioneiros foram libertados ou viram as suas penas reduzidas. Entre eles, contam-se antigos agentes da PIDE.

«OUTRA PÁGINA»

«Virou-se a página da época colonial» — salienta um comunicado.

Página que se virou também para os mutilados ou doentes de guerra das «Forças Revolucionárias do Povo» (FARP), exército regular da guerrilha, que são desmobilizados, orientados e recolocados, um a um, pelo Comissário de Estado para os Antigos Combatentes.

Têm prioridade no acesso aos empregos e bolsas de estudo — e países como a Argélia, Jugoslávia, Cuba recebem guineenses nas suas faculdades e nos seus centros de estudos técnicos.

Uma parte dos antigos camaradas destes mutilados vai continuar mobilizada no seio das «FARP», as quais se virão a tornar numa força de choque dispondo de armas modernas, como «Migs» ou potentes helicópteros. Saliente-se que alguns destes aparelhos foram já comprados. Os antigos combatentes formarão a ossatura deste novo exército e darão instrução aos recrutas do serviço militar obrigatório, a ser instituido brevemente.

Uma outra parte dos combatentes das «FARP» vai ser desmobilizada por grupos — e destinados à formação de cooperativas agrícolas, industriais ou artesanais.

AUXÍLIOS

Depois de alfabetizados, os futuros cooperativistas receberão a instrução primária e, mais tarde, uma formação profissional.

Os responsáveis por esta mutação esperam realizar transformações de tipo cultural e social no seio das populações, graças à implantação de cooperativas de antigos guerrilheiros formados politicamente no decurso da guerra.

É grande a necessidade de tais transformações, pois a mais grave das feridas da guerra é o hábito que se apoderou de certas populações das antigas zonas portuguesas de viverem em economia de subsistência...

Dois grandes projectos estão em estudo: um complexo açucareiro de 130 milhões de dólares, que produzirá 66000 toneladas, no centro do país — e na bacia do Geba um projecto para o cultivo do arroz que ocupará uma área de mais de 500 km2.

Entretanto, o Governo financiou já uma fábrica de sumo de frutas — e há pequenas indústrias em preparação com o apoio de auxílios da França, da Inglaterra e da Suécia.

Aos amigos tradicionais do PAIGC, como países socialistas e a Suécia, que fornece uma assistência importante, e países ocidentais (além dos já mencionados) como a Holanda e a Noruega, veio juntar-se a Dinamarca. Portugal, por seu turno, deve enviar 120 professores. Das ex-colónias portuguesas (Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe) o auxílio e a cooperação são permanentes.

O Hospital de Farim, previsto para 24 camas e serviço de maternidade e consulta externa da região Norte da Guiné, está em construção. Foi iniciado após a libertação e as obras encontram-se, nesta altura, tal como mostra a gravura.

A quietude dos rios da Guiné continua a ser sulcada pelas canoas ancestrais, que transportam um povo que quer viver em paz.

Nacionalismo rodesiano: um movimento dividido

O nascimento do movimento nacionalista vem da época da Federação da Rodésia — Niassalândia. Proveniente da Liga dos jovens, o Congresso Nacional africano foi criado a 12 de Setembro de 1957, sob a direcção de Joshua Nkomo, antigo sindicalista. Perseguido pelas autoridades, fundaria em Dezembro de 1961, o Zimbabwe African People's Union (ZAPU), organização que, logo no ano seguinte, seria proibida. Nkomo foi preso em 1964, por ter reclamado uma intervenção militar britânica logo depois da vitória eleitoral da Frente rodesiana de Smith.

Entretanto, um pastor metodista, o reverendo Sithole, criara em Abril de 1963, o Zimbabwe African National Union (ZANU). Este movimento seria, por sua vez, proibido em 1964. A ZAPU e a ZANU têm ambas uma ideologia socialista e anti-racista, e exigem a transferência do Poder para a maioria africana. O primeiro dos movimentos dá, porém, mais força à mobilização das massas, enquanto que o segundo evolue a favor da luta armada. Em 1965, Nkomo recusou avaliar um projecto de Constituição que, embora dando algumas responsabilidades aos negros, tinha em vista preservar a supremacia branca.

O Conselho nacional africano (ANC), foi criado a 16 de Dezembro de 1961, um mês antes da chegada a Salisbúria da comissão britânica Pearce, encarregada do inquérito sobre a Rodésia. O conselho era presidido por monsenhor Abel Muzorewa, primeiro bispo africano da igreja metodista unificada. A ANC definiu-se então como um movimento que pregava a não violência.

A ZANU e a ZAPU anunciaram a formação, a 23 de Março de 1972, de um comando militar unificado cuja direcção foi confiada a Chitepo — que seria assassinado em 1975. Tinha-se iniciado a luta armada. A 9 de Janeiro de 1973, Smith anunciava o encerramento da fronteira com a Zâmbia, cujos dirigentes acusava de apoiarem os guerrilheiros.

A 7 de Dezembro de 1974, a ZANU e a ZAPU proclamaram a sua unificação sob o estandarte da ANC, única formação africana tolerada em Salisbúria. *É preciso prosseguir a luta armada e todas as formas de luta*, dizem eles num comunicado. Mas a integração das duas organizações num movimento comum estava longe da sua realização. A ZANU continua a ser a mais influente na guerrilha, enquanto que a ZAPU de Nkomo exerce sobretudo um combate político.

Em 1975, o fosso aumentou ainda mais entre os partidários do diálogo, agrupados junto de Nkomo, e os partidários da luta armada conduzida pelo pastor Sithole e por monselhor Muzorewa.

Sithole fundou em Lusaka, em Setembro de 1975, o conselho de libertação do Zimbabwe. A ruptura foi consumada a 28 de Setembro, entre a ala externa com base em Lusaka e a ala interna que procurava retomar contacto com o Governo de Salisbúria. Enquanto a guerrilha se intensificava no Norte e Nordeste do país, Nkomo era eleito pelos seus partidários, presidente da ANC. A 15 de Dezembro, Smith e Nkomo davam início a conversações constitucionais, que três meses depois falhariam.

Mas já a iniciativa, não pertencia somente aos «chefes históricos». Cansados das querelas intestinas que minavam as organizações nacionalistas, os presidentes dos Estados vizinhos, em especial Nyerere e Samora Machel favoreceram a reconstrução do movimento de libertação. Nos campos de treino instalados na Tanzânia e em Moçambique organizou-se, no início de 1976, um «alto comando reunificado» que compreendia dezoito membros, metade dos quais pertenciam à ZANU e à ZAPU. Estes jovens dirigentes militares rejeitam a autoridade dos «políticos». É essa «terceira força» que, agrupada no seio do exército popular do Zimbabwe (ZIPA) faz daí em diante a guerrilha. O homem forte do ZIPA que reúne doze mil combatentes, é Roberto Mugabe. Mugabe foi formado pelos chineses.

Não se põe de parte a hipótese de Mugabe, a fim de apresentar uma frente unida durante as próximas negociações com o regime branco, aceitar a reivindicação dos militares no seio da ANC, decisão essa que permitiria refazer a unidade dos nacionalistas.

© *Le Monde*

S. R.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA

DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS ELÉCTRICOS

ÉDITOS

Faz-se público que, nos termos e para os efeitos do art.º 19.º do Regulamento de licenças para instalações eléctricas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26 852, de 30 de Julho de 1936, estará patente na Direcção-Geral dos Serviços Eléctricos, sita em Lisboa, na Rua de S. Sebastião da Pedreira, 37, em todos os dias úteis, durante as horas de expediente, pelo prazo de quinze dias, a contar da publicação destes éditos no «Diário da República», o projecto apresentado pela Electricidade de Portugal — EDP (ex: Aliança Eléctrica do Sul) a que se refere o processo 8/55935, arquivo 3074, para o estabelecimento no concelho de Olhão de uma linha subterrânea a 6 kV, com 170 metros do poste n.º 3 da linha para a Companhia Portuguesa de Congelação ao posto de transformação da Firma Ferreira Bom & Martins, Lda.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto deverão ser presentes na referida Direcção-Geral, dentro do citado prazo.

Repartição de Licenciamento, em 29 de Setembro de 1976.

Pel'O Engenheiro Chefe
Angelino Pires dos Santos

ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, E D P

EX-UNIÃO ELÉCTRICA PORTUGUESA

AVISO AOS CONSUMIDORES

Para realização de trabalhos nas instalações desta Empresa, no próximo Domingo, 10 de Outubro, será interrompido o fornecimento de energia eléctrica em baixa tensão, nas seguintes zonas:

CONCELHO DE PALMELA:

Vargem, S. João, Terras do Pão e Volta da Pedra, Alagoinha e Olhos de Água
das 06.30 às 14.00 horas

Lisboa, 9 de Outubro de 1976

Pela Electricidade de Portugal, E. D. P.
(U. E. P. - Sul)

Manuel Fernandes Camacho

NATURA

FOI POSTO À VENDA O N.º 265 REFERENTE A OUTUBRO

Se desejais evitar a doença e curar-vos dos vossos males, pedi meios puramente naturais, assinai já esta utilíssima revista de Higiene Geral e Alimentar de Saúde e Cultura Integral, podendo estar certos de que pelos seus ensinamentos recuperais mais bem estar e alegria de viver.

Director e Proprietário: Dr. Indivari Colucci.

Do sumário destacamos os seguintes artigos:

— **Uma nova Terapêutica do Cancro**
— **Da regeneração dos tecidos à Medicina Natural**
— **Os Doutores da Medicina**
— **Nos, os micróbios e a higiene**
— **A «Nova» Medicina em Portugal ou a Liberdade da Asneira!**
— **O Cancro e a Imunidade**
— **A Saúde e o estado de normalidade funcional do Organismo**
— **Donde vimos? Quem somos? Para onde vamos?**
— **As dores de cabeça**
— **A idade madura**
— **Acerca da Bronquite**
— **Etc., etc.**

Todos os pedidos devem ser dirigidos a esta administração.

Rua Antero de Quental, 35, 1.º, Dt.º (ao Intendente)
Telef. 55 64 98

Assinatura Anual, 160$00; Semestral, 80$00
Estrangeiro e Ultramar, 250$00. Número Avulso, 17$50

SE ADQUIRIR UM NÚMERO A TÍTULO DE EXPERIÊNCIA FICARÁ LOGO NOSSO ASSINANTE

Estrangeiro

SEGUNDO JORNAIS DE PAREDE

Hua sucede a Mao

PEQUIM, 9 — (R.) — Jornais de parede apareceram hoje nas ruas de Pequim informando que o primeiro-ministro Hua Kuo-Feng fora nomeado presidente do Partido Comunista Chinês, sucedendo a Mao Tsé-Tung.

Nas paredes de uma fábrica nos subúrbios orientais, estrangeiros viram um «poster» onde se lia: «Apoiamos energicamente a resolução acerca da nomeação do camarada Hua Kuo-Feng como presidente da comissão central do partido e presidente da comissão de assuntos militares».

O Ministério chinês dos Negócios Estrangeiros recusou-se a confirmar se o primeiro-ministro fora nomeado presidente do partido. Um informador limitou-se a observar que «tomaria nota da pergunta».

Mais tarde, anunciou-se que mais jornais de parede apareceram na Universidade de Pequim e noutros subúrbios saudando a nomeação de Hua como presidente do P. C. C.

Se a notícia dada pelos jornais de parede for confirmada oficialmente, isso significará que o imperturbável chefe de Governo se estabeleceu firmemente no Poder, passando a dirigir a maquinaria do Estado, do Partido e das Forças Armadas.

A nomeação de Hua como primeiro-ministro, em Abril de 1976, terminou uma luta azeda pelo Poder que culminou com o incêndio de automóveis na Praça de Tien An Men, em Pequim.

Hua foi nomeado em vez do vice-primeiro-ministro Teng Hsiao-Feng que foi derrubado por uma campanha inspirada por esquerdistas, após ser classificado como «um defensor do capitalismo».

Além de ser elevado ao cargo de chefe do Governo, Hua foi nomeado primeiro vice-presidente do Partido, logo a seguir a Mao, de 82 anos, que já se achava doente

Ontem, o povo chinês fora informado oficialmente que o corpo de Mao Tsé-Tung seria colocado num mausoléu em Pequim.

A comunicação de que o corpo de Mao fora embalsamado circulara já entre altos funcionários e diplomatas estrangeiros, mas a vasta maioria dos 800 milhões de chineses não fora informada.

Um comunicado especial pela rádio, exactamente um mês depois do falecimento do presidente chinês, dizia que o corpo seria colocado num sarcófago de cristal, numa sala construída com esse fim, de forma a que «as grandes massas do povo possam prestar homenagem aos seus restos mortais».

O primeiro-ministro da República Popular da China, Hua Kuo-Feng, pronunciando o elogio fúnebre do presidente Mao. Hua Kuo-Feng foi agora nomeado presidente do Politburo do P.C. chinês. (Foto Keystone)

Caleidoscópio

■ WASHINGTON, 9 — (R) — O exército norte-americano utilizou um raio Laser — o «raio da morte» da ficção científica — para abater helicópteros sem piloto, servindo de alvo, no seu perímetro de ensaios com mísseis em Huntsville, Alabama, segundo revelaram fontes afectas ao Pentágono.

■ ESTOCOLMO, 9 — (ANOP) — O novo governo de coligação sueco trabalhará «no interesse de todo o povo» em ordem a uma sociedade de escolha individual mais descentralizada — afirmou ontem o primeiro-ministro Thorbjoern Faelldin, ao anunciar o programa de governo e a constituição do novo gabinete.

■ MANILA, 9 — (FP) — Boas intenções e poucas decisões — eis como o director-geral do FMI e o presidente do Banco Mundial resumiram ontem os resultados da assembleia anual das duas instituições, efectuada em Manila.

Cuba elege amanhã poder popular

HAVANA, 9 — (ANOP, IPS, R e DL) — Pela primeira vez, desde a vitória da revolução de 1959, os cubanos vão às urnas. Amanhã, 10 de Outubro, realizam-se as eleições para os novos órgãos de Poder Popular. Todos os cidadãos com 16 anos completos podem votar, o que dá a Cuba um número de 5,5 milhões de eleitores.

Os cubanos elegerão amanhã 10.000 representantes em 169 assembleias municipais de poder popular. Depois, os representantes mandatados pelo povo elegerão os delegados das assembleias provinciais e nacionais.

Os preparativos eleitorais duraram vários meses, tendo sido dado excepcional significado a esta primeira ida às uenas, já sob a primeira Constituição socialista do país, adoptada em Fevereiro deste ano.

Aumentos de preços em Itália

ROMA, 9 — (ANOP) — O preço da gasolina foi ontem aumentado em Itália de 25 por cento, dando início a uma série de aumentos decididos pelo Governo democrata-cristão de Giulio Andreotti.

Com este novo aumento, o preço da gasolina «super» passa a custar 500 liras (20 escudos), mais 100 que até agora.

Desde 1973 que o preço da gasolina triplicou em Itália.

Para além das críticas a esta medida governamental, surgidas da parte de alguns partidos e do Automóvel Clube de Itália, a primeira reacção foi a dos vendedores de combustível, que declararam ontem uma greve indeterminada a partir das 18 horas tmG.

Todas as estações de serviço fecharam, a partir de ontem à noite, em sinal de protesto contra o aumento estipulado pelo Governo, o qual, segundo afirmam, beneficiará somente as companhias petrolíferas e o fisco, mas não modificará a percentagem de lucro dos vendedores.

A subida do preço do produto foi a «solução final» encontrada pelo Governo italiano, depois de se ter especulado com a criação de um «duplo mercado» — uma quota a baixo preço e o restante a preço elevadíssimo — e com outras medidas igualmente destinadas a conter o consumo de carburante.

De qualquer forma, o encarecimento da gasolina resultará em benefícios imediatos para os cofres do Estado: cerca de um bilião e cem mil milhões de liras anuais (44 milhões de contos).

O aumento aplicado aos combustíveis faz parte de uma autêntica onda de aumentos de preços que alterará sensivelmente o equilíbrio orçamental dos italianos.

O objectivo governamental é conseguir que os cofres do Estado recebam anualmente mais 5 000 000 000 000 de liras (200 milhões de contos).

Assim, subirão as tarifas de alguns dos principais serviços públicos.

Para além dos 10 por cento aplicados aos bilhetes de caminho-de-ferro, estabeleceu-se ontem um aumento de 20 a 50 por cento para as tarifas postais.

A energia eléctrica aumentará em mais de 15 por cento, bem como as tarifas telefónicas e, num futuro próximo as dos transportes públicos, que em Itália se encontram submetidos a «preços políticos».

Por outro lado, o Governo italiano, com o acordo da Santa Sé, decidiu ontem a abolição para os efeitos civis de cinco festas religiosas com efeitos a partir de 1977.

Simultaneamente foi decidido comemorar nos domingos mais próximos as festas nacionais italianas do 2 de Junho e do 4 de Novembro.

Como compensação laboral pela abolição destes feriados, o Governo decidiu que os trabalhadores podem usufruir o equivalente em dias seguidos de descanso mediante acordos sectoriais.

Trata-se de uma das medidas estabelecidas no plano de saneamento económico para aumentar a produtividade e eliminar dois fenómenos considerados os mais prejudiciais para a produção italiana: as «pontes» que se criavam com as festas a meio da semana e o absentismo que coincidia com elas.

Estudante fabrica bomba atómica

PRINCETON (NEW JERSEY), 9 (F.P.) — Um estudante de 21 anos da Universidade de Princeton conseguiu, apenas em quatro meses, fabricar uma bomba atómica.

O engenho, descrito num estudo de 34 páginas, apresentado na Universidade, tem o tamanho de um balão, pesa quase 72 kgs, e possui uma potência de cerca da terça parte da bomba de Hiroshima, que matou 70 mil pessoas.

O estudante, John Phillips, declarou ter realizado o projecto da bomba limitando-se a lançar mão de informações técnicas acessíveis a toda a gente, visando demonstrar que qualquer pessoa que deseje construir uma bomba atómica, nomeadamente um grupo terrorista, poderá fazê-lo desde que consiga roubar o plutónio necessário.

Assim, prossegiu o estudante, ao construir a bomba apenas o moveu o desejo de impedir a proliferação de armas nucleares.

Comentando o caso, o Dr. Frank Chilton, físico da Marinha e que trabalha na companhia «Science Applications» (aplicações científicas) ligada por contrato ao Pentágno, afirmou que a bomba, embora utilizando uma técnica antiga, se encontra em condições de funcionar perfeitamente.

Phillips revelou aos jornalistas serem precisos 6,96 kgs de plutónio para fabricar a sua bomba, o que representa um montante de cem mil dólares (cerca de 3.300 contos).

Depois de declarar não saber se o engenho funcionaria, para o que seria necessário ensaiá-lo, o estudante acrescentou que «mesmo que não provoque uma explosão nuclear e desde que o dispositivo seja accionado, o potente explosivo contido na bomba é suficiente para disseminar plutónio 236 em todos os sentidos, bastando isso incitar terroristas a construir uma bomba semelhante».

Explicando como trabalhara, Phillips afirmou ter utilizado documentos já publicados, tais como o «Manhattan Districto History, Project Y», um relatório publicado pelo Governo, relatando os problemas que se deparam aos cientistas responsáveis pela construção das primeiras bombas americanas, bem como o «Los Alamos Primer», documento vendido por 15 dólares pelo Governo e que descreve os conhecimentos de Física de que dispunham os cientistas nessa época.

Quanto ao detonador da bomba, Phillps disse ter conseguido o nome do explosivo empregue pelo exército Americano nos ensaios atómicos, limitando-se muito simplesmente a telefonar à companhia Dupont: expliquei, a quem me atendeu, estar a trabalhar num projecto sobre explosivos, tentando criar uma onda de choque capaz de provocar uma explosão». O técnico da referida empresa deu, então, a Phillips, o nome de determinado produto, acentuando tratar-se do explosivo empregue pelo exército nas bombas atómicas.

Estudantes do Massachusetts Institute of Technology já há alguns anos tinham tentado realizar projecto idêntico ao de Phillips, segundo este próprio revelou. Porém, tinham esbarrado precisamente na dificuldade de aquisição do detonador.

Phillips recusou-se a revelar o nome do produto em questão, afirmando que isso comportaria demasiados riscos.

Tanto o Dr. Chilton como o professor que dirigiu os trabalhos de Phillips, o Dr. Freeman Dyson, declararam aos jornalistas ser inquietante verificar a facilidade com que semelhante espécie de projecto pode ser realizada.

EMPRESA PÚBLICA DAS ÁGUAS DE LISBOA

AVENIDA DA LIBERDADE, 24 — APARTADO N.º 2881
LISBOA - 2 — PORTUGAL

CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE FORNECIMENTO E MONTAGEM DE GRUPOS ELECTRO-BOMBAS PARA A CENTRAL ELEVATÓRIA DE TELHEIRAS

Faz-se público que no dia 23 de Novembro de 1976 pelas 15 horas, na sede da Empresa Pública das Águas de Lisboa, na Avenida da Liberdade, 24, se procederá ao concurso público para adjudicação da empreitada em epígrafe.

As propostas serão remetidas sob registo e com aviso de recepção ou entregues contra recibo na Secretaria dos Serviços Técnicos da Empresa, até às 17 horas do dia 22 de Novembro de 1976.

Caução provisória: 150 000$00

Alvarás exigidos aos concorrentes:

5.ª sub-categoria da II categoria e/ou

8.ª sub-categoria da IV categoria e classe correspondente ao valor da proposta.

O Processo de concurso estará patente todos os dias úteis, excepto aos sábados, durante as horas de expediente, na Sede da Empresa, onde poderá ser examinado e obtida cópia.

Lisboa, 6 de Outubro de 1976.

Pela EMPRESA PÚBICA DAS ÁGUAS DE LISBOA
O Presidente da Comissão de Fiscalização
João Bau

Espectáculos

HOJE: às 20.30 e 22.00
Domingos Matinées às 16 h.
4.ª FEIRA
Descanso da Companhia
(Não acons. MEN. 18 anos)

TEATRO ABERTO
grupo 4
O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO
bertolt brecht
JOÃO LOURENÇO
De 3.ª a 6.ª feira às 21.15
Sábado, também às 15.30
DOMINGO SÓ Às 16 h
ÚLTIMAS

TEATRO / telef. 366745
ABC
Todas as noites
às 20.30 e 22.45 horas
DOMINGO
matinée às 16 horas
NÃO DEIXE DE ASSISTIR
4.ª FEIRA
Descanso da companhia
A partir de terça-feira dos maiores êxitos
Uma revista apolítica
Para rir é divertir-se!
HERMÍNIA SILVA
NICOLAU BREYNER
RIBEIRINHO
VERA MÓNICA
VÍTOR MENDES
LURDES LIMA
à frente de um grande elenco
Não acons. a men. de 18 anos

Restaurante 7 MARES
PORTIMÃO
De 1.ª categoria
Aberto das 12.30 às 15 e das 19.30 às 24
COZINHA PORTUGUESA
No Bar: pianista privativo
Encerrado às 2.as feiras
ORGANIZAÇÕES FERNANDO BARATA

DL

ALÔ - ALÔ PEQUENINOS E GRANDINHOS
O CIRCO VAI PARA O
COLISEU

Esp. para todos
A PARTIR DE DIA 15 ÀS 21.30 H.
ELEFANTES - CAMELOS - DORMEDÁRIOS - CAVALOS - BISONTES
TOUROS - CÃES E A MOLA INDOMÁVEL
FABULOSA OLIMPÍADA DE CIRCO!

FOTOCÓPIAS
2$50
E CÓPIAS HILIOGRÁFICAS
GP. -- Av. António Augusto de Aguiar n.º 3 - 1.º-A
Telef. 55 74 09 — LISBOA

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

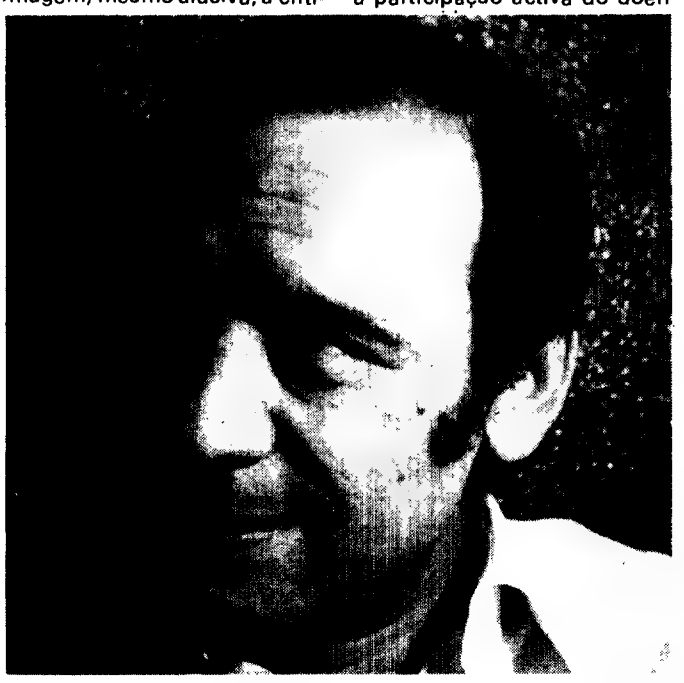
"Isto é que dói!"

«ISTO É QUE ME DÓI!», de Paulo Pontes. Versão: Raul Solnado e César de Oliveira. Encenação: Maria Helena Matos. Cenário: Octávio Clérigo. Intérpretes: Raul Solnado, Guida Maria, Helena Matos, Joel Branco, Cândido Mota, Luís de Mascarenhas, David Silva. Produção: Vasco Morgado. Teatro Variedades. Setembro 1976.

Supomos que da peça brasileira «Checkup» não terá chegado ao Variedades mais do que o esquema dramático, a série de situações em que se articula. O texto terá sido reescrito por Solnado e por César de Oliveira de acordo com uma determinada situação política e social, a nossa depois do 25 de Abril, e de acordo com uma determinada linguagem.

O protagonista da peça é um actor que, depois de uma longa espera, ingressa num hospital por causa de uma úlcera. Um médico do hospital pensa ter descoberto através dos exames radiográficos que o actor sofre de uma lesão pulmonar. O principal conflito da peça consiste na luta de José Andrade, o actor, para ser tratado da doença de que efectivamente sofre, e não de uma doença que só existe na imaginação do médico. Luta inglória pois o actor acaba por morrer quando vai ser operado.

É claro que esta história é um mero pretexto para apresentar uma determinada situação humana e social que exprime, em termos de comédia, uma crítica ao quadro hospitalar e, de uma maneira mais lata, ao quadro da medicina, da assistência social, etc. Essa crítica envolve ao mesmo tempo a organização hospitalar; a burocracia; a personalidade de certos médicos (a petulância e o real desinteresse que manifestam); a falta de compreensão de irmãs de caridade. Crítica superficial sob todos os pontos de vista: basta ter entrado uma vez no banco do Hospital de S. José para se verificar a **mentira** que é a cena da peça — autêntico paraíso comparado com a realidade. É certo que não é o banco que se quer focar, mas sem fazer chegar ao público essa imagem, mesmo alusiva, a crítica perde força.



Raul Solnado: ele próprio, procurando sublinhar o patético da personagem.

Podemos ainda considerar que a crítica que o espectáculo pretende exprimir fica prejudicada pelo tipo de personagem que o veicula. Com efeito, o actor interpretado por Solnado é uma personagem demasiado **sui generis** para ser paradigmática: uma personagem em que o espectador se reconhecesse, sem com ela se identifique. A crítica que a peça implica sofre de certo modo uma distorção, o que prejudica a crítica imediata que pretende exprimir sem atingir com suficiente força realidades mais profundas.

Feitas estas reservas, devemos acentuar que este espectáculo é incomparavelmente superior a mais de 90 por cento do teatro **boulevard** normalmente apresentado em Lisboa. O simples facto de falar de problemas que nos dizem respeito e de o fazer numa linguagem acessível, limpa, crítica, basta para o distinguir do teatro comercial que é normal apresentar. Ao fim e ao cabo, pode servir de exemplo para os nossos autores que podiam escrever obras simples e imediatas (embora com mais fôlego crítico e melhor fundamentadas) em que fossem tratados os nossos problemas quotidianos.

Sem ser um grande espectáculo, «Isto é que me Doi!» não é um espectáculo alienante, o que já é de aplaudir, tanto mais que o diálogo, como dissemos, não ofende nem a inteligência nem a dignidade dos espectadores.

Embora sem dominar ainda o papel, Raul Solnado foi ele próprio: procurou evitar o exagero dos clichés que definem a sua forma de representar; procurou sublinhar, sem o carregar excessivamente, o patético da personagem. Pode vir a ser um bom trabalho, principalmente se o actor conseguir dominar a emissão de voz de maneira a que se perceba o que diz e se não se deixar arrastar pelo público que procura contorcionismo em vez de teatro.

Os restantes actores gravitam à volta de Solnado sem, no entanto, deixarem de ter existência própria (em especial, Joel Branco, Luís de Mascarenhas e Cândido Mota, embora o médico deste seja demasiado **mau** para ser verosímil).

Mais direcção do que encenação, o trabalho de Maria Helena Matos regulou com bom ritmo e sem exageros de farsa, ali deslocados, um espectáculo sem grandes ambições, mas interessante nos seus limites.

CARLOS PORTO

Crítica de Cinema

JORGE LEITÃO RAMOS

"Shampoo", de Hal Ashby

FICHA:
Título original: Shampoo
Realização: Hal Ashby (USA-1975)
Argumento: Robert Towne e Warren Beatty
Fotografia (technicolor): Laszlo Kovacs
Música: Paul Simon
Montagem: Robert C. Jones
Interpretação: Warren Beatty **(George)**, Julie Christie **(Jacke)**, Goldie Hawn **(Gill)**, Lee Grant **(Felícia)**, Jack Warden **(Lester)**, Tony Bill **(Johnny Pope)**, Carrie Fischer **(Lorna)**, etc.
Distribuição em Portugal: Columbia/Warner
Cinema: Mundial
Classificação: Não aconselhável a menores de 18 anos
Duração: 109 minutos

Não sabemos se a coisa se passou deste modo mas não é proibido imaginar: Warren Beatty, jovem astro dos estrelados céus americanos, resolveu um belo dia não ficar toda a vida simples astro. E na esteira do sapateiro da fábula decidiu ascender; tornou-se produtor; e co-argumentista; sem deixar de ser astro.

O resultado é **Shampoo**. Um filme a fazer-se moderno e contestatário mas no fundo moralista e conservador. Uma espécie de «Warren Beatty-one-man-show» para plateia acéfala.

A história é a banalidade. Dizer-se que se trata de uma comédia é dizer de mais porque o riso só por escárnio. E desse não reza o filme. Um cabeleireiro — D. Juan que «come» todas as clientes mas (no fundo) quer «assentar», ter mulher e filhos e, se calhar, votar Nixon, não é tema a criar triângulos, quadriláteros, pentágonos sexuais e se perder a seguir o nosso cabeleireiro de moto ou automóvel entre um e outro leito, um e outro entrecruzar de ligações.

Uma espécie de «Worren Beatty-one-man-show» para plateias acéfalas.

Dar ao realizador Hal Ashby, uma tal tarefa é acabar com ele. Ashby dera-nos há tempos um curiosíssimo **Harold and Maud** mas aqui pouco pode fazer. Quando muito compor uma forma o mais hábil possível, fazer largas elipses e esmerar-se em duas ou três cenas, aproveitar as (raras) ocasiões. Mas quando o que está no **écran** é tão desinteressante como o subentendido nas elipses, quando não há literalmente uma ideia aproveitável, o que se pode exigir? Talvez que Ashby não tivesse feito este filme, mas isso são piedosas intenções.

Decididamente não é fazendo cinema de produtor, com os inevitáveis cenários ultraluxo, a clássica trama de desenlace moralizador e uma estrutura técnica perfeita que se chega a algum lado. Pena é ver Paul Simon (aliás também em dia não) a impor uma melodia-tema e sobretudo duas faixas do «Sgt. Pepper's Lonely Hearts Club Band» em música de fundo, completamente a despropósito. E que acabam por ser o melhor do filme.

Televisão

Canal da Crítica

... NÃO NOS BASTOU UM TOMAZ?

Por MÁRIO CASTRIM

A parlação principiou às sete horas com a *Janela Aberta.* Sofreria uma breve interrupção para o *Bolero de Ravel* — e continuaria, sucessivamente, com o *Momento Desportivo* (entrevistas a dirigentes do Clube Fluvial Portuense) com o *Telejornal,* com o *Momento Político, com A Arte como Linguagem,* e finalmente com a entrevista de um palhaço num programa sobre as figuras do *Circo.* Eram quase 10 horas da noite...

Continuem assim, meus senhores. Continuem assim e acabam por obter não uma Televisão mas um pastelão. Se a audiência, em relação ao ano passado diminuiu, em 29 por cento, não me admirava nada de ver esta percentagem subir para o dobro em relação a 1976.

Mas por favor pensem no que vão fazer. E não estou a pensar com referência aos interesses da Televisão. Que as pessoas se desinteressem da televisão, tal como existe hoje, até representa um saudável projecto de higiene.

O mais grave são os efeitos secundários destes programas. Após um programa como o do prof. Ferreira de Almeida, temo que as pessoas criem sentimentos de hostilidade à palavra cultura.

Tal como sucedeu com o eng.º Henrique Moreira, que não soube encontrar uma ponte para as crianças (e as crianças também não o ajudaram muito, diga-se...) assim Ferreira de Almeida não encontrou a linguagem adequada a um programa para um público terrivelmente heterogéneo e fragmentado como o da Televisão.

Não queria, disse-nos, dar uma lição. Mas foi nisso qur redundou o programa: uma lição fastidiosa muito difícil de suportar, com as suas dissertações sobre os panejamentos, as túnicas e as dobras, as pregas, as linhas das túnicas e dos panejamentos.

Talvez até a culpa nem seja toda de Ferreira de Almeida. Acontece que vivemos um tempo de muitas preocupações, de muitos problemas: é o ataque à unidade sindical, é a ingerência do imperialismo nos assuntos portugueses, é a necessidade urgente de defender a Reforma Agrária, é o aumento do custo de vida, é a instabilidade no ensino provocada pelos erros de um ministro imaturo (ou apodrecido?) são as eleições para as autarquias, são os saneamentos à esquerda, é o regresso do patronato reaccionário, é a RTP entregue à bicharada cor-do-rosa, etc, etc. Estamos pouco disponíveis para a idade paleolítica, para as descrições tipológicas, para as preocupações simétricas, para os sarcófagos de granito ou de mármore, para as virgens grávidas, que dão de mamar aos filhos, para as pregas que caem de um lado, que descaem do outro, que sobem ou que descem.

Deve ser isso. A voz de Ferreira de Almeida é como se viesse doutro mundo. Como se saisse daquele sarcófago do século XII. O ministro do Trabalho, honradamente, não fugira à pergunta directa, momentos antes, a propósito da situação dos trabalhadores suspensos da RTP: declarara a invalidade de uma condenação assente em matéria que a entidade competente dera como não provada!

Quer dizer: no nosso País, dois anos após o 25 de Abril, ainda há lugar para arbitrariedades deste tipo! Doutra maneira: não nos bastou, na metodologia da arbitrariedade, termos gramado um Tomaz; temos de gramar segundo!!!

Depois disto a virgem grávida, as pregas da túnica, o sarcófago do século XII? Não, não. É demais.

PRÓ MENINO E PRÁ MENINA

Abre-te Sésamo vem acompanhado de muita fama. Fama ao que se diz, do tamanho do mundo.

Fama justificada. Aqui vamos encontrar um processo engenhoso de ensinar o qual consiste em não se esconder que se está a ensinar (e esconder para quê, se ensinar não é pecado nenhum...) mas em mostrar que se pode aprender transformando o acto de aprender num espectáculo. A matéria a ensinar, quer se trate de algarismos ou de letras, está à vista: a aventura consiste em descobrir-lhes o movimento, o jogo da sua relação com a realidade.

Outras noções mais complexas se experimentam com processos extremamente simples e inseridos no quotidiano. A memória, por exemplo. Ou o equilíbrio. Sem referência expressa, os fenómenos são verificados. Tinha razão o sábio lusitano: a experiência é a mãe de todas as coisas.

Para os adultos igualmente, *Abre-te Sésamo* constitui uma aventura. Não nos admiremos se este programa vier a conquistar grande audiência no mundo dos crescidos. Se há coisa que nunca se perde, essa é a infância.

No entanto, saiba-se, que *Abre-te Sésamo* nasceu para a infância pré-escolar. Num país como o nosso carecido em absoluto de escolas adequadas, *Abre-te Sésamo* constitui uma espécie de escola infantil ao domicílio. Não substitui a escola, claro. Pode mesmo dizer-se que muita eficácia de *Abre-te Sésamo* se perde exactamente por falta de uma exploração conveniente. Pelo que se deve dizer que mais do que às crianças, este programa interessa às educadoras infantis.

A Televisão portuguesa rodeou *Abre-te Sésamo* de cuidados excepcionais, no que respeita à qualidade das interpretações portuguesas. Com a prática, a dobragem não fará senão melhorar. Trata-se de uma novidade, por assim dizer, se atendermos à responsabilidade e continuidade da tarefa. Oxalá as asas vão ganhando forças até chegarmos à dobragem de todos os filmes, incluindo os filmes para adultos.

JANELA FECHADA

Para as crianças igualmente se destina outra rubrica: *Janela Grande.* A emissão foi dedicada à electricidade. Um filme sobre a aplicação da energia eléctrica e a seguir uma entrevista ao engenheiro Henrique Moreira, feita pela Cristina e pelo Pedro.

A emissão redundou num fracasso. Tudo assumia um aspecto de irrealidade, respirava-se uma atmosfera de frieza, de distância, de sofisticação saloia. Nada daquilo — a luz fria, a posição dos miúdos face ao entrevistado, a recusa da situação — tinha qualquer relação com a infância. A conversa ao ar livre, a passear ou sentados num banco do jardim, a descontracção de uma sala com varanda, ou janela para a cidade ou para o rio — enfim, tudo seria preferível ao deserto daquele estúdio que tresandava a antecipação científica, episódio de «gente de amanhã», por exemplo, com os «heróis» apanhados no antro solar dos monstros...

Por outro lado, o entrevistado utilizou linguagem muito pouco acessível, demasiado técnica por vezes. Certamente não se pretende, que se fale às crianças em termos de atraso mental. Mas entre o atraso mental e a dissertação, por exemplo, sobre tensão e a corrente, vai uma grande distância.

Claro que o engenheiro não tem culpa e venha o primeiro que lhe atire a primeira pedra. São muitos os anos que pesam na nossa indiferença pelas crianças, anos de uma educação pervertida que envenenou em Portugal as relações dos adultos com as crianças. Se os adultos têm dificuldade em falar com os adultos, que fará com as crianças...

1.º ANIVERSÁRIO DO NIMAS

DOMINGO — DIA 10 DE OUTUBRO

11 HORAS — «Matinée» infantil
«GENTE COMO EU E VOCÊ»
Para todos (ANTE-ESTREIA)

14.15 HORAS — **«O OUTRO»**
Um filme de: ROBERT MULLIGAN
(Não aconselhável a menores de 18 anos) (ANTE-ESTREIA)

16.30 HORAS — **«OS MISTÉRIOS DO ORGANISMO»**
Um filme de: DUSAN MAKAVEJEV
(Não aconselhável a menores de 18 anos) (ANTE-ESTREIA)

18.45 HORAS — **«AMOR DE LEÃO»**
Um filme de: AGNÈS VARDA
(Não aconselhável a menores de 13 anos) (ANTE-ESTREIA)

21.45 HORAS — **«CHOVE EM SANTIAGO»**
Um filme de: HELVIO SOTO
(Não aconselhável a menores de 18 anos) 4.º MÊS DE EXIBICÃO 88.000 PESSOAS

Hoje

Uma cena do «Candidato»

I PROGRAMA

15.45 **Janozik** — série polaca realizada por Jerzy Passenderfer
16.40 **Estúdio Velho, gente nova**
17.10 **Bota das 7 léguas** — telejornal para jovens
17.45 **Bandas desenhadas** — animação
181.0 **Quinteto «A Truta» de Schubert**

19.10 **Espaço 1999** — Ruptura, episódio com Martin Landau
20.15 **Cartaz TV**
20.30 **Telejornal** — 2.ª edição
21.00 **Suplemento do Telejornal**
21.15 **Momento político.**

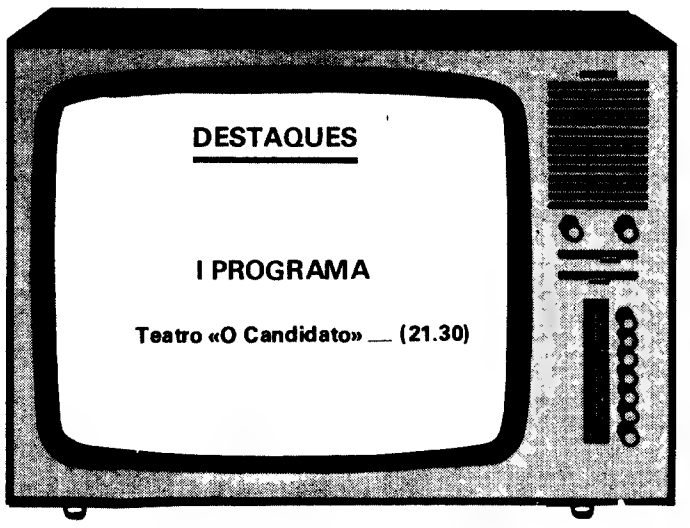
21.30 **Inédito... ou quase** — «O Candidato» de Prista Monteiro, interpretado por Rui de Carvalho, Hermínia Tojal, Josefina Silva, Varela Silva, Vítor de Sousa e Isabel Leal. Realização de Luís Miranda.

22.00 Estaline (2.ª parte)

23.00 **Hóquei em patins — transmissão directa de Barcelos do campeonato do mundo (Portugal-Espanha)**

01.00 **Telejornal** — 3.ª edição.

00.20 Fecho.



Amanhã

I PROGRAMA

12.00: Abertura e missa de domingo; **12.40**: O Corpo humano; **13.10**: Homem e a terra; **15.50**: Desenhos animados; **14.00**: Telejornal — 1.ª edição; **14.30**: Marimiar; **15.00**: A Canção da Noeruega — realização de Andrew Stone com interpretação de Torah Maurstad, Edward Robinson e Florence Henderson; **16.30**: Haja saúde; **17.00**: Cabeça, tronco e membros; **17.45**: Danças e cantares de Torredeira (Viseu); **18.15**: Miguel Strogoff baseado na obra de Júlio Verne numa realização de Jean Pierre Decourt com Raimund Harmstorf; **19.15**: TV Rural; **19.45**: Biografia; **20.30**: Telejornal — 2.ª edição; **21.30**: O Gesto é tudo (concurso); **22.30**: Clayhanger — Vidas Perdidas. **23.30** — Telejornal. 3.ª edição. **23.35** — Fecho.

PARA REPARACÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO-TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 722786-834271
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Macau, 3

Desporto

A BOLA FOI O BARÓMETRO

Sporting: relatório e presidente em apoteose

Reportagem de NEVES DE SOUSA

. Seis pontos de vantagem sobre o futebol benfiquista possibilitaram, logo ao primeiro golpe da assembleia geral dos «verde-brancos» (ontem, durante 3 horas e 33 minutos no cenário **apetecível** do novo pavilhão de Alvalade) a criação de um clima eufórico, de indiscritível entusiasmo, de alegria tal que, às tantas, era um perigo pedir a palavra: mesmo sem nada dizer já surgiam as palmas.

Aliás, no decorrer do conclave (vivido emocionalmente em ponto muito alto, por dois mil e tal associados do «leão») todas as propostas directivas seriam ratificadas entre manifestações de aderência, numa torrente de aplausos que pode definir-se em breve estatística: 24 aclamações com a assistência erguida dos lugares, 53 ovações a cortarem os momentos mais vibrantes da maratona oratória.

O dr. Luís Santos Ferro dirigiu a festa: João Rocha e o dr. Nunes dos Santos seriam, pelo tempo fora, as grandes vedetas. Em contrapartida, a Radiodifusão Portuguesa mais a Televisão mais (ainda) diversos jornalistas não nomeados (mas apontados a dedo...) ficaram na corda bamba, em equilíbrio tão precário que não será de recomendar, para os tempos mais próximos, um passeio até perto das garras do «leão».

Relatório e contas do exercício de 75: aprovação de pé. Silêncio pela morte de Manuel Lopes: recolhimento absoluto. epois, foi o longo desbobinar de solicitações para que João Rocha prossiga ao leme sportinguista, ao lado do dr. Nunes dos Santos colocado oficialmente na cadeira de vice-presidente para as relações externas e, tal como João Rocha ou o dr. Amado de Freitas, autorizado a usufruir plenos poderes para compra e venda de propriedades do Sporting, rubricar permutas de terrenos ou hipotecas. Um trio (portanto) que vai ter nas mãos o esquema que pode ser o definitivo arranque de um grande clube na fuga ao défice que o atormenta em períodos cíclicos.

Digamos, desde já, que o orador-mor foi escutado entre trovoadas de aplausos. João Rocha, quase uma «divindade» para os associados do seu emblema, falaria durante 53 minutos dizendo, nomeadamente, coisas assim:

ROCHA «ABRE-SE»

«É com profunda emoção que me encontro no desempenho das minhas responsabilidades em mais uma reunião magna do Sporting. Emoção que provém de vários factos, todos eles facilmente compreensíveis. Sinto que ao fim destes anos de luta pesa sobre mim tanto a inqueitação do futuro, num País marcado de transformações e de angústias como a própria densidade do tempo, carregado de interrogações e de dúvidas.

«Muitas vezes já no meio desta tempestade, desejei estar longe, ganhando tranquilamente a vida, aproveitando a energia de que ainda disponho para garantir o meu futuro e o dos meus. Tenho sempre afastado essa tentação, que muitos aceitaram logo aos primeiros rebates de novo estilo de vida em Portugal, por ter não receio de proclamá-lo bem alto! — um profundo amor à terra portuguesa e à sua incomparável História, que todos temos o dever de preservar dos que surjam a querer manchá-la ou destruí-la, mas também por uma grande dedicação a este Clube, no justo momento em que gentes desvairadas tentam atacá-lo de todos os modos e feitios, por não serem capazes, na sua pequenez, de suportar nem a sua grandeza nem a sua potencialidade criadora.

«Em primeiro lugar, o nosso grandioso projecto de recuperação financeira, que já nos tempos da sua primeira formulação não foi entendido na grandiosidade que encerrava, não só para nós mas também para a Nação, continua por realizar apesar dos nossos pedidos, insistências, esclarecimentos, contributos e demonstrações. Há ideias que vencem

João Rocha: confiança absoluta

a rotina e o marasmo. E quando assim acontece, só os homens de vistas largas, aqueles que têm o dom de enxergar o futuro por entre as cerrações do presente, são capazes de as avaliar na sua profundidade e extensão. Estamos à espera ou desses homens de capacidade ou das suas possibilidades de intervenção oportuna.»

«ALIENAÇÃO»

«Depois veio o 25 de Abril. Não é novidade para ninguém nem teria sido surpresa para nós que a Revolução acarretasse a sua quota de alterações mais ou menos profundas na vida dos portugueses e que, por consequência, de forma indirecta nos tocassem também. O que foi novidade e o que foi surpresa foi que, em vez de sofrermos por tabela e pelo efeito da inserção no todo social e económico do País os efeitos da nova era, começássemos a ser, com outros grandes clubes, alvos escolhidos, objectivos estudados para os novos profetas do caos geral e da destruição em massa. Pretendeu-se aí fazer pagar aos grandes clubes em humilhações e pobreza que levassem ao seu desaparecimento, o preço da sua fascinação popular, a única verdadeiramente autêntica e genuína, aquela que nunca precisou de manifestações orquestradas, de espalhafatos pagos e de multidões recrutadas a tanto por cabeça para se afirmar de maneira insofismável e terminante.»

«Propalou-se, primeiro, que o futebol era alienante e que os clubes eram fascistas e tinham o ferrete de terem sido financiados pelo Estado proscrito. O Povo, o verdadeiro Povo deste País, o Povo que não se hipotecava aos arrivistas e oportunistas atacados de revolucionite aguda, riu-se de semelhante estratagema. Passado que foi o primeiro estupor o Povo virou tranquilamente as costas às propagandas e continuou a acreditar nos seus clubes, bem ciente que dentro deles (e aqui falamos por nós e continuamos a falar) não se discriminavam as pessoas, não se desrespeitavam as hierarquias e não se derimiam contendas ideológicas.

«A certos palradores profissionais que em determinadas tribunas de informação recebem dinheiro para vomitar calúnias, engendrarem insinuações, espalhar sobre a paisagem arejada do desporto o mau hálito das suas compleições funestas, responde o Clube com o trabalho, o empreendimento, a alegria de realizar, a satisfação de conseguir.»

«MASSIFICAÇÃO»

«Incapazes de qualquer iniciativa válida, esses falsos arautos, surgidos num repente das regiões enevoadas da nulidade, inventaram a palavra MASSIFICAÇÃO como se fossem astros novos que já se colocavam a milhões de anos luz do nosso atraso. Massificação era só uma palavra porque os medíocres quando descobrem uma palavra, inventada por si ou transmitida por outros embrulham-se nela e tornam-se prisioneiros da própria garganta. A esses insignificantes retóricos, a esses irresponsáveis propugnadores do progresso lunático o Sporting respondeu num ápice com o torneio de futebol «Ano Novo 1000» e com a «Onda Verde».

«Claro que perante estes números e esta ordem de grandeza os massificadores de gabinete e certa massificação de jornais para não ficar muda veio trazer à luz da publicidade, como um grande feito histórico, a mobilização de crianças postas a correr e a saltar à porta de casa, sem controlo técnico, sem critério selectivo, sem prévia inspecção, sem assistência médica — o que deu lugar a desastres pessoais e lesões graves e irremediáveis e em muitos casos certamente à ideia de que o desporto era um aventura em que se podia perder a saúde por conta de outrem. Quem lesse certos comentaristas destas jornadas infelizes não sabia que mais admirar: se o descaramento se a mentira.

ESTADO

«Nós podemos dizer bem alto aos governos de ontem e aos governos de hoje, e oxalá o não tenhamos de dizer aos governos de amanhã que nós o Sporting estamos a preencher as lacunas das tarefas que competiam ao Estado. Este, por orientação errada que vem de longe e ameaça perpetuar-se, não possui as estruturas que permitam incrementar o desporto de que o País carece. Os clubes encontraram essas estruturas; mas não lhes caíram do Céu. Custaram a inteligência e a vontade e as posses de gerações de associados que nisso colocaram um dos fitos de suas vidas, sem olharem às eternas corujas que durante a noite gargalham sinistramente o triunfo da sua preguiça diária.

ESTRUTURAS

João Rocha prosseguiu:

. «A palavra que se ouvia mais ou menos cochichada em corredores oficiais ou nos sítios escusos em que se tramam as intrigas era a de que se tornava urgente para os objectivos de certa gente acabar com as estruturas dos clubes. E tudo foi feito nesse sentido. Malogrado o aniquilamento do Futebol, à custa de lhe chamarem alienante e outros nomes tão despropositados como tontos, trataram de miná-lo em toda a sua extensão.

«As Portarias não foram cumpridas na sua totalidade. A nossa primeira equipa de futebol sofreu o derrame da maioria dos seus titulares. A crise que se levanta diante de todos, com uma selecção nacional que perdeu o crédito em qualquer parte do mundo e nas competições internacionais, não tem passado da modesta figura dos países improvisados, constitui a prova cabal dos estragos irrecuperáveis feitos numa modalidade em que Portugal chegara a concitar o respeito das outras nações.

FEDERAÇÃO

«Para dar uma ideia da sanha oficial contra os clubes e contra o Sporting, bastará citar um só exemplo dos muitos que se poderiam trazer aqui: trata-se do caso «Alhinho». Este jogador foi um dos atingidos pela regulamentação da celebérrima nova Portaria. E digo atingidos porque no fim de contas estas aberrações a quem prejudicam mais é àqueles que pensam delas beneficiar. Pois com Alhinho passa-se esta aventura singular: transferido para o Futebol Clube do Porto, esta colectividade não nos pagou nada daquilo que está regularmentado na Portaria. O tempo jap vai longo, o Futebol não andasse empenhada também a coonestar a anarquia); depois disso já negociou o jogador com o Bétis de Sevilha e como este Clube o não pode utilizar esta época, já renegociou com o Bétis a sua cedência ao Benfica.

«Em conclusão; Alhinho saiu do Sporting para o Futebol Clube do Porto; o Futebol Clube do Porto, sem ainda não ter pago nada ao Sporting, já o negociou duas vezes com o Bétis de Sevilha e neste momento, o jogador, segundo consta, vai receber dinheiro de três clubes: do Benfica, do Porto e do Bétis. O Sporting nada recebeu, apesar de ter despendido substânciais quantias. Falta saber quanto é que o Futebol Clube do Porto ganhou nos seus negócios com o Bétis e qual o papel da Federação em toda esta suja e ridícula manobra.

RETRATO

«Temos a consciência tranquila. Sendo o Sporting uma colectividade que abrange associados e simpatizantes de um vasto pluralismo político não podiam os seus dirigentes, para se moverem na rigorosa isenção que lhes cumpria, fazer aqui outra política que não fosse a do Desporto. E foi isso o que aconteceu sem margem para quaisquer dúvidas. Por meu lado, fui ainda mais longe. O presidente do Sporting, ao longo destes anos, e, embora isso não lhe estivesse interdito, quis na medida das suas forças simbolizar na sua conduta o carácter apolítico da colectividade. Assim, o presidente do Sporting não fez declarações políticas, não apareceu em comícios, não expressou simpatia por qualquer partido.

Foi acusado pelos mentirosos profissionais de ser da esquerda, ser do centro e de ser da direita e até de prestar auxílios a organizações partidárias deste ou daquele quadrante.

«Tudo infundado e sem consistência. Coerente comigo próprio, não reneguei os amigos nem evitei conviver com quem quer que fosse por motivos de opção política. Por minha causa não foi o Sporting arrastado dentro da sua massa associativa ou fora dela às situações de clivagem que têm marcado de maneira trágica vastos sectores da vida portuguesa, desde as famílias até às grandes associações de todos os matizes. Não pactuei nem antes nem depois da Revolução com actos de corrupção ou de injustiça. E só essa tomada de posição geral é que me permitiu resistir aos graves e sombrios dias por que tenho passado.

BASTIDORES

. «Há cerca de dois meses, pessoa de minha inteira confiança foi sabedora de que em certas alfurjas se tramava fazer-me um ataque pessoal envolvendo nisso o Sporting. Recebi a notícia com apreensão natural, mas também com serenidade. E logo pensei de que o caminho escolhido seria o de aproveitar os esperados maus resultados da nossa equipa de futebol para em nome do Clube, cair sobre a Direcção todo o peso do pronunciamento intolerante e desabrido.

. «O maquiavelismo, do costume: elogios ao clube, à sua grandeza, ao seu passado; para que os associados se voltem contra os dirigentes; e os atletas percam o norte e as competições. Simplesmente não esperaram por essa eventualidade. No dia do Sporting/Benfi-

Nunes dos Santos: uma confirmação

ca, grupos de intrusos perfeitamente industriados tentaram sabotar a realização do encontro. Primeiro, arrombaram três portões perante a falta de autoridade, agredindo os fiscais e porteiros com toda a selvajeria; com alicates, serras e outro material especializado, mais tarde encontrado no terreno, romperam as redes de protecção, fazendo depois disseminar toda essa gente à volta do rectângulo de jogo para impedir o árbitro, de, aplicando a lei, dar início ao desafio. As forças de segurança nem sequer tiveram tempo de agir, já que a manobra, perfeitamente estudada, ocorria em todos os pontos do recinto tornando impotente qualquer acção dissuasora. Perderam-se minutos infindos a rogar a toda essa gente que retirasse para os seus lugares, uma vez que o desafio não podia começar. Ingenuamente julgávamos ainda que o que esses indivíduos queriam era ver o desafio e não impedir a sua realização. Perante este facto insólito, soldados da Polícia Militar e do Regimento dos Comandos que ali se encontravam como espectadores foram convidados a repor a ordem, tarefa a que se entregaram com exemplar equilíbrio e firmeza, de tal maneira que, sem incidentes mas também sem contemporizações, o rectângulo de jogo ficou de vez desocupado.

. «Não ficariam por aqui os autores do projecto de sabotagem expulsos do rectângulo de jogo. Outros especialistas tiraram o revestimento aos fios de alta tensão que alimentam as torres de iluminação, inutilizaram a cabine telefónica que se situa por trás do peão privando-nos de toda a comunicação com o exterior. As avarias daqui decorrentes foram reparadas ainda a tempo, embora com mais de uma hora de atraso, de o desafio se realizar. Todavia, para que tal se conseguisse o nosso electricista privativo, senhor Pereira, com risco da própria vida, procedeu a ligações directas ficando no entanto gravemente ferido. De tudo quanto se acaba de expor possui o Sporting abundante prova documental.

IMPRENSA

. «Certos escribas», uns mal conhecidos e improvisados nas tarefas sinistras da intriga por conta de outrém, e outros já conhecidos na harmonia das suas atitudes ou na surpresa das suas novas opções surgi-

Continua na pág. 17

Milhares na Assembleia «verde-branca»

PASSAPORTES abreu
Liberdade 160 LISBOA

Desporto

FUTEBOL ENGENDRADO EM GABINETES

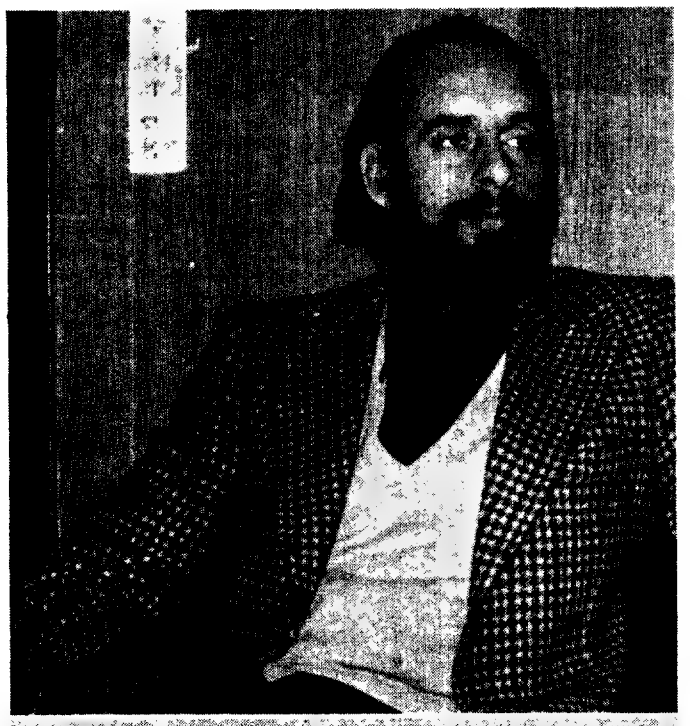
"Taça" só com inocentes

Inicia-se neste fim de semana a disputa da insonsa competição futebolística que dá pelo nome de «Taça de Portugal». Eis os encontros deliberados pelos federativos que, à degola inicial dos inocentes, tiveram o cuidado de poupar os clubes que lhes podem fornecer a «massa» para as aliciantes aventuras de várias selecções portuguesas.

Por não valer a pena gastar cera com ruím defunto, aqui vai o programa das festas, tal como foi congeminado na Praça da Alegria.

HOJE: Vieirense-Nisa e Benfica, em Vieira de Leiria, e Trafaria-Lisboa e Olivais, na Costa da Caparica, às 15 horas; Riopele-Freamunde, em Pousada de Saramagos, e Sp. Lamego-Penalva do Castelo, em Lamego, às 16.

AMANHÃ: Maria da Fonte-Lourosa, em Braga; Famalicão-Cabeceirense, em Pousada de Saramagos; Paredes-Mirandela, em Paredes; Lusitano Vildemoinhos-Aliados do Lordelo, em Vildemoinhos; Paços de Ferreira-Trancoso, em Paços de Ferreira; Chaves-Mondinense, em Chaves; Vale de Cambra; Limianos-Sp. Espinho, em Ponte de Lima; Régua-Avintes, em Lamego: Arrifanense-União de Lamas, em Arrifana (Feira): Fafe-Paços de Brandão, em Fafe; Penafiel-Mogadourense, em Penafiel; Infesta-Vila-Novense, na Pasteleira (Porto); Vila Real-Forjães, em Vila Pouca de Aguiar; Desp. Joane-Leça, em Joene (Braga); Cucujães-Desp. Bragança, em S. João da Madeira; Salgueiros-Tirsense, em Vidal Pinheiro (Porto); Viseu, e Benfica-Vianense, em Viseu, Desp. Aves-Esposende, em Santo Tirso: Bairro Latino-Oliveirense, em Lordelo do Douro; Gil Vicente-Rio Ave, em Barcelos; Desp. Monção-Tadim, em Monção; Alba-Esperança, em Albergaria-a-Velha; Torriense-Febres, em Torres Vedras; Marinhense-Estrela de Portalegre, na Marinha de Portalegre, na Marinha Grande; U. Coimbra-Marrazes, em Coimbra; Lousanense-Benfica e Castelo Branco, na Lousã; Almeirim-Torres Novas, em Almeirim; Matrena-Ponte de Sôr, na Matrena; Desp. Guarda-U. de Leiria, na Guarda; Campo-Maiorense-Alcanenense, em Campo Maior; p. Pombal-Mangualde, em Pombal; Tondela-Académico de Viseu, em Mangualde; Marialvas-Anadia, em Cantanhede; Caldas-Portalegrense, nas Caldas da Rainha; Naval-U. Tomar, na Figueira da Foz; Ala-Arriba-Sanjoanense, em Mira; Tazem-Bombarralense, em S. Romão de Seia; Cartaxo-Ançã, no Cartaxo; Feirense-Alferrarede, em Vila da Feira; Sp. Covilhã-Ginásio de Alcobaça, na Covilhã; Desp. Gouveia-Covilhã e Benfica, em Gouveia; Tabuense-U. Santarém, em Tábua; Peniche-Águeda, em Peniche: Batalha-Oliveira do Bairro, na Batalha: Oriental-Lusitano VR, em Marvila; Sesimbra-Loures, em Sesimbra; Elvas-Vasco da Gama, em Elvas; Aljustrelense-Bucelenses, em Aljustrel; A. Reguengos-Almada, em Reguengos; Estrela VN-Amadora, em Vendas Novas; Lusitano-Alhandra, em Évora; Nacional-Alcochetense, no Funchal; Quarteirense-União Sport, em Silves; Rosarense-Silves, no Rosário (Barreiro); Odivelas-Moura, em Pina Manique; Juventude-Vila-Franquense, em Évora; Costa da Caparica-Desp. Olivais, na Costa da Caparica; Sintrense-Marítimo, em Sintra: Torralta-U. Santiago, na Torralta: Cova da Piedade-Luso, na Cova da piedade: Paio Pires-Benavente, em Paio Pires: Olhanense-Farense, em Olhão;: Sacavenense-Casa Pia, em Sacavém; Barreirense-Alverca, no Barreiro; Cuf-Esperança de Lagos, no Lavradio; Odemirense-Desp. Beja, em Odemira, e Seixal-Elvenses, no Seixal, todos às 15.



R.D.A. condecora Melo de Carvalho

Esta noite, às 21 e 30, na Associação de Amizade Portugal-RDA, Melo de Carvalho, ex-director-geral dos Desportos, é condecorado com a medalha de «Amizade entre os povos». Recebe também a mesma distinção o técnico Manuel Brito, elemento que foi da equipa de Melo de Carvalho. Estará presente à cerimónia o embaixador da República Democrática Alemã. A medalha «Amizade entre os povos» é atribuída aos cidadãos progressistas que (como disse aquela Associação) «se sentem irmãos de todos os homens, para além de credos políticos e religiosos».

Alvalade: o sonho comanda a vida

Continuação da pág. 16

ram repentinamente empenhados na tarefa de denegrir o Sporting. A época transacta pode ser o espelho desta tarefa insidiosa. Nas vésperas dos jogos decisivos, era obrigatório ouvir de certas bocas ou ler de certas penas a notícia tendenciosa, a entrevista envenenada, o fomento das divisões que no fluir dos campeonatos e nas marés da vida clubística, sempre aparecem em toda a parte. Dessas iniciativas maliciosas ficava sempre ou o treinador comprometido com alguns jogadores, ou o jogador amarrado a referências que o podiam marginalizar ou o dirigente ferido pelo ácido da incompreensão e da ingratidão.

A exploração deste veio de contradições em que esses indivíduos são exímios, tem-se processado com um rigor e uma teimosia verdadeiramente espantosos, porque, sabendo-se quanto o Sporting pesa na divulgação informativa dos sucessos desportivos, teríamos de admitir que essa gente sectária, estava a deitar à rua o pão de cada dia.

«Na verdade, não faltou quem nos trouxesse abundante material de fogo para destruir esses profissionais da mentira, material esse que poderia ter dado verdadeiras bombas jornalísticas. Tivemos o cuidado de evitar a publicação dessas informações.

A terminar:

. «Envidarei todos os esforços para concluir o meu mandato que termina em Dezembro próximo. Neste aspecto quero estar agora menos pessimista do que quando há meses desabafei para um jornal de Lisboa. Se o puder conseguir darme-ei por satisfeito e retirar-me-ei feliz por ter servido o Sporting sem desfalecimento durante o período para que fui escolhido pelos meus consócios.

DESFILE

Depois, a palavra viajou por outras bocas:

— **Admire-se a grandeza da obra feita, perante os obstáculos que nos colocaram.** (Eng.º Correia Pereira, presidente de «Os Stromps»).

— **Acompanhem-me na ovação a João Rocha** (Fernando Salgueiro).

— **Quem vem governar o nosso clube se o sr. nos abandona? Que Deus lhe dê vida para continuar!** (Carmo Saraiva).

Critica cerrada ao jornal do Sporting (Manuel Freire Castelão, a evocar antigos treinadores de futebol, **por igual trabalhadores e dedicados**). Contra o presidente do F.C. Porto, **embora eu não fale de ideologias políticas porque de política não percebo nada** (uma voz de operário: Almeida Ferreira, de cigarro na boca ao microfone). **Enquanto os pavilhões não estiverem pagos, quem vier aqui terá de contribuir para as «caixas verdes»** (Maurício Nascimento, extremamente nervoso). Propondo uma lápida de evocação a Manuel Lopes (Nunes da Costa).

João Rocha voltou à tribuna: a plateia cabia inteira nas palmas das suas mãos. Novo delírio:

— **Chana acabou de assinar novo contrato com o Sporting, por dois anos!**

. A propósito, mergulhando no hóquei patinado, o presidente do Sporting acusou a Federação de ter usado patins e «stiks» dos «leões», requisitado técnico e todos os jogadores principais para a campanha de Oviedo e, até agora, nem um postal a registar a colaboração gratuita. Comentou o facto de diversos pavilhões, por aí fora, terem recebido apoios de centenas de contos: para o Sporting, nem um centavo. Confidenciou que o contrato com o inglês Hagan estava apalavrado há um ano. Que, para o encontro basquetebolístico com o Real Madrid, haverá convidados do clube: o conde de Barcelona e Santiago Bernabeu estão à cabeça.

O dr. Nunes dos Santos entrou a seguir. Em nome da direcção propôs «Leão de ouro com palma», para João Rocha: a casa vinha abaixo. Uma subscrição pública no jornal do Sporting dará imediato corpo à ideia já fixe.

A maré é bem aproveitada pelo dr. Amado de Freitas: as quotas vão aumentar, a partir de Janeiro. Preços novos: 150 mensais para sócios efectivos da «Central», 100 para a «Lateral», 70 para os homens que quiserem ir para a «Superior» e 50 para as senhoras (com mais de 17 anos) que estiverem a seu lado, 30 escudos para os auxiliares juvenis (12-17 anos), 10 (facultativos) para os infantis (até 12 anos), 20 para os atletas, 240 anuais a pagar pelos «correspondentes». Tudo O.K.: unanimidade, aclamação, bolsas a saltarem das algibeiras.

A assistência contribuia para os pavilhões (32 contos recolhidos logo alí), Carlos Lopes era aprovado «Sócio de mérito desportivo», aparece uma proposta para monumento a João Rocha ou (no mínimo) o seu nome como patrono dos pavilhões de Alvalade (nova tempestade de aplausos) e, por fim, um intermédio trágico-cómico, com o associado Santos Silva (fadado para tudo, menos para as andanças tribunalícias) a querer ler um longo depoimento e a assistência, macerada por outras intervenções do consócio em assembleias de épocas anteriores, a vaiá-lo de alto a baixo. «Foras», assobios, apupos, risota pegada, debandada quase geral com os «resistentes» a bocejarem entre duas valentes **pateadas**. Valeu ao bom do sr. Silva a água na fervura posta por João Rocha, que abriu as asas para proteger o «orador» já no declive para arena romana.

A festa acabaria às 0 e 53: com a Imprensa presente vitoriada, **porque estes não são contra nós**. À porta, Carlos Lopes despachava os últimos bilhetes para a «matinée» de hoje: dois milhares de rijos sportinguistas tinham entronizado João Rocha, que, para todo o sempre, ficará inscrito nas pedras de Alvalade. Dez pontos na tabela do futebol (seis à melhor da «águia», que anda muito por baixo) ajudaram a compreender a obra e o esforço do presidente de 50 mil.

NEVES DE SOUSA

PORTUGAL

ANDEBOL

Jogos para esta noite, no nacional de andebol: C. D. U. L.-Passos Manuel, no Estádio Universitário, às 21; Bairro Latino-Desp. Póvoa, em Vila Real; Desp. Portugal-Académica de S. Mamede, no Infante de Sagres; Académico-Beira-Mar, em Viseu; S. Bernardo-F. C. Maia, em Aveiro; Desp. Francisco da Holanda-Sp. Braga, em Guimarães; Campo de Ourique-Boa Hora, em Campo de Ourique; Benfica e Castelo Branco-Belenenses, em Castelo Branco; Sporting-V. Setúbal, no Liceu D. Pedro V e Benfica-Almada, no Pavilhão da Luz, às 21 e 30; Técnico-Encarnação, no Estádio Universitário, às 22 e 15.

BASQUETEBOL

Ronda de abertura do campeonato lisboeta de basquetebol: Belenenses-Atlético, 68-75; Sporting-Queluz, 84-71; Algés-Nacional, 66-58 e Benfica-Cruzquebradense, 66-70.

CICLISMO

Provas ciclistas «Prof. Henrique de Barros», amanhã (a partir das 8 e 30) na zona da Brandoa, organizadas pela secção local do P. S., em colaboração com a Federação da modalidade. À tarde, haverá circuitos (para populares e amadores sem distinção) nas ruas da Brandoa.

TÉNIS

Disputou-se a 5.ª jornada do Torneio das Nações, para tenistas, com menos de 21 anos, que teve lugar nos campos da Foz do Douro. Resultados: México-Portugal «D», 2-0. Llanas (México) venceu José Cordeiro (Portugal) 6-1 e 6-1; Sérgio Campos (México) venceu José Luis (Portugal), 1-6, 7-6 e 6-4; Portugal «A»-Dinamarca, 2-0. António Marta (Portugal) venceu Christensen (Dinamarca), 6-3 e 6-4

Miguel Soares (Portugal) venceu Buchwald (Dinamarca), 6-4 e 6-4.

Portugal classificou-se em 2.º lugar no grupo 1.

VISITA

O dr. Joaquim de Sousa (Secretaria de Estado dos Desportos) e o seu adjunto Vasco Resende iniciam, hoje, uma visita a localidades onde o Desporto será debatido e analisado. Pontos a visitar: Mira, Aveiro, Barcelos, Porto, Guimarães, Braga, Viana do Castelo, Vila Real, Bragança, Coimbra e Leiria.

HÓQUEI PATINADO

Europeu júnior decide-se hoje

. Barcelos continua a vibrar com o comportamento dos hóquistas juniores empenhados na conquista do «europeu» da modalidade: ontem com um categórico êxito frente à Bélgica (13-0) os lusos revalidaram as credenciais que esta noite (em jogo que a RTP transmitirá directamente, pelas 23 horas) vão exibir perante a Espanha, tal como o nosso «cinco» grande favorito da competição.

Perante os belgas, a formação portuguesa alinhou e marcou deste modo: Rui (Carlos Silva), Garrido, Soares, (6) Jorge, (1), Oliveiros, (5), Pereira e Marinho (1).

Outros resultados da ronda, penúltima do campeonato: Holanda, 5-Suíça, 2 e Espanha 4-Itália, 1. Classificação à partida para a decisiva: Espanha e Portugal, 8 pontos; Holanda e Itália, 6; Bélgica, 2; Suíça e Alemanha, 0.

Programa de hoje: Bélgica-Alemhanha, Holanda-Espanha, Portugal-Suíça (na parte da manhã) e Suíça-Alemanha, Holanda-Itália e Portugal-Espanha (à noite).

Primeiro Cartório Notarial de Lisboa

NOTÁRIO

CESSÃO DE QUOTA E ALTERAÇÃO PARCIAL DE PACTO SOCIAL

No dia dezasseis do mês de Janeiro de mil novecentos setenta e seis, no Primeiro Cartório Notarial de Lisboa, perante mim, MARIA DO PATROCÍNIO DUARTE PINA GERALDES MOURATO, Primeiro-ajudante deste Cartório, no pleno exercício de funções notariais, em virtude do notário, Licenciado MANUEL LINHARES DE ANDRADE, se encontrar afastado do serviço para efeitos de aposentação, compareceram como outorgantes:

PRIMEIRO

D. Beatriz Amaral dos Santos Carona, natural da freguesia de Quintela, concelho de Mangualde, casada com o quarto outorgante, sob o regime de comunhão geral, com residência habitual no Pátio Dom Fradique, número vinte, Primeiro andar, nesta cidade.

SEGUNDO

D. Maria Manuela Adriano da Silva Martins, casada com o terceiro outorgante, sob o regime da comunhão de adquiridos, com residência habitual na Rua do Chão da Feira, número três, Primeiro andar, lado esquerdo, nesta cidade, natural da freguesia de Castelo, desta cidade.

TERCEIRO

Manuel Ramos Carreiro Martins, casado com a segunda outorgante e com ela residente, natural da freguesia de Penha Garcia, concelho de Idanha-a-Nova.

QUARTO

Manuel Joaquim Carona, casado com a primeira outorgante e com ela residente, natural da freguesia e concelho de Caminha.

E PELA PRIMEIRA OUTORGANTE FOI DITO:

Que ela e o terceiro outorgante são os únicos sócios da sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, sob a firma «MANUEL RAMOS E ESTEVES, LIMITADA», com sede e estabelecimento na Rua Chão da Feira, número vinte e cinco, em Lisboa, constituída por escritura de dois de julho de mil novecentos setenta e cinco, iniciada a folhas quarenta e quatro, do livro número A — duzentos e três deste Cartório, com o capital social de cinquenta mil escudos;

Que nesta sociedade possui três quotas uma de oito mil e quinhentos escudos, uma de oito mil escudos e uma de oito mil escudos;

Que, pela presente escritura, cede à segunda outorgante as suas referidas quotas de oito mil e quinhentos escudos, de oito mil escudos e de oito mil escudos;

Que faz a cessão por preço igual aos valores nominais das quotas cedidas, que já recebeu da cessionária.

DISSE A SEGUNDA OUTORGANTE: Que aceita a cessão, nos termos exarados.

DISSE O QUARTO: Que autoriza sua mulher a outorgar esta escritura.

DISSE O TERCEIRO OUTORGANTE: Que autoriza a cessão efectuada, bem como sua dita mulher à prática de todos os actos inerentes à sua qualidade de sócia.

DISSERAM AINDA A SEGUNDA E O TERCEIRO:

Que, sendo agora os únicos sócios da aludida sociedade, deliberam alterar parcialmente o pacto social da dita sociedade, quanto ao artigo quinto, que passa a ter a seguinte redacção:

ARTIGO QUINTO — Fica nomeado único gerente, Manuel Ramos Carreiro Martins, com dispensa de caução e com ou sem retribuição, conforme for deliberado em assembleia geral. Para a sociedade se considerar validamente obrigada em todos os seus actos e contratos é suficiente e necessária a intervenção do gerente Manuel Ramos Carreiro Martins.

Que declaram sob sua inteira responsabilidade que a dita sociedade não possui bens imóveis.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos bilhetes de identidade, respectivamente, números: 0566785, de 28 de Agosto de 1975; 4545965, de 1 de Junho de 1971, ambos do Arquivo de Identificação de Lisboa; 2 613 461, de 23 de Março de 1973, do Arquivo de Identificação de Coimbra; e 1 704 876, de 7 de Abril de 1976, do Arquivo de Identificação de Lisboa.

Foi feita aos outorgantes, em voz alta e na presença simultânea de todos, a leitura desta escritura, a explicação do seu conteúdo e a advertência da obrigatoriedade do registo deste acto, dentro do prazo de três meses, a contar de hoje, na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa. Ressalvo as rasuras: «do», «afastado», «Pateo», «Carreiro», «Caminha», «uma de» «Disse o quarto outorgante: Que autoriza sua mulher a outorgar esta escritura», disse o terceiro outorgante: Que autoriza», «Manuel Ramos Carreiro Martins», «Carreiro Martins», «Que» «do»; e a entrelinhas que está escrita sobre rasura: «a cessão efectuada, bem como».

Beatriz Amaral dos Santos Carona
Maria Manuela Adriano da Silva Martins
Manuel Ramos Carreiro Martins
Manuel Joaquim Carona
O Primeiro-ajudante
Maria do Patrocínio Duarte Pina Geraldes Mourato
Conta registada sob o n.º 72

Geral

Antunes da Silva dirige "Notícias do Sul"

Começou a publicar-se em Évora no passado dia 5 um novo jornal, «Notícias do Sul». Propriedade da Silva Godinho, com direcção do escritor Antunes da Silva, trata-se dum semanário que «terá uma linha política apartidária, mas sempre em defesa das classes mais desfavorecidas, tendo em conta os interesses do Alentejo e do País» — segundo o estatuto editorial inserto logo no primeiro número.

Ainda de acordo com o estatuto editorial, «Notícias do Sul» compromete-se a defender intransigentemente os problemas da terra transtagana, particularmente da cidade de Évora; «não dará cobertura a quaisquer interesses de ordem particular e compromete-se a não publicar nas suas colunas tudo o que seja de carácter fascista e fascizante».

Com o aparecimento dum novo semanário em Évora, reforça-se a imagem desta cidade alentejana como uma das cidades provinciais portuguesas onde existe actividade jornalística relativamente digna de realce, excluído naturalmente o Porto e depois de Coimbra e Braga. Efectivamente, em Évora já há muito se publicam diversos semanários e dois diários (lembre-se: «Notícias de Évora» e «Diário do Sul»).

Em LAGOS o DIÁRIO DE LISBOA vende-se no QUIOSQUE de LAGOS

MOÇÃO

Os profissionais dos sectores de Lanifícios, Tecidos de Algodão, Malhas e Miudezas, reunidos em Plenário no dia 7/10/76, pelas 21 h., no Orfeão de Viseu, decidiram por unanimidade o seguinte:

1.° Repudiar a recusa dos patrões a negociar o nosso C. C. T.

2.° Apoiar a paralisação total dos seus colegas do mesmo sector do Porto;

3.° Paralisação total no Distrito de Viseu e no sector profissional referido em data oportunamente a anunciar.

Viseu, 8 de Outubro de 1976.

A DIRECÇÃO

BARES · BOITES
RESTAURANTES TÍPICOS
DANCINGS

NINA — Dancing com atracções. Rua Paiva de Andrade, 7-13 Telef. 364859°368197. Rosy Striptease sousa

CASINO ESTORIL — Jogo autorizado. Variedades internacionais. T. 261461/164526/264586/264621/264945

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava muito nublado e caiam aguaceiros nas regiões do Sul o vento era fraco prodominando de sul nas regiões do Centro e Sul e de Leste nas regiões do Norte.

TEMPERATURAS EXTREMAS

PREVISÃO GERAL ATE ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado ou limpo a partir da tarde de hoje e vento fraco nas regiões de Norte e Centro a partir da madrugada nas regiões do Sul

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H

PORTO	19°
P. DOURADAS	—
COIMBRA	19°
PORTALEGRE	18°
LISBOA	18°
FARO	—
FUNCHAL	20°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
4.34	4,1 m	10.06	0,9 m
16.50	4,1 m	22.20	1,0 m
Dia 10			
5.05	4,1 m	10.37	1,0 m
17.21	4,0 m	22.50	1,0 m
Dia 11			
5.35	4,0 m	11.09	1,0 m
17.51	3,9 m	23.22	1,1 m

AMANHÃ

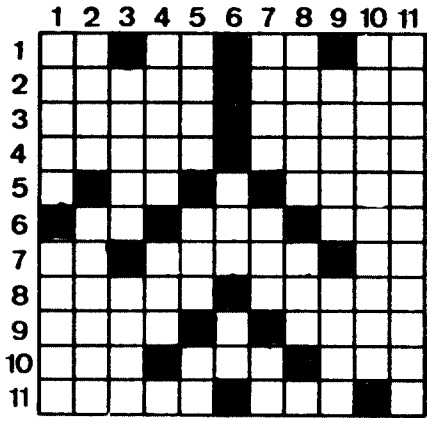
NASCER AS 6.41
OCASO AS 18.06

DIA 16 · DIA 23 · DIA 29 · DIA 7

Palavras cruzadas

COM PROVERBIO

PROBLEMA N.º 11480



HORIZONTAIS

1 Rio de Itália. Jamais. Alteza Real.
2 Vagueias. Vá em socorro de alguém.
3 Região da África, na Guiné setentrional. De altos preços.
4 Manas. Estimara.
5 Artigo definido. Artigo definido. Prefixo de privação.
6 Post scriptum. Agora. Artigo definido.
7 Vê. Agita. Prefixo que designa afastamento.
8 Neste momento. Carro de duas rodas na África do Norte para o transporte de pessoas e víveres.
9 Ralador. Prefixo que designa três.
10 Caminho. Codigo. Matemática.
11 Tostai. Passada.

VERTICAIS

1 Requereu. Embrião que se torna livre abandonando normalmente os invólucros ovulares ou o organismo progenitor.
2 Rezas. Colais.
3 Nome de frutos. Panelas.
4 Plantas de fibras têxteis de Angola. Anel.
5 Empregues. Espécie de mangueira do Gabão. Cento e um em romano.
6 Agora. Preposição e artigo definido.
7 Caçada. Fileira. Quinhentos e um em romano.
8 Cai à cama. Artigo.
9 Nome de planeta. Classe de tropa.
10 Adória. Pássaro do Brasil.
11 Nivelar. Cheio.

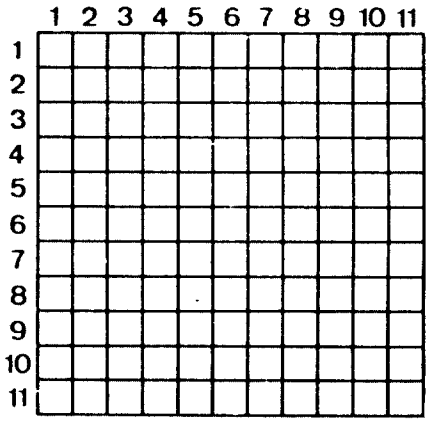
Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVERBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7640

VERTICAIS

1 Missiva. Bebida alcoólica da Índia.
2 Tratar por tu. Detrás.
3 Aldeia. Restabelece.
4 Encanta (fig.) Lavrar.
5 Estive unido por aderência.
6 Sufixo que designa estado.
7 Motejo.
8 Intoxicação geral provocada pela retenção da urina no sangue. Adorna.
9 Cobrir. Arquear.
10 Separa de. Patrona da ilha de Malta.
11 Curar. Nome de flores.



HORIZONTAIS

1 Apanhes. Freguesia do concelho de Famalicão.
2 Prendem. Descrédito.
3 Dança oriunda da África. Restituir.
4 Cobre. Saco de couro ou pano fechado geralmente com cadeado.
5 Armadilha. Sacar.
6 Venera.
7 Oceano. Enguia. Rio da Suíça.
8 Excitar. Rio de Portugal.
9 O mesmo que curare. Baús
10 Rói. Cremo.
11 Guarnecera de asas. Curas.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11490

HORIZONTAIS:

1 Pecar. Vilas.
2 Olas. Mega.
3 Rãs. Dom. Vil.
4 Fiara. Álito.
5 Iscas. Ratai.
6 Au. Sa.
7 És. Cem. Rã.
8 Mi. Co. Oc. Si.
9 Arcos. Rasto.
10 Tá. Sa. Ac. Lo.
11 Assim. Lassa.

VERTICAIS:

1 PORFIA, MATA.
2 Elais. Eiras.
3 Casacas.
4 As. Rau. Cosi.
5 Das. Casam.
6 Bo. Te.
7 Mal. Moral.
8 Im. Lás. CAÇA.
9 Levitar.
10 Agita. Astos.
11 Saloia. Iola.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7650

HORIZONTAIS:

1 Eiriz. Secar.
2 Ima. Aromava.
3 Rã. Creta. Ir.
4 Ana. Ama. Aso.
5 Rs. Em.
6 Adir. Aras.
7 Ir. Ai.
8 Ela. Asa.
9 Ia. Finca. Er.
10 Ris. Largada.
11 Asada. Aarau.

VERTICAIS:

1 Eiriz. Secar.
2 Imã. Aromava.
3 Rã. Creta. Ir.
4 Ana. Ama. Aso.
5 Rs. Em.
6 Adir. Aras.
7 Ir. Ai.
8 Ela. Voa. Asa.
9 Ia. Finca. Er.
10 Ris. Largada.
11 Asada. Aarau.

Provérbio: PORFIA, MATA CAÇA

PUB

Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Distrito de Lisboa

MOÇÃO

Considerando:

1.° Que o desemprego é um mal que já atinge, no nosso País, centenas de milhares de trabalhadores;

2.° Que a proibição de despedimento sem justa causa é uma conquista das classes trabalhadoras alcançadas depois do 25 de Abril e reconhecida na própria Constituição da República;

3.° Que o despedimento sem justa causa deve ser limitado a razões muito precisas, todas elas claramente definidas nos contratos colectivos de trabalho e nas leis, e que deve ser assegurado ao trabalhdor o direito de defesa;

4.° Que a liberalização do despedimento é uma reivindicação do grande patronato monopolista, como forma de fazer pagar principalmente aos trabalhadores as dificuldades económicas com que o nosso País se debate;

5.° Que o Ministério do Trabalho pretende publicar legislação sobre esta matéria, sem permitir o seu amplo debate pelas classes trabalhadoras, ou seja como o decreto 422/76 e 530/76,

Os delegados Sindicais da Construção Civil reunidos em plenário em 6/10/76, decidem:

1.° Repudiar qualquer medida legislativa do Ministério do Trabalho elaborada nas costas dos trabalhadores que vise dar satisfação ao patronato, facilitando o despedimento;

2.° — Afirmar que na elaboração de legislação devem participar amplamente os trabalhadores através dos seus sindicatos e das suas comissões de trabalhadores como claramente obriga a Constituição da República;

3.° — Reintegração imediata de todo os trabalhadores que foram suspensos pelas comissões de gestão tanto na Sanimar como na Intento, que mais não visa senão a entrega destas empresas ao patronato.

Esta moção é para ser enviada ao Ministério do Trabalho, Primeiro-Ministro, Conselho da Revolução e Presidente da República.

Aprovada por unanimidade.

Espectáculos

LISBOA

TURNO S-1

TODA A NOITE

ALTO PINA
Eusil, Rua Barão de Sabrosa, 104 (Telf. 841912)

ALVALADE
Líbia, Av. da Igreja, 4-B (Telef. 711681);
Chinde, Rua Agostinho Lourenço, 6-B (Telef. 710331);
Aguiar, Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A (Tels. 768343-764629).

AVENIDAS NOVAS
Cosmos, Avenida João Crisóstomo, 44-C (telef. 40592);
Delva, Avenida Duque d'Ávila, 125 (Telef. 45225)

BAIRRO DA LIBERDADE
Satunar, Rua B, 75-A (Telef. (Telef. 683694).

CAMPOLIDE
Findor, Rua D. Maria Pia, 514 (Telef. 687949).

LAPA
Rodrigues e Aires, Rua da Lapa, 52 (Telef. 662246).

MARQUÊS DE POMBAL
Liberal, Avenida da Liberdade, 219 (Telef. 43641).

MOURARIA
Ferrão, Rua da Mouraria, 12 (Telef. 860464).

RATO
Janeiro, Avenida Álvares Cabral, 100 (ao Liceu Pedro Nunes (Telef. 661453).

RESTELO
Higiluz, Rua de Pedrouços, 50 (Telef. 610280).

XABREGAS
Madre de Deus, Rua da Margem, 15-B (Telef. 382470).

TURNO S-2

ATÉ ÀS 22 HORAS

ALCÂNTARA
Lupi Nogueira, Rua José Dias Coelho, 4 (antiga Rua da Creche) (Telef. 631635).

ALFAMA
Aunciada, Rua do Vigário, 74 (Telef. 866360).

AREEIRO
Geleno, Avenida Óscar Monteiro Torres, 38-A (Telef. 774920).

BAIRRO ALTO
Veritas, Rua da Misericórdia, 135 (Telefs. 324554-327563).

BAIRRO DA ENCARNAÇÃO
Zira, Praça das Casas Novas, lote 66 (Telef. 310172).

BENFICA
Marques, Estrada de Benfica, 648 (Telef. 700096).

CAMPO DE OURIQUE
Urbano de Freitas, Rua Silva Carvalho, 1-9 (Telef. 662838).

CONDE DO REDONDO
Branco, Av. Duque de Loulé, 61-65 (Telef. 45048).

ESTEFÂNIA
? Délio, Rua Açores, 32 (Telef. 52388).

LUMIAR
Alameda, Alameda das Linhas de Torres, 201-B (Telef. 790942).

PENHA DE FRANÇA
Europa, Av. General Roçadas, 27-A (telef. 843880);
Zema, Rua General Justiniano Padrel, 21 (à Calçada dos Barbadinhos) (Telef. 832580).

SÃO SEBASTIÃO DA PEDREIRA
Sagres, Avenida Luis Bivar, 69 (telef. 47213).

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
Miramar, R. Ernesto Silva, 81 (T.2112048)

CAXIAS
Nova, R. Bernardim Ribeiro, 1-A (T. 242839). Até às 22 horas.

NOVA OEIRAS
Leal. Até às 22 horas

CARCAVELOS
Central. Toda a noite

S. DOMINGOS DE RANA
Godinho da Silveira. Av. Sabóia, 29-B (T.260085). Até às 22 horas

PAREDE
Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto de Castro, lote 10 (T.2430691). Toda a noite; Grincho, Av. da República, 87 (T.2471204). toda a noite

AMOREIRA
Amoreira (T.262313/267314). Até às 22 horas

MONTE ESTORIL
Suiça, Cruzeiro (T.260087). Toda a noite

CASCAIS
Misericórdia, R. Regimento 19, 41 (T.280141). Até às 22 horas; Cascais, R. Conde de Monte Real, B. das Caixas (T.282407). Toda a noite

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Cavaca, R. Elias Garcia, 209 (T. 930019); Flama, R. Elias Garcia, 78-B (T.932485); Confiança, Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A (T.938149)

DAMAIA
Damaia, P. Alexandre Gusmão, 9-A (T.970523)

VENDA NOVA
Nova, Elias Garcia, 10 (972530)

QUELUZ
Simões Lopes, Av. Elias Garcia, 51 (T.950123)

CACÉM
Central, R. Elias Garcia. 55 (T.2940034)

MEM MARTINS
Química, E. de Mem Martins, 285 (T.2910012)

S. PEDRO DE SINTRA
Valentim (T.980456)

SINTRA
Simões, Estefânia (T. 2930832)

COLARES
Abreja, (T. 299088)

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
Nunes, L. Coronel Ramos da Costa, 10 (T.234137)

ALHOS VEDROS
Gusmão, R. Cândido dos Reis, 30 (T.204020)

ALMADA
Algarve, R. Fernão Lopes, 1 (T.2750271)

BAIXA DA BANHEIRA
Aliança, E. Nacional 178-B (T.2040302)

BARREIRO
Central, Av. Alfredo da Silva, 48 (T.2073207). Até às 19 horas; Piçarra, Av. do Bocage, 65-A (.2074771). Serviço permanente

COVA DA PIEDADE
Louro

MOITA
União Moitense, Av. Dr. Teófilo Braga (T.239025)

MONTIJO
Diogo, R. Almirante Reis, 50 (T.2310032)

SESIMBRA
Leão, Av. da Liberdade, 13 (T.2233471)

SETÚBAL
Costa, L. da Misericórdia (T. 22760), Brasil, P. do Brasil (T.24788)

SEIXAL
Soromenho, R. Paiva Coelho, 38 (T.2218560)

PORTO

TURNO 9

ATÉ AS 22 HORAS

Alves da Silva, Av. da Boavista, 1016 Azevedo, R. de Azevedo, 136 Gomes Ferreira, R. Faria Guimarães, 449 Nau Vitoria, R. Nau Vitoria, 723 Ordem da Trindade, R. Heróis e Mártires de Angola Confiança R. d Santa Catarina 960 Falcão, R. de Santo Ildefonso 61 Ferreira, P. D. Afonso V 55-B

TODA A NOITE

Antas Av. Fernão de Magalhaes, 1076 Antiga Porta do Olival Campo do Martires da Patria 122 Lousada, L. do Campo Lindo 62

COIMBRA

Nazaré, Rua Ferreira Borges, 135 (Telef. 22605;
Santa Isabel, Avenida Sá da Bandeira, 26 (Telef. 24916)
Solum, Rua Carolina Michaelis, 20 (Telef. 72120).

Outros espectáculos

LISBOA/Teatros

MONUMENTAL
20.30 e 22.45 (13 anos)
«As coisas que o Padre Faz»

TEATRO ABERTO
21.15 (13 anos)
«O Círculo de Giz Caucasiano»

VARIEDADES
20.30 e 22.45
«Isto é que me dói»

ADÓQUE
20.30 e 22.30 (18 anos)
«A grande Cegada»

VASCO SANTANA
21.30 (13 anos)
«Fanshen!»

TEATRO DO BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Tambores na Noite»

MARIA MATOS
21.30 (18 anos)
«O Director da Ópera»

ABC
20.30, 22.45 (18 anos)
«Cada Cor Seu Paladar»

LAURA ALVES
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Vamos Trocar de Mulheres»

S. LUIS
21.30 (13 anos)
«Tudo no Jardim»

LISBOA/Cinemas

CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Salão Elisabeth»

SATÉLITE
19.00 e 21.15 (13 anos)
Foram os Deuses Astronautas?»

PARIS
21.15 (13 anos)
«E tudo o barco levou»

JARDIM
21.15 (6 anos)
«O Rei do Circo»

LUMIAR
21.15 (14 anos)
«Punho de Aço»

CALEIDOSCOPIO
21.00 (18 anos)
«Um Dia de Cão»

CAPITÓLIO
21.00 (18 anos)
«Paraíso Carnal»

CINEARTE
21.15 (18 anos)
«A Torre do Inferno»

PROMOTORA
21.15 (18 anos)
O Justiceiro da Noite»

IDEAL
21.15 (14 anos)
«Duelo ao Sol»

OLÍMPIA
21.00 (18 anos)
«Um homem de Respeito»

EUROPA
21.15 (10 anos)
«Lawrence da Arábia»

VOX
21.15 (18 anos)
«Marilyn e o Senador»

RESTELO
21.00 (18 anos)
«Saló ou 120 Dias de Sodoma»

MONUMENTAL
21.15 (13 anos)
«A Filha de Ryan»

COLISEU
21.30 (18 anos)
«Noites Árabes»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Recreios Desportivos
21.15 (18 anos)
«A Grande Luta»

AMADORA
Lido
21.15 (13 anos)
«Aventura é Aventura»

AMADORA
Cinestúdio
21.30 (13 anos)
«O Direito de Nascer»

MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (18 anos)
«O Regresso de Ringo»

SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (10 anos)
«Longe da multidão»

LINHA DE CASCAIS

OEIRAS
Oeiras-Cine
21.15 (18 anos)
«Amor Violento»

PAREDE
Royal-Cine
21.15 (18 anos)
«Diário Íntimo na Vida de uma Mulher»

ESTORIL
Palácio
21.15 (18 anos)
«Cenas da Vida Conjugal»

CASCAIS
S. José
21.15 (18 anos)
«Outono Escaldante»

CASCAIS
Oxford
21.15 (6 anos)
«O que faz mudar um Homem»

OUTRA BANDA

ALMADA
Incrível
21.15 (18 anos)
«As Noites Loucas do Hotel Lua-de-Mel»

TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«O Homem de Ferro»

PORTO/Cinemas

TERÇO
21.15 (18 anos)
«Detective em Acção»

ESTÚDIO 400
21.30 (18 anos)
«Nós as mulheres somos assim»

TRINDADE
21.15 (6 anos)
«Onde Está o Óscar?»

PASSOS MANUEL
21.30 (18 anos)
«Delírio de Amor»

SÁ DA BANDEIRA
21.30 (18 anos)
«Marylin e o Senador»

ÁGUIA DE OURO
21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

S. JOÃO
21.15 (18 anos)
«Fogo no Sangue»

RIVOLI
21.15 (18 anos)
«A Mulher Polícia Faz Carreira»

BATALHA BEBE
21.30 (13 anos)
«Diário de uma Esquizofrénica»

ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Gata em Telhado de Zinco Quente»

BATALHA
21.15 (18 anos)
«Insólito Destino»

CARLOS ALBERTO
21.15 (18 anos)
«Há lodo no Cais»

JÚLIO DINIS
17.45, 21.15 (18 anos)
«Malandrices ao Sol»

ESTUDIO FOCO
21.15 (18 anos)
«Chove em Santiago»

COIMBRA

TIVOLI
21.15 (18 anos)
«Duelo de Punhos»

S. TEOTÓNIO
21.15 (13 anos)
«Romeu e Julieta»

AVENIDA
21.15 (13 anos)
«O Leão e o Vento»

GIL VICENTE
21.15 (18 anos)
«O Amante»

cinemas

CASTIL
Tel. 630194 15, 17.15 e 21.15
Interdito a menores de 18 anos
2.ª Semana
Colorido
FELICIA
(Este filme contém cenas eventualmente chocantes)
Hoje às 24 h. em ante-estreia
Não acons. a menores de 13 anos
A TRAGÉDIA DE UMA TELEFONISTA DOS CTT

IMPÉRIO
Tel. 555134/5 15, 18.15 e 21.15
Grupo B 10 anos
Sophia Loren/Alec Guiness/Omar Sharif
A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO
Um drama de amor no ambiente tumultuosos da decadência de um grande Império de Anthony Mann
70 m/m/ écran gigante

POLITEAMA
Tel. 323805 14.15, 16.30, 19 e 21.30
(Grupo C M/14 anos)
Terence Hill e Bud Spencer em
DEUS PERDOA... EU NÃO!
Gargalhada e pancadaria

ROMA
Tel. 727778 15.30, 18.30, 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
GOLPE AUDACIOSO
c/ Natalie Delon e Frederick Stafford

MUNDIAL
Tel. 538743 14.00, 16.30, 19.00, 21.30
Não acons. a men. de 18 anos
SHAMPOO
A comédia satírica que abalou a América

CARLOS MANUEL SOCORRO
Tel. 2930304 15 e 21.15
Grupo B (10 anos)
LONGE DA MULTIDÃO

CALEIDOSCÓPIO
Tel. 795093 14.16.30,19 e 21.15
Não acons. a men de 18 anos
Al Pacino em
UM DIA DE CÃO
4.ª semana
um filme de Sidney Lumet

ÉDEN
Tel. 320768 14.16.30,19 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
Al Pacino em
UM DIA DE CÃO
2.ª semana
um filme de Sidney Lumet

ODEON
Tel. 326283 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. a men. de 13 anos
A Obra-Prima de Alfred Hitchcock
REBECCA
com Joan Fontaine e Laurence Olivier

APOLO 70
Tel. 763141 14.00, 16.30, 19.00 e 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
VIRIDIANA
Hoje às 24 h. Grupo D (18 anos)
MURO DE SEPARAÇÃO
Amanhã às 24 h.
Grupo D (18 anos)
LUA DE MEL DOS ASSASSINOS

CASINO ESTORIL
Tel. 264521/264996 18.15, 21.15
Não acons. a men. 18 anos
A MULHER POLÍCIA FAZ CARREIRA

S. JORGE
Tel. 554153 15.15, 18.15 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
3.ª Semana
A MULHER, O AMOR E O ÓDIO
Philippe Noiret, Romy Schneider
3 Oscares do cinema francês!

RESTELO
Tel. 610376 15.00, 21.00
Interdito a menores de 18 anos
SALO OU 120 DIAS DE SODOMA

AVIS
Tel. 47163 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. men. 13 anos
22.ª Semana
BOBBY
A projecção do filme começa 5 minutos após os horários

ESTÚDIO
Tel. 555134/15.00, 17.00, 19.00, 21.15
Não acons. a men. de 18 anos
Michel Piccoli em
REGRESSO ÀS CAVERNAS
(Themroe)
Colorido

ESTÚDIO 444
Tel. 779095 15.15,17,18.45 e 21.15
Int. men. 18 anos
DESENHOS PICANTES
3.ª Semana
As 24 h. Int. m. 18 anos
LUXÚRIA

D. JOÃO V DAMAIA
Tel. 971794 21.15
Não acons. men. 13 anos
UM SEGREDO INQUIETANTE

UNIVERSAL
Tel. 774402 14.30, 19.00 e 21.15
SALO OU OS 120 DIAS DE SODOMA
de Pasolini
Int. men. 18 anos
As 17.00 e 23.30
de Jean Luc Godard
NOTA: Sessões reservadas aos sócios da AEFA. Insc. no Animatógrafo em Escadinhas da Achada, 10-1.º ou no próprio CINEMA UNIVERSAL na Rua da Beneficência, 175 - Tel. 774402

CONDES
Tel. 322423 13.30,16.15,19 e 21.45
Grupo B M. 10 anos
TORA! TORA! TORA!
3.ª Semana
a gigante epopeia jamais filmada
c/ Martin Balsan e Joseph Cotten

BERLA
Tel. 776098 15.15, 18.15, 21.15
Não acons. men. 13 anos
Treme-os! Excite-os! Arme-os! Largue-os em território nazi!
DOZE INDOMÁVEIS PATIFES
Um filme de Robert Aldrich
8.ª Semana

LONDRES
Tel. 801313 14,16.30,18.45 e 21.15
Não acons. men. 18 anos
O PORTEIRO DA NOITE
c/ Dirk Bogarde e Charlotte Rampling
Às 24 h. Não acons. men. 13 anos
A CAÇA AO CANUDO

ROXY
Tel. 48[illegible] 15, 18 e 21.15
Para Todos
A alegria entra-lhe no coração
A CANÇÃO DA NORUEGA
c/ Torlav Maurstad
Christina Schollin

TIVOLI
Tel. 570595 15.15, 18.30 e 21.15
Não acons. a menores de 18 anos
CATHERINE, S. A. R. L.
2.ª Semana
Uma comédia leve tão espirituosamente picante como uma taça de champanhe!

ALVALADE
Tel. 897480 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Luis de Funés em
AS FÉRIAS GRANDES
Um filme de Jean Giraut
Para todos

PATHÉ
Tel. 821933 14.15, 16.30, 18.45, 21.15
PECADOS EM FAMÍLIA
Com Simonetta Stefanella, Michele Placido, Jenny Tambury
Interdito a menores de 18 anos
Hoje às 24 h. Int. a men. 18 anos
PECADOS EM FAMÍLIA

NIMAS
Tel. 574313 574313
14.15, 16.30, 18.45, 21.15
Não acons. men. 18 anos
CHOVE EM SANTIAGO
13.ª semana
O Chile de Allende a Pinochet

rádio

1.º Programa

16.00: Música variada; **17.00**: Conjuntos; **18.00**: Música portuguesa; **19.00**: Cantorias; **19.30**: Música variada; **20.00**: Jornal da noite; **20.30**: Orquestras; **21.00**: Contraponto — editorial; **23.05**: Rádio revista, por Luís Pereira de Sousa; **00.00**: Último jornal; **00.30**: Jazz; **01.00**: Música na noite.

2.º Programa

16.00 Pequenas peças para cravo **16.30**: Conjuntos de câmara; **17.28**: Suite «Antar», de Rimsky-Korsakov; **18.00**: Pequenas obras de grandes compositores; **18.30**: Concerto sinfónico; **20.00**: Os violinistas David e Igor Oistrakh; **20.32**: Três movimentos da «Suite Lírica», de Alban Berg; **20.50**: «Variações e Ruga sobre um Tema de Haendel», de Brahms; **21.15**: Sinfonia n.º 2, em ré maior, op. 43, de Sibalius; **22.00**: Quarteto n.º 2, em dó, op. 36, de Britten; **22.30** O soprano Imgard Seefried; **23.00**: Solos de piano; **23.30**: Intercâmbio musical; **23.30**: Quarteto op. 59, n.º 3, de Beethoven; **00.20**: Sinfonia n.º 4, de Vaughan-Williams; **01.00**: Fecho.

3.º Programa
Nacional e Regional (294 m)

16.00: Variante (continuação); **16.15**: Casos ao acaso; **16.40** Disco... rendo; **17.15**: Vamos ao médico; **17.30**: Cinema em variante; **18.00**: Contacto; **21.15**: Hora luterana; **21.30**: Quando o telefone toca; **23.00**: Nocturno; **02.00**: Fecho.

3.º Programa
Local (187,5 m)

18.00: Emissão local — entardecer — ver, ouvir... e comentar; **19.00**: Entardecer (continuação); **19.30**: O diálogo de sábado (repetição); **21.00**: Fecho.

4.º Programa
Emissão total em Estereofonia

16.00: Música variada; **17.00**: Canções; **18.00**: Apenas música; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Orquestras; **21.00**: Concerto; **22.00**: Auditório; **24.00**: Prisma; **02.00**: Fecho.

RÁDIO RENASCENÇA

16.05: Sequência da tarde; **18.08**: Apelos; **18.15**: Igreja em notícia — Palavra do dia; **18.30**: Transmissão do terço; **19.00**: Programa da Liga dos Amigos da Rádio Renascença; **20.00**: Objectivo; **21.05**: Pentagrama; **22.00**: Quando o telefone toca; **22.30** Temas Vivos; **23.05** Trifónico; **23.30** Dicionário político; **00.00** Meditando; **02.00** Encerramento da estação.

DL

RENASCENÇA GRÁFICA, S.A.R.L.
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.°, 2.°
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TÉCNICOS
E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Medeiros anuncia relações para breve com a China Popular

Chegou esta manhã a Lisboa o ministro Medeiros Ferreira, depois de ter participado em Nova Iorque na reunião da Assembleia Geral da ONU.

Aguardado em Lisboa por altos funcionários do seu ministério, Medeiros Ferreira em declarações à Imprensa fez um resumo das actividades desenvolvidas pela delegação que se deslocou à ONU.

Depois de especificar certos pontos do seu discurso, nomeadamente reafirmando o apoio à entrada da República Popular de Angola na ONU e à consagração do português como língua oficial, que se justificaria por ser falado por perto de 120 milhões de pessoas, Medeiros Ferreira referiu-se aos contactos que desenvolveu à margem da reunião.

Afirmou, nomeadamente, que em breve poderão ser estabelecidas relações com a República Popular da China, considerando ainda o encontro que teve com o Ministro dos Negócios Estrangeiros daquele país como «muito cordial» e que permitiu encontrar o acordo entre os dois países no que se refere ao papel da Europa democrática no mundo.

O ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou ainda que em breve será renegociado o acordo sobre as Lajes com os EUA, revelando também que, na sequência de contactos mantidos com o ministro dos Negócios Estrangeiros de Moçambique, Joaquim Chissano, será aberta, possivelmente até ao fim do ano, uma embaixada de Moçambique em Lisboa.

CONFLITO DE MINEIROS FOI A S. BENTO

Reintegração não é aceite

«Se os mineiros cabo-verdianos regressarem às Minas da Panasqueira vai ser difícil não haver atritos a muito curto prazo. E tal como as coisas estão, o mais pequeno rastilho provocará uma explosão de consequências incalculáveis e em que certamente haverá muitos mortos» — declarou-nos esta manhã uma activista sindical das Minas da Panasqueira comentando diligências em curso para reintegrar, pelo menos em parte, os trabalhadores que ainda se encontram em Santa Margarida após haverem sido evacuados da zona de conflitos.

O assunto foi levado ontem a Conselho de Ministros pelo tenente-coronel Costa Brás, ministro da Administração Interna, e sobre ele se debruçou também Marcelo Curto em conversa com os jornalistas. Ficou a ideia — aliás expressa em declarações do ministro do Trabalho à ANOP — de que se vai tentar reintegrar ao serviço os trabalhadores cabo-verdianos que não participaram nos incidentes. Em contrapartida, seriam despedidos os que se provar terem sido directos causadores do conflito que provocou um morto e sete feridos hospitalizados.

É esta intenção que leva as pessoas que conhecem a situação nas Minas e o estado de espírito de mineiros e da população em geral, a advertir para os riscos gravíssimos que estão à vista. Está provado que para o agudizar da questão — nomeadamente quando da zaragata generalizada — muito contribuiram provocadores e instigadores que recordavam Angola e pediam vingança. Também é certo que falta um raciocínio frio sobre a questão tanto por parte dos mineiros portugueses como dos imigrantes africanos. Mas, por vezes, as boas intenções são ultrapassadas e as decisões têm de ser tomadas noutras bases.

Depois do que foi acontecendo no dia-a-dia e das soluções que poderiam ter sido adoptadas (como sejam a expulsão da minoria que, efectivamente, provocava distúrbios e problemas diários) o dado de facto é que, de momento, os ódios se sobrepõem à razão. Enquanto este facto não se alterar é um risco de consequências incalculáveis procurar juntar, de novo, na mina, as duas partes desavindas.

Representantes do Ministério do Trabalho deslocaram-se às Minas e pessoal da Embaixada de Cabo Verde contactou ontem os seus concidadãos esperando-se que a situação evolua no fim-de-semana.

Um dado informativo complementar: o único morto João Fernandes Pina — era madeireiro numa empresa de Silvares (numa grande aldeia vizinha, do outro lado do rio Zêzere) e pessoa estimada pelos que o conheciam. No dia dos incidentes passava na Barroca Grande e a voz do sangue levou-o a tentar defender os seus patrícios. Foi linchado pelos mineiros.

nota tome

CORVACHO REGRESSOU DA «FUGA»

Em fins de Agosto o major Eurico Corvacho pediu autorização às autoridades militares para se deslocar ao estrangeiro por motivos pertinentes da sua vida privada. Como nada existia contra ele, a autorização foi concedida.

Foi o diabo... A Imprensa reaccionária viu nesta viagem, de naturza estritamente familiar, uma «fuga» para o estrangeiro do antigo comandante da Região Militar do Norte, apesar de o Estado-Maior do Exército ter publicado uma nota sobre o assunto explicado a situação do major Corvacho e as condições em que a autorização fora dada.

Afinal não havia nada de anormal. Para tranquilidade (?) da reacção, Corvacho já se encontra em Portugal, regressado da tal «fuga» e em liberdade plena desde Julho, por despacho do juiz-instrutor do processo que lhe foi movido e que nada provou contra ele.

MILITAR NÃO É CIDADÃO?

O artigo 27.° da Constituição diz que «ninguém pode ser privado da liberdade a não ser em consequência de sentença judicial condenatória pela prática de acto punido por lei com pena de prisão ou aplicação judicial de medida de segurança».

Um parecer do Supremo Tribunal Militar de 29 de Abril de 1960, ainda em vigor, diz que «para os réus militares, sujeitos ao foro militar, não existem prazos de prisão sem culpa formada».

Então como é? Os militares não são cidadãos? Não são gente? Não têm direitos?

Não nos admira que este parecer tenha sido emitido em 29 de Abril de 1960, mas causa-nos espanto que tenha sido reconfirmada a sua validade em 18 de Agosto de 1976 por quem de direito.

No final deste ano

Catorze milhões de contos de "deficit" na Previdência

Perto de 10 milhões de contos de contribuições devidas às instituições de Previdência não chegam aos cofres da Caixa Nacional de Pensões e, se não forem tomadas medidas que possibilitem uma efectiva cobrança, os débitos atingirão catorze milhões de contos até final do corrente ano — segundo apurou a Anop junto de fontes fidedignas.

Desta forma, o orçamento financeiro da Previdência indica um défice elevado para 1976: cerca de 14 milhões de contos, provocado por despesas globais de 44 milhões de contos e uma contrapartida de receitas de 30 milhões de contos.

Mais de 80 por cento da população portuguesa encontra-se abrangida pelos esquemas da Previdência, segundo as estimativas mais recentes.

No relatório de 1974, da responsabilidade do Ministério dos Assuntos Sociais, indica-se como de 6 milhões e 300 mil o número de cidadãos com direito à prestação de serviços de acção médico-social, tudo levando a crer que esse número tenha aumentado, embora não estejam concluídas as estatísticas referentes ao ano passado. Em relação a 1964, por exemplo, verifica-se um alargamento da segurança social a quase mais 4 milhões de indivíduos, enquanto o total de beneficiários registou um acréscimo de 1 milhão e 250 mil para 2 milhões e 699 mil. Destes a maior parte (cerca de um milhão) tem idades entre os 20 e os 35 anos e habitam na zona da grande Lisboa (42 por cento). Na distribuição geográfica seguem-se os outros distritos industriais, com o Porto (27,9 por cento), enquanto as áreas agrícolas têm menor importância (Bragança, 0,5 por cento e Vila Real, 0,8).

Segundo a mesma fonte, quase um milhão de beneficiários activos ocupam-se nas indústrias transformadoras, mais de 600 mil no comércio por grosso e a retalho, restaurantes e hóteis, quase 400 mil em serviços prestados à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais, e 320 mil na construção e obras públicas. Os números inferiores referem os dos ramos de actividade da pesca (6 mil) e da agricultura (44 mil).

Pacto de amizade U.R.S.S.-Angola

MOSCOVO, 9 (ANOP/R/APN) — Angola e a União Soviética concluiram um tratado de amizade por vinte anos, o primeiro de Moscovo com um Estado da metade ocidental da África, prometendo a cooperação militar e apoio à luta de independência dos povos.

Segundo a TASS, o novo tratado (assinado por Agostinho Neto e Leonid Brejnev) estabelece uma cooperação mais vasta nos campos económico, tecnológico e científico, comercial e cultural.

Compromete também os dois países a cooperarem «mutuamente e com outros Estados amantes da paz em apoio da luta justa dos povos pela sua soberania, liberdade, independência e progresso social».

A visita do dr. Agostinho Neto a Moscovo, a primeira desde a independência da RPA, ocorre quando a Grã-Bretanha e os Estados Unidos, em negociações com dirigentes africanos brancos e negros, procuram um acordo sobre um plano conjunto para governo de maioria negra na Rodésia, dentro de dois anos.

A União Soviética condenou as propostas, formuladas após conversações com presidentes africanos da «linha da frente», incluindo o dr. Agostinho Neto, mas o pacto de amizade foi resumido pela TASS como não contendo qualquer referência à Rodésia.

Embaixada portuguesa está para breve

Poderá efectivar-se ainda este mês a abertura da Embaixada de Portugal na República Popular de Angola, segundo indicam fontes próximas do partido governamental. As mesmas fontes apontam o nome do sr. António Coutinho, actual representante de Portugal em Bissau, como provável chefe da missão diplomática do nosso País em Luanda.

Quanto à instalação da Embaixada angolana em Lisboa, nada está ainda assente em definitivo. Sabe-se, no entanto, que as autoridades angolanas estão a trabalhar no assunto, esperando-se que a sua Embaixada em Portugal seja a primeira aberta num país estrangeiro. Paulo Jorge, actualmente exercendo as funções de adjunto da Presidência da República angolana e antigo encarregado das relações exteriores do M.P.L.A. é citado como possível embaixador em Portugal. A sua designação, contudo, carece de confirmação oficial.

Da parte portuguesa espera-se que um funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros inicie, dentro de dias, a ultimação dos trabalhos de abertura da nossa Embaixada em Luanda.

Eanes na Madeira

FUNCHAL, 9 — O Presidente da República, general Ramalho Eanes, deverá deslocar-se ao arquipélago da Madeira entre 15 e 20 do corrente.

Entretanto encontra-se em Lisboa o ministro da República, coronel Lino Miguel.

Adjunto de Pires Veloso

Uma nota do Chefe do Estado-Maior interino da Região Militar do Norte indica que foi nomeado adjunto do brigadeiro Pires Veloso, comandante da Região, o tenente-coronel Mário Pinto Simões. Este oficial do Exército desempenhara até há pouco funções administrativas na RTP.

Preços sobem

Prossegue o agravamento dos preços nas principais cidades do País, como confirmam uma vez mais os dados estatísticos do I.N.E. referentes ao mês de Agosto último. De salientar que os produtos alimentares são aqueles que registam um aumento mais acentuado. Em Lisboa, e relativamente a Agosto do ano transacto, o total «alimentação» aumentou em 22,1 por cento.

Nomes para o Nobel

Três autores espanhóis estão entre os nomes propostos para o Prémio Nobel da Literatura de 1976. São eles Vicente Aleixandre, Jorge Guillén e o «crónico» Camilo José Cela.

O prémio será anunciado pela Academia Sueca no próximo dia 21. Entretanto há outros escritores na liça: Wole Soyinka (Nigéria), Carlos Drummond de Andrade (Brasil), Saul Below, Norman Mailer e Vladimir Nabokov (E.U.A.), Jerzy Andrzejewski (Polónia), Jessar Hemal (Turquia), Doris Lessing (África do Sul), Graham Greene (Inglaterra) e V. S. Naipal (Índia).

Milhares em Alvalade, esta tarde, na festa de homenagem que o Sporting dedica ao vice-campeão olímpico dos 10 kms. Atracções aos punhados: desde Yazalde («Chirola», aqui, já em Lisboa) à estreia do brasileiro Clésio num Sporting-Benfica futebolístico, que até mete Eusébio (nas «águias») a provar se (ainda) serve para as grandes andanças. Ciclismo, Atletismo, medalhas e parabéns: festa com todos, como se adivinha.

Bombista preso pela P.J. (Porto)

PORTO, 9 — Foi ontem preso em Paços de Ferreira, pela P.J. do Porto, Domingos Nuno Ribeiro, de 38 anos, casado, cuja «profissão» (conforme é acusado) é ser bombista e incendiário.

Segundo a G.N.R. daquela localidade, Nuno Ribeiro, indivíduo de largo cadastro, terá sido o autor de um crime de fogo posto no lugar de S. Domingos de Carvalhosa. Paralelamente a sua actividade de incendiário, o detido é conhecido em Paços de Ferreira e Lousada como autor de vários actos bombistas, especialmente em automóveis.

Nuno Ribeiro, que se encontra preso na P.J. do Porto, será agora submetido a interrogatórios para se apurar da sua responsabilidade em relação aos actos terroristas no Norte do País.

TIRAGEM MÉDIA DIÁRIA NO MÊS ANTERIOR: 39.984 ex.

9 DE OUTUBRO
DE 1976

sete PONTO sete

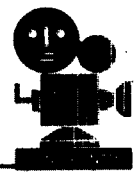
AGENDA SEMANAL DL DOS TEMPOS LIVRES
ARTE, ESPECTÁCULO, PASSATEMPO & DIVERSOS

suplemento semanal

Diário de Lisboa

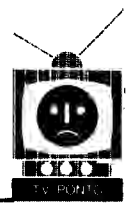
sete PONTO sete

teatro
carlos porto 6-7



cinema
9-10 jorge leitão ramos

Música:
mário vieira de carvalho 10



11 televisão

Lisboa, 9 a 15 de Outubro de 1976

Orientação gráfica de Rodil Garcia

SOCIEDADE «ESTORIL»

AVISO

Para execução de trabalhos de renovação da via, nos dias 7, 8 e 10 do corrente, das 10 às 12 e das 14.30 às 16 horas, no troço de C. Quebrada a Paço de Arcos a circulação de comboios far-se-á apenas por uma das vias, com os atrasos daí resultantes.

BATAS ESCOLARES

ALTAMENTE ESPECIALIZADOS

TINTURARIA GUANABARA - Dep. Confecções

Av. João XXI, 5-D — R. Infantaria 16, 55-C — Lisboa

TORM LINES

Para:

BARCELONA—ALGER

MALTA—MERSIN

e ALEXANDRIA

n/m «TORN GUNHILD»
em 13 de Outubro

OS AGENTES GERAIS:

SOCIEDADE COMERCIAL
OREY, ANTUNES S. A. R. L.
Praça Duque da Terceira, 4 Tel. 36 60 56 / 36 22 66
Lisboa 2 Portugal

ESTE 7.7

Não, leitor amigo, não vimos fazer a apologia do alcoolismo. O 7.7 é um suplemento sério e respeitável que de forma nenhuma entraria em sua casa com más intenções. Vimos falar-lhe da nossa indústria vidreira e, muito especialmente, fabrico, do uso e da venda de copos. Trata-se de um problema grave, muito grave, porque este sector da nossa indústria vidreira está em crise e podia ser, bem dirigido, um sector próspero susceptível de meter nos cofres da fazenda nacional as tais divisas de que tanto se fala e que tão poucos tentam ganhar. Há, integrados na indústria vidreira, outros sectores importantes como, por exemplo, o sector dos jarros de vidro, o sector dos telhados de vidro (e quem os não tem?), o sector dos pratinhos de vidro, o sector dos cinzeiros de vidro e outros que não vale a pena mencionar até porque nós, aqui no 7.7, do que sabemos é de copos.

O copo — há que explicá-lo — é um recipiente susceptível de ser utilisado para guardar líquidos. Há, até, quem o use para esse efeito, embora os mais entendidos na arte de viver sejam inteiramente incapazes de guardar líquidos sem copos, antes pelo contrário: assim que vêem um líquido num copo esvasiam-no. Este facto tem levado algumas pessoas, erradamente, a pensar que o copo se destina a guardar qualquer líquido, o que é um erro crasso. O copo não se destina a guardar àgua ou a servir quem bebe disso. O copo, por outras palavras, foi criado única e exclusivamente para servir quem bebe bebidas alcoólicas. Quem bebe àgua não precisa de copo porque pode voltar a cabeça para trás e abrir a boca quando está a chover, tal como pode beber directamente da torneira, da mangueira ou, até, do rio. Quem bebe bebidas alcoólicas é que não pode fazer nada disso e precisa, portanto, do copo. Este facto entrou, aliás, na linguagem popular — ninguém diz, por exemplo, vamos beber um copo na intenção de ir beber um copo de água do Luso, de Carvalhelhos ou da torneira. Também ninguém diz que este ou aquele está com os copos para significar que o dito esteve a beber água até porque há muitas vezes uma diferença nítida entre quem esteve a beber copos e quem esteve a beber àgua.

Que o leitor não fique chocado com esta maneira leve de falar do amor à bebida alcoólica que tantos consideram um vício, porque de Noé a Hemingway, passando pelo Fernando Pessoa e pelo Fitszgerald, (para não falarmos do autor destas linhas) a indústria dos copos tem tido admiradores profundos.

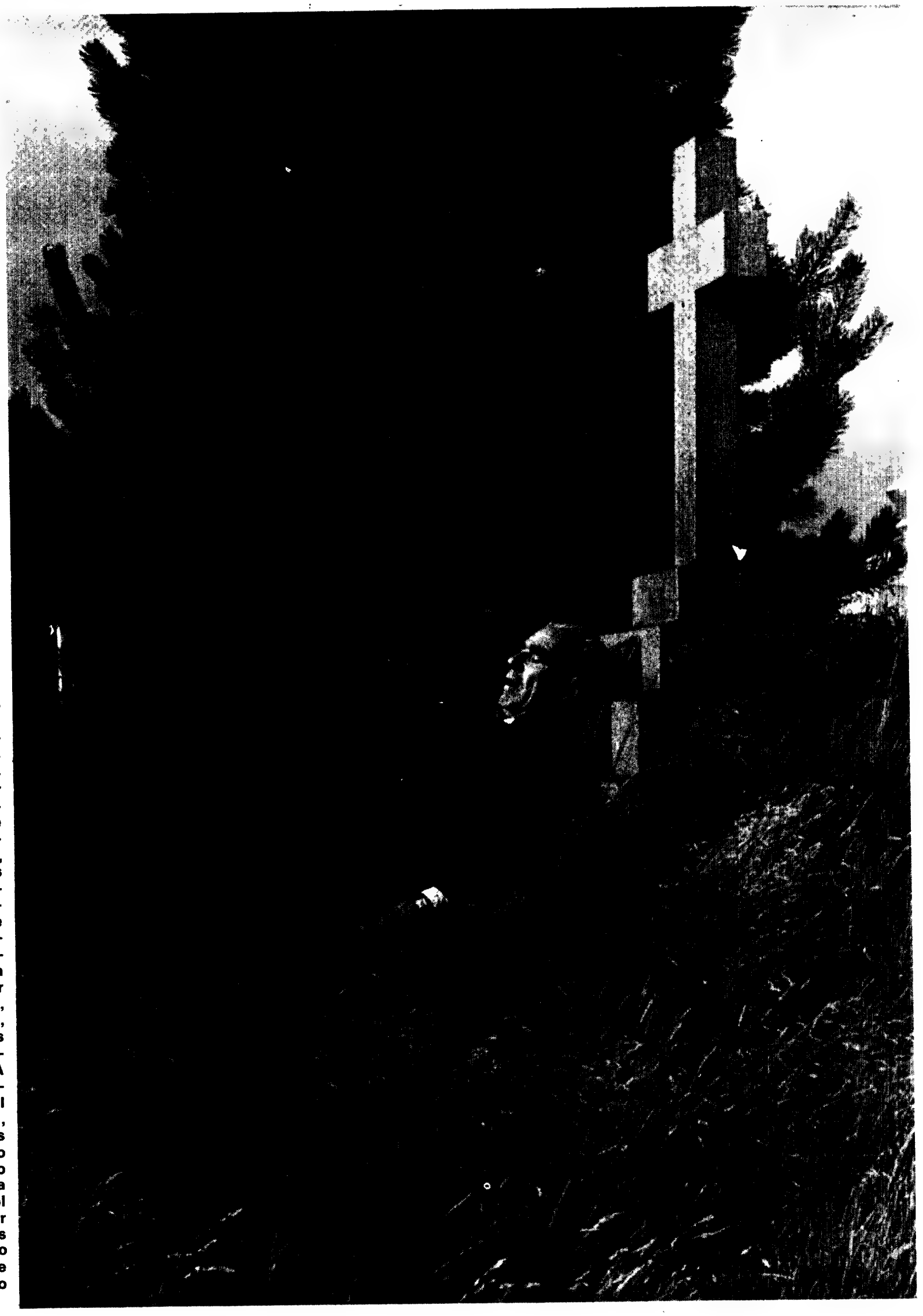
Este 7.7 destina-se a explicar ao leitor que beber com moderação não é tão bom como beber sem moderação mas é, incontestavelmente melhor para o fígado e mais económico

O nosso objectivo é iniciá-lo na nobre arte de beber contribuindo, dessa forma, para enriquecer a indústria vinhateira nacional (e escocesa, porque há, para aí, muitos traidores) que anda permanentemente em crise. Fazemo-lo de consciência tranquila por sabermos que, venha o que vier, nunca será maior do que a nossa sede.

Como não podia deixar de ser, este 7.7, que se orgulha de ser um suplemento cultural e artístico (peneiras, quem as não tem?) contém informações úteis a quem pretenda passar culturalmente os seus tempos livres

Do teatro à TV, não lhe falta nada

OS COPOS E A MORTE



Tal como o cancro, a cirrose mata A cirrose, porém, mata mais agradavelmente De acordo com as últimas estatísticas, tanto morrem os bebedores como os não bebedores, o que leva alguns cientistas a afirmar que pelo menos 98 por cento dos mortos faleceram por motivos alheios ao alcoól Nestas circunstâncias, as pessoas prudentes, a fim de minimizarem os riscos estatísticos da morte, bebem bebidas alcoólicas No decorrer da 2ª Guerra Mundial, por exemplo, mais de 90 por cento dos mortos em combate morreram devido a acções do inimigo e não por terem ingerido álcool, donde se conclui necessariamente que é mais perigoso para a saúde ser soldado do que ser bêbado. Dentre os cadáveres encontrados nos destroços de aviões caídos, apenas 0,0000 4 por cento apresentam sinais de terem ingerido bebidas alcoólicas, sinal evidente de que é mais perigoso andar de avião do que beber whisky É, certamente, por isso que há mais gente nos bares dos aeroportos do que dentro dos aviões O facto, por outro lado, dos políticos profissionais raras vezes serem alcoólicos mostra como a humanidade sofre nas mãos dos não bebedores. O álcool ao contrário do que se afirma, não faz mal nenhum a ninguém. Noé, conhecido ansião histórico, apanhou uma bebedeira monstra que o levou a ter coragem para entrar na arca Se não fosse essa bebedeira, nunca o teria feito porque sem copos, ninguém se mete numa arca a menos que o marido chegue, inesperadamente, antes do toque do despertador A humanidade deve mais a essa bebedeira de Noé do que a Kant, a Hegel e a Eanes, para ficarmos por aqui, já que falarmos de outros filósofos seria tido (por alguns puritanos) como sinal de falta de respeito Enquanto houver álcool a revolução continua Cá vamos, bebendo e rindo. O álcool é nosso (Gostaríamos de recordar mais provérbios fascistas adaptáveis ao álcool mas o redactor incumbido de escrever isto não se lembra de nenhum porque gostaria de ter estado em Caxias durante o fascismo)

A VOZ DO VINHO É A VOZ DE DEUS

ALGUNS PROVÉRBIOS POPULARES SOBRE COPOS

Copos são copos e o resto são tretas.
Mais vale um copo cheio que cinquenta vazios.
Entre o copo e a boca não metas a colher.
Quem não trabuca não bebuca.
Eu bebo para esquecer mas não me esqueço de beber.
Diz-me o que bebes e dir-te-ei quem és.
Àgua mole em estômago duro tanto faz até que fura — por isso bebe vinho.
Não há sede que não dê em fartura.
Não há vinho que não acabe nem sede que dure para sempre.
Quem não bebe por ter bebido não tem doença de perigo.
Quem tudo bebe tudo ganha.
Chama-me Tarzan e enche-me o copo.
Quem tem garrafas de vidro não atira pedras à adega do vizinho.
Copo com copo se paga.
Quem não quer ser bêbado não despeja a garrafa.
Vinho que ladra não morde.

FOTOCOPONOVELA MORALISTA

1 Isto é um copo. Quem o não sabe fica a sabê-lo

2 O facto destes dois copos estarem vazios permite-nos afirmar que não são virtuosos e, dada a posição em que se encontram, que estão em pecado mortal

3 Querem melhor prova?

4 Cá se fazem e cá se pagam: os dois copos não virtuosos que figuravam na legenda anterior acabam de ser apanhados em flagrante delito por um copo virtuoso. A virtude triunfa sempre embora o copo virtuoso fique um bocado tramado com a descoberta

5 Estes dois copos, ao contrário dos anteriores, são virtuosos. Isto, porque contêm álcool

6 A víbora daninha está, porém, sempre pronta a desmanchar os lares felizes, esta gravura mostra um copo não virtuoso a meter o bedelho na vida do casal

7 Felizmente, um amigo interferiu e dado tratar-se dum amigo cheio de cola, o casal resistiu à víbora daninha e saiu mas colado da aventura

8 Esta fotografia que nos foi fornecida pela polícia dos costumes, não tem nada a ver com esta história moralista

9 Aviso à navegação: muitas vezes as coisas começam assim e acabam mal

Pequeno dicionário copofónico

ESTAR COM OS COPOS — Estar bem disposto, alegre, saudável, feliz.
IR BEBER UM COPO — A expressão engana porque quem «vai beber um copo» vai beber o seu conteúdo e não, como a expressão leva a crer, o próprio copo. Conta-se que um francês pouco hábil no manejo da língua portuguesa, tomou a expressão à letra e bebeu um copo inteiro (o próprio copo) numa taberna do Cais do Sodré morrendo de uma doença de estômago muitos anos antes dos seus companheiros que se limitaram a beber o vinho que os copos continham. O episódio é importante porque revela que não é o vinho, mas sim o vidro, que faz mal à saúde.
COPOFONIA — A arte de bem beber, a sinfonia dos copos. A palavra tem uma raíz musical, podendo dizer-se, por exemplo, «quinta copofonia» para classificar o estado de felicidade em que se fica por volta do 5.º copo.
Os ninfomaníacos do vinho, que por mais que bebam têm sempre sede, estão permanentemente em estado de «copofonia incompleta».
COPANHEIRO — Pessoa com quem se bebe.
COPITO — Diminuitivo afectuoso usado por quem, tendo simultaneamente sede e pressa, tenciona chegar atrasado ao sítio para onde vai a fim de beber três ou quatro copos — «Vamos beber um **copito**?»
COPENHAGUE — Capital da Dinamarca. A palavra está aqui por acaso, já que não tem nada a ver com copos.
COOPERATIVA — Os vinhos das cooperativas são geralmente bons devendo os bons portugueses bebê-los quanto antes porque mais tarde ou mais cedo aumentam de preço.
COOPERANTE — Aquele que leva a casa o amigo que está com os copos.
COPULADOR — Ao contrário do que a palavra poderia levar a crer, um copulador não é, necessariamente, um homem que bebe muito.
CUPÃO — Outra palavra que não tem nada a ver com vinhos e bebidas. Isto, não obstante o facto dos antigos capitalistas viverem à custa dos seus cupãos e frequentarem bares.

PEQUENO DICIONÁRIO DE PALAVRAS COM OUTRAS RAÍZES MAS, APESAR DISSO, RELACIONADAS COM A NOBRE ARTE DE BEBER

BAR — Estabelecimento onde os membros das classes privilegiadas bebem «whisky» de Sacavém ao preço do verdadeiro. Os bares eram, antigamente, frequentados só por homens, mas lá para o princípio do século, começaram a fazer-se acompanhar de mulheres.
Actualmente as mulheres já entram sozinhas a bares, mas ou por espírito de vingança ou por qualquer outro motivo, as mulheres que entram sozinhas nos bares saem sempre acompanhadas. Há bares de várias naturezas consoante as pessoas que os frequentam. Há, por exemplo, os bares finos, os bares ordinários, os bares familiares e os bares militares. Os últimos são conhecidos pelos vips militares que os frequentam, como é o caso do «Metro e Meio» e do «Procópio». Ao «Metro e Meio» vão vários militares que não fazem barulho e, ao «Procópio», vai um único militar que faz mais barulho sózinho que trinta militares em dia de reunião de curso. De um modo geral, não recomendamos aos nossos leitores que frequentam bares porque não há sombra de dúvida de que são mal frequentados. É possível sair de um bar sem uma doença de estômago, mas é quase impossível sair sem uma doença de outra espécie. Estão na moda e podem ser frequentados sem perigo para a saúde, os seguintes bares: «Procópio», «Paródia», «Metro e Meio» e «João Sebastião Bar».
Não é «bem» frequentar bares de hotéis, embora o bar do Florida e do Tivoli tenham uma clientela certa e devota.
Os bares do Ritz e do Sheraton, sobretudo o último, foram definitivamente postos de parte pela gente «bem» e pela gente que bebe.
TABERNA — O bar dos pobres.
TASCA — Outra palavra pesada para designar o bar dos pobres.
TASCO — A palavra **tasca** ligeiramente transformada para dar um ar fino à instituição.

AS CLASSES QUE FREQUENTAM OS BARES. MANUAL PRÁTICO PARA USO DOS NÃO INICIADOS

A PEQUENA BURGUESIA — Não frequenta bares senão acidentalmente, ao entrar num julgando tratar-se de uma leitaria. Mal lhe apresentam a conta, porém, raspa-se e não volta. A regra tem, contudo, uma excepção: algumas meninas pequeno-burguesas frequentam bares acompanhadas de «amigos». Estes «amigos» são o que são. As pequenas também.
A MÉDIA BURGUESIA — Classe que frequenta bares de quando em quando, mas que evita «fazer despesas». Normalmente os membros desta classe evitam os bares que estão na moda e frequentam os restantes. Têm sido vistos, ultimamente, alguns membros desta classe em bares de hotéis. Quando jovens ou quando na fronteira máxima da juventude, isto é, quando as pomadas já não lhes escondem bem as rugas, as mulheres desta classe preferem os «snacks» frequentados por rapazes. Elas lá sabem porquê.
A GRANDE BURGUESIA — Oficialmente, foi eliminada pela revolução de 25 de Abril o que levanta o problema de se saber quem é que frequenta os bares que estão actualmente na moda. Isto, porque não há dúvida de que estão cheios. Serão os bombistas? Os Elpistas? Os negociantes de liamba? Os vendedores de diamantes? Ninguém sabe.
QUEM FREQUENTA O «PROCÓPIO»? Os procopistas. O problema é saber quem são os procopistas. À primeira vista, dir-se-ia que são todos adolescentes, embora hoje, à mistura, algumas mulheres de quem a meia idade se aproxima rapidamente e que tentam disfarçar o facto com pomadas e usando fatos semelhantes aos aprovados pelos códigos da adolescência. Nem as pomadas nem os fatos resultam. Quem são elas? Ninguém sabe, mas lá por isso também ninguém sabe onde é que aquela gente toda vai buscar o dinheiro que gasta em bebidas. Mais do que um bar, o «Procópio» é um mistério.
São vistos muito de quando em quando, no «Procópio» figuras militares ligadas ao grupo dos nove e, muito frequentemente, figuras militares que não estão ligadas ao grupo dos nove.
QUEM FREQUENTA O «METRO E MEIO»? — O «Metro e Meio» é outro mistério. Vazio ao fim do dia, está mais ou menos cheio à noite. Será gente que não tem de trabalhar de manhã? Será gente que nunca trabalha? Serão membros de comissões coordenadoras incumbidas de coordenar qualquer coisa? Serão membros de comissões de Inquérito entregues à missão de inquirir? Serão ministros sem pasta? Serão...
Ninguém sabe e ninguém tem nada que saber.
QUEM FREQUENTA A «PARÓDIA» — Os amigos do dono do bar, que são inúmeros. Trata-se de um bar pequeno onde não cabe muita gente. Por este motivo quem lá entra ou é magro ou vai servido de casa porque se for gordo não cabe na porta do WC.
QUEM FREQUENTA O «JOÃO SEBASTIÃO BAR»? — Gente pouco endinheirada que gosta de beber o seu copo sem gastar o que lhe custou a ganhar.
QUEM FREQUENTA O BAR DO TIVOLI — Estrangeiros, jornalistas estrangeiros, estrangeiras e alguns (poucos) portugueses interessados em fazer negócios com estrangeiros.
QUEM FREQUENTA O BAR DO SHERATON? — Africanistas que ainda não sabem que os hotéis são tidos por pirosos, «moças» e retornados. Reparem que a palavra «moças» está em itálico...

O TURISMO E OS BARES

Como é sabido, quanto mais não seja porque o ouvimos de meia em meia hora, Portugal precisa de turistas. Ora sem bares não há turistas e, sem turistas, não há divisas. É sabido, aliás, que ao quinto copo o turista se mostra menos renitente no que se refere a largar mão das divisas que tem na carteira.
Neste campo a vizinha Espanha foi mais longe do que nós e, antevendo a séculos de distância, que viria a ter de captar turistas, chamou à sua segunda cidade Bar Celona que, com o decorrer do tempo, se veio a chamar Barcelona. Trata-se da única cidade que conhecemos com este maravilhoso prefixo.
Portugal não precisa de ficar atrás de ninguém e, muito menos, da Espanha. Podiamos, por exemplo, fazer anteceder a palavra Almada do prefixo **bar** passando a nova cidade a chamar-se Baralmada.
Isto porque duvidamos que Guimarães, cidade de grandes pergaminhos, se queira chamar Barguimarães.

O QUE BEBER

ÁGUA — Trata-se duma substância que falta em Cabo Verde mas que não faz falta nenhuma em Lisboa. Esta substância está na base dos pântanos, estando provado que onde não há àgua não há mosquitos. Quem não quer beber mosquitos deve evitar cuidadosamente a àgua.
LARANJADA — Embora pouco procurada nos bares, já tem sido pedida ao balcão. Trata-se dum produto amarelado e adocicado que está na base de muitas diarreias infantis. Quanto mais não seja por isso, é de evitar.
CAPILÉ — Não sabemos ao certo do que seja feito este produto popular nas leitarias, mas não o recomendamos por estarmos informados de que não tem álcool.
ÀGUA TÓNICA — O organismo humano suporta uma colher de sopa deste produto quando misturado num como de gin. Não se vê, porém, que haja vantagem em beber esta mistura aquosa.
ÀGUA GASEIFICADA — Os antigos africanistas misturavam isto com o **whiskey** copiando os colonialistas ingleses da era vitoriana que tinham andado pelas Áfricas. Ninguém, com um mínimo de bom gosto, cometerá o erro de fazer esta mistura repugnate que estraga completamente o **whiskey** e que está na origem de muitas mortes ocorridas em circunstâncias misteriosas. A àgua gaseificada, muito semelhante à que se encontra em estado natural nos pântanos, não serve absolutamente para nada senão, possivelmente, para substituir a lexívia em casa.
Trata-se dum produto desconhecido na Escócia.
GINGER ALE — Bebida adocicada em que alguns metem uma casca de limão não se sabe ao certo para quê.
COCA COLA — Há, actualmente, energúmenos que bebem esta coisa com whiskey, para delícia dos barmen. Devemos dizer, em abono da verdade, que nunca vimos ninguém fazê-lo embora nos tenham apontado uma adolescente retornada que se dedicava à prática da referida aberração. Julgamos que a mistura não merece comentários.
VINHO — É de beber a todas as horas, antes, durante e depois das refeições. Há, como é sabido, duas espécies de vinho: o branco e o tinto.
O bom bebedor bebe sempre tinto porque é mais saudável já que quem bebe branco faz chichi branco e que, quem bebe tinto também faz chichi branco, facto revelador de que quem bebe tinto sempre retem qualquer coisa dentro de si.
BRANDY — Beber ou não beber brandy é uma questão de gosto. Há pessoas a quem o brandy faz mal e pessoas a quem o brandy não faz mal. De qualquer forma, trata-se duma bebida digna.
BAGAÇO — Nem todos podem beber bagaço porque o bagaço é terrível para quem sofre do fígado.
Recomenda-se, pois, a quem sofra do fígado que feche os olhos antes de beber bagaço para que o organismo não saiba o que está a fazer.
WHISKEY — O whiskey é whiskey a menos que seja de Sacavém. Mesmo o de Sacavém é bom. Do outro nem falamos...

POR QUEM OS TAMBORE

«TAMBORES NA NOITE», de Bertolt Brecht. Tradução: Maria Adélia Silva Melo e Jorge Silva Melo. Encenação: Jorge Silva Melo. Cenário e figurinos: Cristina Reis. Assistência Técnica: Paulo Cintra Gomes; Montagem: Fernando Correia. Música: António Wagner. Som: Maurício Cunha. Interpretação: Jorge Silva Melo, Raquel Maria, Zita Duarte, Orlando Costa, Márcia Breia, Alexandre Passos, Gilberto Gonçalves, Luís Miguel Cintra, Rogério Vieira, Maria Emília Correia, Luís Lima Barreto, Pedro Penilo, Augusto Figueiredo, Zé Eduardo, Jorge Nascimento, Luísa Honénio. Teatro da Cornucópia. Teatro do Bairro Alto. Setembro 1976.

Nenhuma forma de expressão artística consegue abrir-se para a história, passar do individual ao colectivo, com a força, a clareza, a transparência e a imediatividade do Teatro. No final de «Os Tambores na Noite», a principal personagem tem que fazer uma opção definitiva: ou vai juntar-se aos revoltosos espartaquistas que no Bairro dos Jornais estão a ser atacados pelas forças da Social-Democracia, ou vai para casa com a mulher que ama. Posto perante o dilema fundamental: ou a Revolução ou a Indiferença, ou o Comunismo ou o Comodismo, ou o Proletariado ou a Burguesia — o jovem confirma a sua opção de classe: vai para a cama (a indiferença que é cumplicidade; o comodismo anti-revolucionário; a burguesia que alimentaria o capitalnazismo). Os dois jovens dirigem-se pois para casa (lógico: na Alemanha dos anos 20 a mulher não opta, apesar de Rosa Luxemburgo, e Brecht não escreveu uma peça revolucionária). Agora começamos a deixar o dramaturgo para seguir o encenador: num canto do palco, um candeeiro de pé; um sofá. Ele (ou ela?) acende a luz; ouvem-se os primeiros acordes do hino nazi; uma criança corre com uma bola; o ruído de um tiro; a criança cai e a bola roda para junto dos espectadores.

Perante estas imagens, a partir destas imagens, o público está de posse do quadro da Alemanha nazi: os crimes sem perdão de Hitler começaram também em milhares de gestos — insignificantes! — como aqueles, os gestos do que se acomodam, dos que aceitam, dos que, cúmplices pelo silêncio, são afinal tão criminosos com os que são. (1).

Estamos em 1918/19. No fim da revolta de Spartacus, do nome do escravo romano que se revoltou contra o Poder dos Césares. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht vão ser assassinados pela social-democracia. A Revolução que verdadeiramente não chegara a nascer acaba no estertor dos últimos resistentes. Brecht fala-nos dessa **situação política** através da **história sentimental** de um homem que se perdeu por África durante quatro anos e encontra no seu regresso a noiva prestes a casar com outro (e, virá a sabê-lo, dela grávida). Tema aparentemente anódino, igual a tantos outros que nesse tempo e posteriormente deram peças, romances, filmes, será no entanto estilhaçado pelo olhar escalpelizador de Brecht. Tendo escrito a obra para ganhar dinheiro, como reiteradamente afirmou, Brecht, então com vinte e poucos anos, criou qualquer coisa que teria a ver com o seu projecto inicial mas avançava já em função de objectivos críticos e desmistificadores que o seu teatro viria a alcançar.

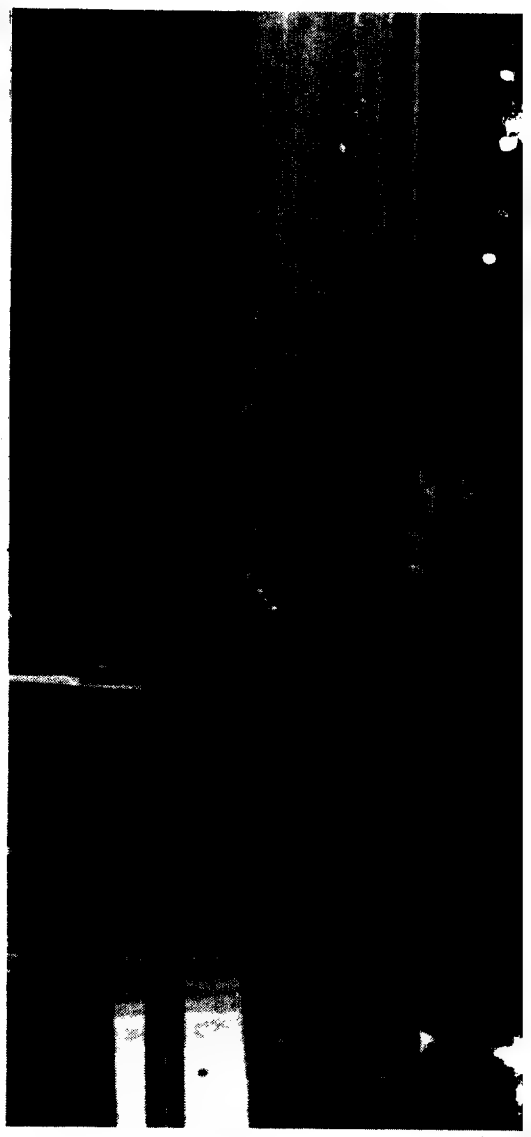
De acordo com a definição de Camille Demange (que cita), Jorge Silva Melo refere «os três planos narrativos» que coexistem em «Tambores na Noite»: **a história da revolução espartaquista, a vida de uma família de oportunistas de guerra, o destino do soldado desmobilizado** A estes planos narrativos confere o encenador tratamentos dramatúrgicos diferentes: **a comédia burguesa, o drama do regressado, o texto da alusão** A estes três quadros seria necessário, penso, acrescentar um quarto que me parece ser o nódulo fudamental da peça, talvez a sua célula inicial: a história de amor entre André Klager (Luís Miguel Cintra) e Anna Balicke (Zita Duarte). Sabíamo-lo pela leitura da peça e a encenação de J. S. M. confirma-o: «Tambores na Noite» é contraditoriamente uma peça romântica contra o romantismo. Se uma das suas chaves é a frase «Nada de olhos românticos», frase que André diz no final e que J. S. M. significativamente fez inscrever no «solo teatral» — uma das chaves do espectáculo é o olhar longo — em espaço e em tempo — que André e Anna trocam no seu primeiro reencontro. Esse olhar que é um plano cinematográfico extremamente belo — é o olhar de todas as Julietas e de todos os Romeus — tem um toque específico: o de dois seres que naquele momento adquirem a consciência da sua solidão. A solidão de um homem que regressa de África depois de anos de sofrimento e sabe que a noiva vai casar com outro, a solidão de uma mulher que ama esse homem e bele descobre essa solidão. A ironia de B. B. não atinge esta zona nem nenhum dos planos dos **amantes malditos,** que constituem um dos percursos do espectáculo — e o encenador limitou-se a acentuar a poesia (nocturna) de um texto em que a ironia crítica (a distanciação) não consegue vencer a apatia.

Tratando-se de uma interpretação pessoal, quem quiser poderá pegar por aqui nesta leitura de B. B. e sustentar que devia ter havido, por parte do encenador, um trabalho de destruição, no sentido político, dessa zona sentimental, sublinhando mais a traição política do **herói** do que a sua fidelidade amorosa. E a esse propósito poderia pegar na cena em que André desatarracha a lâmpada vermelha — que substitui o lampeão a que B. B. se refere — porque o autor levanta aí um comportamento de outro tipo: **o seu riso morre na garganta, não pode mais, titubeia, atira o tambor contra a lua que era um simples lampião-tambor e lua caem no rio onde não há água** Este gesto histérico é substituído no espectáculo por uma atitude de duplo sentido: a de um homem que sabe que a Festa cabou (a Revolução e o romantismo), a de um homem de teatro que joga o seu jogo (e não esqueçamos que a peça está cheia de jogos teatrais, que nessa mesma cena, André diz: **Tudo isto é teatro e do mais banal!**). Trata-se pois da atitude de um homem lúcido que não coincide exactamente com a personagem tal como nesse momento aparece em Brecht.

O leitor que nos está a acompanhar já se apercebeu de uma coisa que convém sublinhar antes de mais nada: a importância deste novo espectáculo do Teatro da Cornucópia. Queríamos ir um pouco mais longe e tentar discernir para nós e para o leitor algumas das razões dessa importância. O leitor sabe que um crítico de teatro, para o caso, é um espectador que prolonga as suas reflexões, tenta sistematizá-las e depois (ou ao mesmo tempo) lhes dá uma forma. É afinal neste trabalho — a que o espectador não está obrigado — que o convidamos a acompanhar-nos porque um espectáculo como este (e outros) merece uma deslocação mais lenta do que o habitual.

Um espectáculo de teatro é um intinerário: um itinerário de emoções, de (re)conhecimentos, de testemunhos, de (re)encontros, de sentimentos, de entendimentos ou desentendimentos (falamos do teatro a sério, desculpe a palavra). Em «Tambores na Noite» esse itinerário passa por vários pontos colaterais: um espaço que é preciso descobrir; um jogo de luzes e de sombras em que aquelas ficam bastante a perder (trata-se de um «espectáculo nocturno»); uma música que se ouve um pouco como se fosse noutro sítio; vozes; sirenes; um vento que estremece uma bandeira vermelha; uma paisagem pintada que representa África; personagens e histórias (isto é, actores que fingem, e fingimentos); ruídos; uma canção conhecida; água; comida; velas; máscaras, etc.

Este espectáculo, se uma única visão me permite julgá-lo, vive entre esse reconhecimento de um espaço que se vai abrindo e o teatro que as personagens se fazem porque em certas ocasiões a vida é teatro. O espaço é real, com a sua história; o teatro é o real outro. Luís Miguel Cintra, o soldado que regressa do «inferno africano», surge nas duas vezes iniciais (aquelas em que a África é ainda mais uma memória viva) como que expelido por essa paisagem. O real é essa memória viva que se inscreve na história que é o contexto em que por sua vez se inscreve a «anedota» da peça; o real outro (o teatro) é o biombo pintado e iluminado por lâmpadas de cores que o representa. Não queremos nem ~~podemos~~ fazer o ~~levantamento de~~ todos os marcos deste itinerário do **real** e do **teatral** desta peça. Veja-se, no entanto, a cena do jantar em casa dos Balicke (Raquel Maria e Jorge Silva Melo) em que intervêm, além destes, Friedrich Murk, noivo de Ana (Orlando Costa), Babush, jornalista (Alexandre Passos) e a criada (Márcia Breia), cena de uma gestualidade muito recortada em que o odioso pequeno-burguês surge nauseante, e compare-se essa cena longa com o momento culminante em que André surge à esquerda, vulto despedaçado de quem de facto perdeu a guerra enquanto cá atrás outros se aproveitaram dela, a comercializaram, a industrializaram, a exploraram. Veja-se ainda a cena do Bar Picadilly em que se usa, noutro registo, a gestualidade da pequena-burguesia enriquecida pela guerra, que B. B. ataca, e comparecesse com a descrição da história feita por uma



Uma cena da peça

personagem secundária: **o amoroso de África, aquele que tem a pele de crocodilo, esperou quatro anos e a noiva tem ainda o seu lírio Mas o outro amoroso, um homem que calça botas com botões, não a quer deixar e a noiva, que continua com o seu lírio, não sabe para que lado cair (...) A revolução no Bairro dos Jornais representa também um papel e há um segredo, que a noiva esconde, qualquer coisa que o amoroso de África não sabe, aquele que esperou quatro anos O caso está ainda bastante indeciso** Esta fala que é uma das facas aceradas de que B. B. se serve para abrir brechas através das ~~quais destila a sua~~ ironia implacável, atravessa o espaço cénico, passa por cima das personagens, quer dizer, redu-las àquilo que são: teatro. porque também já se percebeu que «Tambores na Noite» não é uma peça linear nem uma peça coesa nem talvez coerente. E, não o esqueçamos, uma peça escrita por um jovem que vive num mundo terrivelmente conturbado — a Alemanha depois da Primeira Guerra Mundial — e, ao mesmo tempo, atravessado pela mais importante revolução artística do século XX. Tudo, ou quase tudo, está em gestão: o expressionismo, que morre ou é aglutinado, o teatro político de Piscator, o teatro de «cabaret», o futurismo e o dadismo, o surrealismo, o realismo épico. Brecht parece estar no centro de tudo: infatigável e insaciável absorve todas as aragens, todos os frutos, todos os ciclos, e, como Shakespeare, transmuda-os em qualquer coisa que não será possível

S TOCAM

repetir. Nesta primeira fase da sua obra, são ainda os relâmpagos, os sonhos e os pesadelos, as pulsações violentas de um coração imenso onde cabe uma cidade, e são já os primeiros fundamentos do instrumento de leitura dos fenómenos históricos e sociais que virá a utilizar.
Foi este quadro multímodo, este tumultuar vital, esta guerra, que J. S. transportou, traduziu em termos de teatro. Foi este itinerário — repetirei: nocturno — de que vamos descobrindo as ramificações, os desvios que não levam a parte nenhuma, as ratoeiras, os atalhos que são outros tantos impasses. E a coroar tudo isto, a atravessar tudo isto como uma rosa pode atravessar o coração da noite, como Mozart no meio do tumulto, como um pássaro ferido mas livre, imagem desse combate frenético, dessa sede, dessa fome, desse amor, dessa morte, uma bandeira (vermelha), um canto (A Internacional). Tudo isso é a poesia de um espectáculo com tudo o que a palavra poesia pode carregar: o conhecimento das coisas e das pessoas por dentro das coisas e das pessoas, a gargalhada do escárneo, o grito e o sussurro que não estão lá, e estão.
Este espectáculo, como «Ah O», é, em primeiro lugar, a criação de um espaço e nisso se identifica com grande parte do grande teatro dos nossos dias (cito só dois nomes: Peter Stein e Patrice Chéreau). Para melhor se compreender o que digo basta comparar «Tambores na Noite» com «O Círculo de Giz Caucasiano»: enquanto neste, e justamente, o espectador é convidado a ler uma história — de que o cenário pintado por João Vieira serve de ilustração —, e ler uma história é já manter uma certa distância entre o espectador e o espectáculo, em «Tambores na Noite» o espectador é convidado a mergulhar numa atmosfera, a integrar-se nela. Essa atmosfera nasce num espaço que é real e ao mesmo tempo onírico, que é teatral e ao mesmo tempo naturalista. A casa burguesa dos Balicke, a comida autêntica que os comensais comem a mãe devora, devora: não só por sofreguidão mas também porque se fossemos remontar às suas origens encontraríamos gerações e gerações de esfomeados), a capacidade do pai que prefere cortar-se a fazer a barba só para poupar a luz — este quadro realista — retocado por alguns traços caricaturais — vem a desembocar na cena magnífica do bar em que as personagens libertas pelo vinho e pela festa surgem já com os traços que as definem e que as identificam com as personagens de Gorsz (por isso usam máscaras com focinhos de porco). E observe-se como estes quadros contrastam com o quadro do café de Glubb (Augusto Figueiredo) em que nos surge um proletariado que apesar de parecer marginal está pronto a seguir André para o Bairro onde estão os revoltosos. Estes vários quadros, que constituem uma das estruturas do espectáculo, conjungam-se com as cenas em que as personagens correm o espaço cénico como se este fosse uma cidade: André procura a noiva; Ana, a noiva, vai atrás de André; os pais de Ana correm por ela; André, com Maria, a prostituta (Maria Emília Correia), e os amigos dirigem-se para o Bairro dos Jornais — o espaço vibra; fora do espaço gente luta e morre. Ana, a noiva, de branco vestida está sobre um carro de transporte que outra personagem (Rogério Vieira) empurra, uma criança canta A Internacional empunhando uma bandeira vermelha, operários dirigem-se para o local de combate, Wagner ouve-se (um dos actos chama-se «Calvagada das Walquírias»), até que André diz **Nada de olhos românticos,** depois de ter dito **sou um porco e o porco regressa a casa** — sinal de que tudo vai reentrar nos eixos, e de que Hitler (Arturo Ui) já não está longe.
E também o espectador **sai da situação,** também o espectador repara que esteve **fascinado** e de repente adquire consciência de que está ao mesmo tempo perante o Teatro e perante a História (que não quer ver repetida).
Direi que me parece errada a substituição do ruído das metralhadoras e dos canhões pelo ruído das sirenes, por mais opressivo que este seja. É que as sirenes lembram em primeiro lugar ataques aéreos e ali seria necessário um ruído que falasse de outro tipo de guerra.
E direi que na economia do espectáculo o aparecimento da criança com a bola me parece fora do rigor da encenação embora concordemos que é importante para a leitura de mensagem. E direi ainda que o tempo do espectáculo me pareceu prejudicado pelo excesso de música da máquina, aliás um achado.
Como raramente acontece no nosso teatro, entendeu-se aqui o valor da voz como emissor de signos: não se trata apenas de interpretar e valorizar determinadas palavras, trata-se de exprimir através dos sons determinados significados. O trabalho de Luís Miguel Cintra é, sob esse como sob outros aspectos, prodigioso; mas é-o igualmente o trabalho de Raquel Maria: a forma como diz os lugares-comuns das suas falas, respeitando embora a verosimilhança caricatura da personagem, contém desde logo a sua própria crítica. Como todo o trabalho expressivo de Jorge Silva Melo vai no mesmo sentido (o seu jogo com o corpo continua a ser excelente). O trabalho desta equipa — agora com Maria Emília Correia, Zita Duarte e Rogério Vieira — volta a ser exemplar como estudo, entendimento e capacidade de expressão não só das personagens como das situações em que estão colocadas e evoluem.
E não perguntes por quem os tambores tocam. Eles tocam por ti.

CARLOS PORTO

(1) «Se quisermos compreender a catástrofe de 1933, é necessário conhecer os acontecimentos dos anos 1918 e 1919 na Alemanha». — Ernst Toller «Une Jeunesse en Allemagne».
P.S. — Ficamos espantados com o público «prafrentex» da estreia. Estava para Brecht como o do Monumental para o Camilo de Oliveira. Mais ou menos, claro.

caixa do PONTO

CADA COR SUA REACÇÃO

«Cada cor seu paladar», de Francisco Ribeiro, Armando Cortez e Nicolau Breyner. Música: João Vasconcelos, Thilo Krasmann e Nuno N. Fernandes. Coreografia: Marilyn Cark. Figurinos e direcção de montagem: Mário Alberto. Cenografia: Mário Alberto, Hernani Lopes, Moniz Ribeiro e Hélder Fernandes. Interpretação: Nicolau Breyner, Nina Flores, Isabel Amaro, Lourdes Lima, Vítor Mendes, Vera Mónica, Ribeirinho, Hermínia Silva, Nuno Emanuel, Albino Santos. Produção: Sérgio Azevedo. Teatro ABC 18/9/1976.

Ou uma só cor: a da reacção; um só paladar: o do anticomunismo. Ou uma só cor: a falta de profissionalismo; um só paladar: a falta de graça. É normal as revistas estrearem antes de os artistas terem os papéis na ponta da língua, Alegava-se, antigamente, que era por causa dos números que a censura cortava e era necessário substituir à última hora.
Ignoramos quais as razões que agora se alegam, o que nunca vimos foi o que se passou na estreia do ABC. Por várias vezes, os actores tiveram que passar por cima dos textos para não interromperem o espectáculo, apesar dos mais do que audíveis esforços do ponto. Nesse aspecto os casos de Ribeirinho e de Hermínia Silva foram confrangedores embora não fossem únicos.
Falta de profissionalismo, pois, do empresário que estreou uma semana antes do que devia; falta de profissionalismo dos actores que com ele se cumpliciaram.
Falta de humor; embora não pretendemos ter um paladar demasiado exigente ao que se refere aos ingredientes humorísticos, confessamos que raramente teremos visto revistas em que o humor estivesse tão arredio como neste caso. Essa falta de humor, de graça, de alegria, têm obviamente a ver com a pobreza da paleta utilizada pelos actores.
Ao contrário do que alguma gente pensa, a direita, a reacção, não tem graça nem inventiva, e como não têm razão, são obrigados a recorrer à mentira e à calúnia para argumentar. Ora, tanto a mentira como a calúnia são tristes, tristes. Aí vai um chorrilho delas: na União Soviética não há alegria; todas as manifestações artísticas que de lá vieram depois do 25 de Abril eram uma desgraça; na União Soviética não há eleições; chovem de lá os rublos para pagar a propaganda (afirmação repetida cuja gravidade não será necessário sublinhar; os *camaradas* mandam vir vacinas K.G.B.; *eles* mandam a papinha. (Devemos esclarecer que na revista não se fala em União Soviética mas apenas em Rússia e em russos. Ignorâncias...)
Em relação à censura, diz-se esta coisa peregrina: «o espírito censor *chegava a ser* antipatriótico», como se a censura não fosse em si mesma anti-Pátria. Há mais: unicidade nem sexual; esdruxuliza-se liberdade para a confundir com merda; critica-se as prisões feitas depois do 25 de Abril («limitaram-se a soltar uns para meter lá outros») o que implica o elogio da libertação dos «pides»; ataca-se Melo Antunes e o próprio Mário Soares («Mário Só Ares» — aplausos); afirma-se: «de trabalhar nunca gostei muito e para comunas ainda menos», canta-se: «foi-se o ouro todo em cravos»; repete-se que os trabalhadores portugueses não trabalham e caricatura-se de forma bastante infame a democratização das Forças Armadas e o princípio fundamental de «os soldados sempre ao lado do Povo»; garante-se que queriam substituir os versos de Camões por versos de Neto» (Agostinho), e não se deixar de glosar o tema de «as coisas nacionalizadas serem mais caras».
É este o paladar da revista. Se para cada cor seu paladar, então aqui as cores são as da reacção e os paladares sensibilizados só podem chamar-se reaccionários.
É costume numa estreia de revista procurar os números que será necessário eliminar para garantir a sua coesão. Nesta, é preciso andar à procura do que se poderá aproveitar. E é com dificuldade que se encontra: um número de Vera Mónica, razoável como texto, bom como enquadramento e interpretação (talvez o único que não é reaccionário). Vera Mónica com bons papéis poderá vir a tornar-se um caso sério da revista, para o que necessitará de se dominar e de enriquecer os seus registos de expressão corporal, de os tornar mais espontâneos. Sublinhemos ainda, e só, o trabalho do figurinista e dos cenógrafos,

Continua na p

Continuação da pág. 7

embora sem grandes rasgos de originalidade; alguns momentos de Nicolau Breyner que, aliás, é um actor que enche um palco mesmo que não esteja lá a fazer nada.
O resto é o lugar-comum: é a rapariga que Nicolau persegue e que é toda postiços; é o «Vicking» que vem do Ádóque; e as constantes referências à virilidade ou falta de virilidade masculina, que parece ser obcessiva.
Vítor Mendes limita-se, como de costume, a utilizar a sua corpolência; também como de costume, Ribeirinho passeia a sua insignificância e a sua falta de memória.
Lourdes Lima, atraiçoada pelas figuras que lhe deram, não vai lá, o que é pena. Hermínia, em má forma, tanto no que se refere à memória como à voz.
Se o leitor não perde uma revista, deixe passar uma semana antes de ir ao ABC; se costuma escolher, passe de largo.

Carlos Porto

NÚMERO DOIS É O FILME MAIS SINCERO, DESESPERADO E REVOLUCIONÁRIO DA HISTÓRIA DO CINEMA. (Jorge Leitão Ramos in «Diário de Lisboa», 6-10-76)

universal **Às 17 h. e 23 h.**

número dois
NUMERO DEUX
não é um filme de política é de cú.
não, não é um filme de cú é de política.
animatógrafo
o último filme de Jean-Luc GODARD
A CORES

Às 15 h., 19 h., e 21 h. — SALÓ — um filme de Piero Paolo (em 6.ª semana)
(Atenção: Este filme tem cenas eventualmente chocantes)

caixa do PONTO

SÃO LUÍS
(R. António Maria Cardoso, 54
T. 327172
TUDO NO JARDIM
de Edward Albee
pelo Teatro de Todos os Tempos

A «prostituição doirada» de Nova Iorque ou de como quem vê caras não vê corações ou de como quem vê fachadas não vê quartos de dormir. Uma crítica do «american way life» pelo autor de «Quem tem medo de Virgínia Woolf?»

BAIRRO ALTO
(R. Tenente Raul Cascais, 1-A, ao Rato
T. 661515)
TAMBORES NA NOITE
de Bertolt Brecht
pelo Teatro da Cornucópia

Um dos espectáculos que ficam na história do teatro em Portugal depois do 25 de Abril e a prova de que era correcta, em alguns dos seus aspectos, a política teatral antes do 25 de Novembro. Seria imperdoável deixar de apoiar este e outros grupos que estão a dar ao teatro português padrões europeus. No que, também aí, o teatro é precursor...
Para já, ver este espectáculo é mais do que uma obirgação — é um prazer.

MARIA MATOS
(Av. Frei Miguel Contreiras, 52
T. 867017)
O DIRECTOR DA ÓPERA
de Jean Anouilh
pela Cooperativa Reportório

O que dissemos em relação ao espectáculo do Teatro da Cornucópia poderíamos dizer em relação a este espectáculo — com o sinal contrário. Em resumo: não presta! É ideologicamente e esteticamente — um buraco!

TEATRO ABERTO
(Pr. de Espanha
T. 770969)
O CÍRCULO DE GIZ CAUCASIANO
de Bertolt Brecht
pelo Grupo 4

Não contente em ter feito um novo teatro — que é uma das nossas mais confortáveis e funcionais casas de espectáculos — o Grupo 4 produziu um espectáculo que é cá uma coisa... Isto já seria duplamente bonito. Mas há mais: imagine-se que o público tem corrrespondido de tal maneira que este espectáculo é, como espectáculo de qualidade, um dos maiores êxitos do teatro português de que temos memória (com excepção da revista). Por isso, as palavras que consagrámos ao Teatro da Cornucópia servem, e reforçadas, ao Grupo 4. Os poderes públicos têm a obrigação estrita de apoiar este grupo.

VASCO SANTANA
(Entrecampos
T. 768609)
FASHEN
de David Hare
Pelo Teatro-Estúdio de Lisboa

Uma peça inglesa inspirada num livro americano sobre um tema chinês. O original foi agora publicado numa nova colecção de teatro.

MONUMENTAL
(Saldanha
T. 555133)
AS COISAS QUE O PADRE FAZ
de Luiz Tegedor e José Alfayate
Um espectáculo para os fãs de Camilo de Oliveira. E só.

VARIEDADES
(Parque Mayer
T. 326037)
ISTO É QUE ME DÓI!
de Paulo Pontes

A brincar, Raul Solnado vai dizendo umas verdades, infelizmente menos duras do que seria necessário, sobre o quadro hospitalar e assistência social. Um espectáculo bastante supe-

Continua na pág. 9

PUB

ENFERMEIRAS

PRECISA O HOSPITAL DISTRITAL DE TORRES VEDRAS

À CLASSE MÉDICA

Somos especializados em BATAS profissionais
TINTURARIA GUANABARA
DEPART. DE CONFECÇÕES
Av. João XXI, 5-D—R. Infantaria 16, 55-C—LISBOA

Continuação da pág. 8

rior do que é o normal teatro de bulevar de Vasco Morgado.

LAURA ALVES
(R. da Palma, 253
T. 864756)
VAMOS TROCAR DE MULHERES?
de Luís Rego e Didi Kaminka

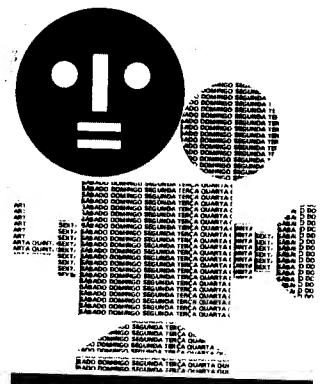
Um espectáculo para os fãs de Badaró. E só.

ABC
(Parque Mayer
T. 366745)
CADA COM SEU PALADAR
de Francisco Ribeiro, Armando Cortez e Nicolau Breyner

Isto não se faz à revista.

ADOQUE (Martim Moniz)
A GRANDE DÉGADA
de Ary dos Santos, Braga Santos, César de Oliveira, Correia Martins, Ferro Rodrigues, Francisco Nicholson, G. Preto e J. Luís Gomes.

Revista exemplar como crítica, como graça, como espectáculo.



CINE/PONTO

UM DIA DE CÃO
de Sydney Lumet
(USA-1975)
CINEMAS CALEIDOSCÓPIO E EDEN
(não acons. men. 18 a.)

Descrever a sociedade americana pelos olhos do liberalismo. Fazê-lo com a perfeição de quem sabe ser o cinema, antes do mais, um espectáculo. Fazê-lo com os limites de quem não está fora do sistema e por isso fabrica uma constatação/contestação controlada. Escamotear o essencial e fazê-lo exemplarmente. Uma amostra acabada da má consciência americana.

VIRIDIANA
de Luís Buñuel
(Espanha-México-1961)
CINEMA APOLO 70
(não acons. men. 18 a.)

Entre o religoso e o erótico, por dentro de um universo de violências, **Viridiana** é um filme que guarda da Espanha os íntimos temores. Descrição de uma classe, escalpelo das suas constantes, **Viridiana** é o escárnio lançado ao rosto de um edifício secular, a destruição do seu código de valores, um vento abrasador libertário e feroz. Um filme por sobre o qual o tempo quase não passou.

A QUEDA DO IMPÉRIO ROMANO
de Anthony Man
USA-1963)
CINEMA IMPÉRIO
(Grupo B-10 anos)

Uma produção de um senhor chamado Bronston que, em Espanha, gastou o que tinha e o que não tinha a reconstituir fabulosos cenários, a pagar a estrelas e astros e depois «deu o fora» deixando dívidas de milhões. Este filme é o protótipo da sua actividade no país vizinho e para lá do espectáculo e do gigantismo não se pode dizer que valha o dinheiro do bilhete e o tempo perdido.

O PORTEIRO DA NOITE
de Liliana Cavani
(Hália-1974)
CINEMA LONDRES
(não acons. men. 18 a.)

Liliana Cavani fala do nazismo como se isso tudo fosse do domínio do divã freudiano. Como se o interior dos homens, exteriorizado na mistica, recalcado na culpa ou captado na perversão pudesse explicar o fenómeno nazi. Como se a História se fizesse a partir de dentro. Como se não existissem condições sociais e económicas e sociais que produzissem o facto político. Como se isso tudo fosse redutível a uma estética decadentista. E não é.

CHOVE EM SANTIAGO
de Helvio Soto
(França-Bulgária- 1975)
CINEMA NIMAS
(não acons. men. 18 a.)

Um filme que diz falar do Chile mas não fala. Pelo menos não dá conta das contradições sociais que desembocaram no golpe fascista, nem do que foi, e como foi, a lenta ascensão da direita ao poder, nem dos erros da esquerda, nem de coisa nenhuma para além do espectáculo dos tanques, dos rostos miméticos do real e da emoção à flor da pele.
Um êxito de bilheteira, ao que dizem para durar.

REBECCA
de Alfred Hitchcock
(USA-1940)
CINEMA ODEON
(não acons. men. 13 a.)

A distribuição é assim. Num cinema onde dos **Decamerons** numerados aos melodramas espanhóis e argentinos se cultivou um público para o analfabetismo desemboca uma das mais importantes reposições em cartaz.
Rebecca é o primeiro Hitchcock nos Estados Unidos e um dos cumes da sua carreira. Para o que ajudaram Laurence Olivier e Joan Fontaine em larga medida.

SALÓ OU OS 120 DIAS DE SODOMA
de Pier Paolo Pasolini
(Itália-1975)
CINEMA UNIVERSAL (15, 19, 21 h)
(interdito a men. 18 a.)

Pasolini é enviado para o lugar da resistência: o Universal. Um espaço que lhe convém mas que o limita. Filme compelido a uma quase marginalidade, **Saló ou os 120 dias de Sodoma** é a mais completa condensação da raiva antiburguesa que jamais se soube fazer. Desesperado e radical, **Saló** é a apoteose de um mestre incómodo que mataram. Que matam.

NÚMERO DOIS
de Jean-Luc Godard
(França-1975)
CINEMA UNIVERSAL (17, 23h)
(interdito men. 18 a.)

Apanhar Godard sete anos depois de Maio. Depois do **Pierrot**, mas não depois da morte. Circundado de morte.
Falar da política no espaço concreto dos corpos e destes no lugar do seu enquadramento social: a família. E desta no concreto da sociedade burguesa.
Um filme materialmente incómodo, fechado o fascínio da transferência, descoberto um outro, o do risco e da sinceridade totais.

O CRIADO
de Joseph Losey
G.B.-1963)
CINEMA QUARTETO _ sala 1
(não acons. men. 18 a.)

Talvez o filme mais perturbante de Losey. Um dos melhores por isso mesmo. Uma película que não nos diz caminhos mas nos provoca: como uma situação «normal» se torna «anormal» só porque dois papéis sociais se invertem. E tudo permanece na mesma.
Dirk Bogarde num criado exemplar, um dos trunfos maiores deste filme cuidadosamente didáctico.

OS MALDITOS
de Luchino Visconti
(Itália-Alemanha Federal-1969)

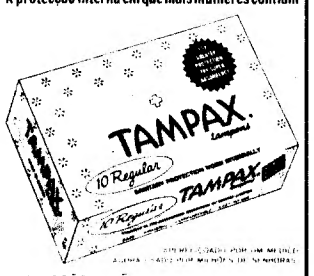
Continua na pág. 10

MANTENHA O SEU EQUILÍBRIO

A ginástica requer perícia e graça. E rigorosa concentração para manter o seu equilíbrio. Mas, algumas vezes, enquanto você pratica, necessita de uma pequena ajuda do treinador para lhe dar confiança.
Os tampões Tampax podem também dar-lhe confiança em dias em que você possa sentir-se um pouco em baixo de forma por causa do seu período. Usam-se internamente, portanto sem volumes. Você sente-se segura todo o dia e sabe que a suave protecção interna que usa tem grande poder de absorção. E o aplicador-contentor acetinado torna a aplicação segura, fácil e confortável.
Pode sentir-se em forma todos os dias do mês, porque usa o mais perfeito tampão do mundo: o tampão Tampax.

NEM CINTOS NEM ALFINETES NEM CHUMAÇOS NEM CHEIRO

A protecção interna em que mais mulheres confiam



PROTECÇÃO HIGIÉNICA PARA USO INTERNO

PEÇA UMA AMOSTRA A:
ANTONIO PACHECO AGOSTINHO, LDA.
R. RODRIGUES SAMPAIO, 15-2 - LISBOA

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO URBANISMO E CONSTRUÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA HABITAÇÃO E URBANISMO

FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO

DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROJECTOS

ANÚNCIO

CONCURSOS DE SELECÇÃO DE GABINETES OU EQUIPAS DE TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DE PROJECTOS DE EXECUÇÃO PARA CONCURSO DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES DE CARÁCTER ECONÓMICO A CONSTRUIR NA ÁREA DO PLANO INTEGRADO DE ALMADA — MONTE DA CAPARICA.

1 — PROGRAMA DOS CONCURSOS:

CONCURSO 1 —	CONTRATO 1.1 - 130 FOGOS CONTRATO 1.2 - 120 FOGOS (RENOVAÇÃO URBANA)
CONCURSO 1 —	CONTRATO 3.1 - 480 FOGOS E UNIDADES COMERCIAIS
CONCURSO 4 —	CONTRATO 4.1 - 730 FOGOS E UNIDADES COMERCIAIS CONTRATO 4.2 - 570 FOGOS E UNIDADES COMERCIAIS

2 — CARACTERÍSTICAS DOS CONCURSOS

CONCURSO 1 —	1 Fase documental para selecção de gabinete ou equipa de técnicos
CONCURSO 3 —	1 Fase documental para selecção de gabinete ou equipa de técnicos
CONCURSO 4 —	2 Fases — 1.ª fase documental para pré-selecção de concorrentes com projectos em carteira. — 2.ª fase limitada para apreciação de Plano de Pormenor. — (Estudo Preliminar) utilizando projectos da carteira pré-seleccionados na 1.ª fase.

3 — CONDIÇÕES GERAIS PARA ADMISSÃO

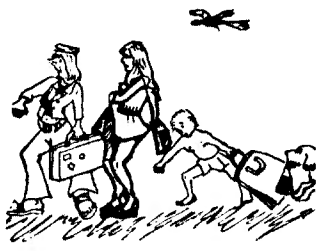
— Gabinete ou Equipa de Técnicos Nacionais ou Estrangeiros com autorização para o exercício da profissão em Portugal.
— Inscrição individual dos técnicos nos respectivos organismos profissionais.

4 — DATA, HORA LIMITE, LOCAL PARA A ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO
Até às 17 horas do dia 22 de Outubro de 1976, no Fundo de Fomento da Habitação / Secção de Expediente Técnico, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 - 2.º andar, Lisboa.
As inscrições são apresentadas separadamente por concurso.

5 — DATA, LOCAL E SEQUÊNCIA DOS ACTOS PÚBLICOS DOS CONCURSOS
No dia 25 de Outubro de 1976, no Fundo de Fomento da Habitação / Direcção dos Serviços de Projectos / Av. Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 5 8.º andar, Lisboa.
Os actos públicos terão início às 15 horas com o concurso 1 seguindo-se os actos públicos dos concursos 3 e 4.

6 — HORÁRIO, LOCAL PARA CONSULTA DOS PROCESSOS, E LEVANTAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO.
10 às 12 horas e 15 às 17 horas, no local referido em 4, de 11 a 22 do corrente mês.

PELO DIRECTOR
DOS SERVIÇOS DE PROJECTOS
Nuno Fisher Lopes Pires
Ten. Cor. de Eng.ª



SURDOS
CASA SONOTONE

Acabaram-se as férias! Todos regressámos a casa, alguns mais cansados do que quando partiram! É agora a altura de tratar dos seus ouvidos. O 1.º caminho a seguir é ir ao médico da especialidade e depois de ser indicado o uso de um aparelho de prótese, nós estamos prontos para os servir bem, mostrando-lhes as últimas novidades para correcção da surdez. Os exames são gratuitos. Prestamos assistência técnica a todos os aparelhos sejam ou não vendidos por nós de qualquer casa ou marcas. Vendemos pilhas de todas as voltagens, mercúrio e carvão. LARINGES ELECTRÓNICAS para os operados à laringe. Também somos oculistas. Ficamos muito reconhecidos pela vossa visita.

LISBOA — Poço do Borratém, 33, S/L — Telef.: 868352
PORTO — Praça da Batalha, 92-1.º — Telef.: 02-315602

O «DIÁRIO DE LISBOA» VENDE-SE NO PORTO

O «Diário de Lisboa» encontra-se à venda nas tabacarias de Leça, Matosinhos, Foz, Avenida da Boavista, Carvalhosa, Rotunda da Boavista, Carvalhido, Praça Marquês de Pombal, Rua de Costa Cabral, Constituição, Praça da República, Bonfim, Antas e na Tabacaria do Bar-Restaurante do Aeroporto em Pedras Rubras.

Continuação da pág. 9

CINEMA QUARTETO _Sala 2 (não acons. men. 18 a.)

Duas decadências inseparáveis. A de uma família aristocratico-siderúrgica e a de Visconti. De como o fascínio de uma e outra sobrelevam de uma lúcidez intensa e por isso actuante.
Os malditos fala da História e da sua representação. E dos limites, assumidos, desta representação. A luta de classes está lá mas não é o fundamental, é o fundo, a base deste ballet apocalíptico. Este filme fala também de morte.

UMA MULHER DA RUA de Martin Scorsese (USA-1972)

CINEMA QUARTETO _Sala 4 (não acons. men. 18 a.)

Um filme de um realizador célebre feito antes da celebridade. Uma produção de Roger Corman com todas as características da «casa». Um cinema breve, directo, suculento, por vezes ingénuo, sempre caloroso. Uma película legendada com os pés mas que, apesar disso, não foi destruída. Uma reposição oportuna num Quarteto apostado em repôr.

DOZE INDOMÁVEIS PATIFES de Robert Aldrich (USA-1967)

CINEMA BERNA (não acons. men. 13 a.)

A guerra. Uma violência detonadora de muitas outras. Dizê-lo num discurso que se quer amoral e concêntrico. Fechado numa retórica donde se não foge.
Um filme que pode ser tomado como militarista, apologista de todos os valores afins. Ou apenas um catálogo de violências na fronteira da morte. Por homens de morte. Actores invulgares para uma película que está em reposição há quase dois meses.

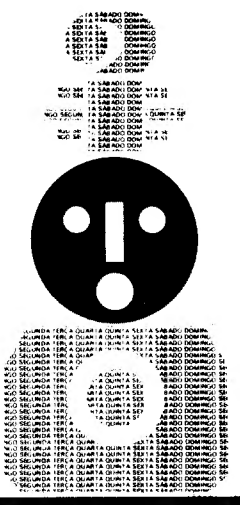
teatro do bairro alto

R. Tenente Raúl Cascais
1-A (ao Rato)
Tel. 66 15 15. 66 92 05

teatro da Cornucópia

Tambores na Noite
de Bertolt Brecht

CURTA CARREIRA
Todos os dias
às 21.30
Domingo
só às 18 horas
Descanso
às 2ª-feiras
(M/13)



PONTO, contra PONTO

COMO VAI A MÚSICA CÁ POR CASA

Chega-nos um telegrama da ANOP, com entrevistas e comentários de dois dos nossos melhores e mais conscientes músicos acerca das limitações da vida musical portuguesa e das dificuldades de intercâmbio com o estrangeiro. No essencial, têm razão Maria Regina de Vasconcelos e Carlos Franco ao sublinharem a estagnação em que permanecemos nesse domínio, apesar do 25 de Abril. Mas já será uma força expressão afirmar: «Isto é apenas um dos sintomas do desinteresse a todos os níveis a que a música é votada em Portugal».

Na verdade, se no plano das instituições oficiais a afirmação procede (com honrosas excepções, entre outras a da Direcção-Geral da Acção Cultural, a cujo trabalho, aliás, fazemos hoje referência, a propósito das **quinzenas musicais** o mesmo não pode ser dito a respeito de outros sectores. Carlos Franco e Maria Regina de Vasconcelos têm sido, de resto, entusiásticos animadores de iniciativas diversas, tendentes a desencadear em torno da música um movimento popular, capaz de ganhar para a música, no nosso país, a função social que, como manifestação superior e insubstituível de cultura, lhe cabe desempenhar.

Os músicos portugueses estão já, no entanto, suficientemente conscientes dos problemas.

Para enfrentar os mil problemas com que se debate a música em Portugal — desde o ensino à divulgação e ao intercâmbio com o estrangeiro — os músicos terão de ser ouvidos. Mais do que isso: terão de em tudo participar, permanentemente, através de estruturas de base e funcionamento democráticos.

Eis o telegrama da A.N.O.P.:

O nome de Portugal e a cultura musical portuguesa tem vindo a obter um notável destaque em Itália, através do extraordinário êxito de músicos portugueses naquele país.

A convite do «Centro de Cultura Musicale S. Pietro a Majella T. Gargiulo», músicos portugueses actuaram já em Itália em 47 concertos desde Maio de 75: o violinista Gerardo Ribeiro, o flautista Carlos Franco, os pianistas Maria Regina de Vasconcelos e Adriano Jordão, os cantores Fernando Serafim e José de Oliveira Lopes, Acácio Pestana (tompa), Álvaro Machado (fagote), M. Lopes da Cruz (oboé).

ÊXITO EM ITÁLIA

A demonstrar o êxito obtido, existem os calorosos elogios dos mais importantes críticos italianos, os convites para concertos a realizar noutros países, a proposta de uma das principais agências de concertos italianas «Propaganda Musicale» para passar a representar aqueles músicos portugueses e o interesse despertado junto do público italiano.

Entretanto, apenas um muito pálido eco acerca da actuação destes nossos compatriotas foi referido na Imprensa portuguesa.

«Mas isto é apenas um dos sintomas do desinteresse, a todos os níveis, a que a música é votada em Portugal» — afirmou a pianista Maria Regina de Vasconcelos, directora da «Juventude musical» quando, juntamente com o flautista Carlos Franco, foi entrevistada pela A.N.O.P.

«Esta oportunidade que nos surgiu de Itália nasceu baseada em conhecimentos pessoais, e foi continuada mercê da grande amizade que Franco Pezzullo, presidente do Centro de Cultura de S. Pietro e professor do Conservatório de Florença, tem por Portugal e pelos músicos portugueses. Entretanto, só para alguns destes concertos foram concedidos subsídios de viagem por determinadas entidades relacionadas com a cultura em Portugal. Ora é sabido que é prática comum em muitos países os departamentos ligados à cultura subsidiarem os seus artistas quando estes se deslocam ao estrangeiro. Aqui em Portugal, por exemplo, através dos Institutos Alemão e Italiano, ou das embaixadas temos tido muitas vezes a oportunidade de apreciar a actuação de músicos desses países, interessados em dar a conhecer a sua cultura»

«Claro — acrescentou Carlos Franco — que os adidos culturais das respectivas Embaixadas têm um papel importante a desempenhar nesse sentido. Quanto aos nossos... não consigo descortinar qual será exactamente o papel deles».

FA;TA DE APOIO EM SUBSÍDIOS

Carlos Franco é presidente da Adimus (Associação Portuguesa para a Divulgação da Música de Câmara) e faz parte do Grupo de Música Contemporânea de Lisboa. Este grupo, convidado recentemente a dar um concerto na Finlândia, não poderá corresponder a esse convite dado que, sem apoios oficiais, o custo das viagens e estadia seria incomportável.

Segundo referiram os dois entrevistados, os «cachets» atribuídos aos músicos nos países onde actuam são sempre baixos, tomando até algumas vezes um aspecto apenas simbólico.

«Estou a lembrar-me, por exemplo — recordou Maria Regina de Vasconcelos — de ter aqui actuado, há cerca de três anos, uma Orquestra de Câmara bulgara, muito boa, com um «cachet» de 20 contos. Evidentemente, esses 20 contos não chegariam nem sequer para as viagens. Mas esses artistas, essas orquestras, não deixam de se deslocar a outros países, dado que têem apoios oficiais que se traduzem também em subsídios que lhes permitem as deslocações.

Além disso, os departamentos oficiais de que dependem, em conjunto com os adidos culturais nas embaixadas, encarregam-se de preparar todo um programa e itenerário que tornem essas deslocações mais rentáveis em todos os aspectos. Assim, tudo se organiza para que vão dando concertos nas capitais e cidades mais importantes dos países por onde passam, o que torna tudo mais praticáveis do que o caso de uma deslocação de Lisboa e Helsínquia, para dar um concerto, por exemplo».

Ainda sobre a inexistência de apoio oficial às deslocações dos nossos músicos ao estrangeiro, Carlos Franco comentou a quantidade de acordos culturais que, após o 25 de Abril, foram já assinados com vários países, não tendo havido até agora no entanto, qualquer resultado prático desses mesmos acordos.

E acrescentou que «no tempo de Salazar nenhuma atenção, nem qualquer interesse a nível oficial, foram dados à música. Talvez porque, segundo ele próprio dizia, a música o deprimia. Chegou ao ponto de um dia responder a um cantor, pai de uma colega nossa, que lhe foi pedir uma bolsa de estudo para Itália, que não tinha dinheiro para dar aos que choravam, quanto mais aos que cantavam.

ESTIMULAR O INTERCÂMBIO COM O ESTRANGEIRO

Parece anedota, mas é veridico. Pois a verdade é que o regime mudou, as ideias são outras, os dirigentes são outros, mas no que respeita à música os desinteresses mantém-se quase idênticos. É certo que a Secretaria de Estado da Cultura (Direcção-Geral da Acção Cultural), tem dado que fazer aos nossos músicos, que actuam em concertos que se realizam por todo o país. Mas não chega. Esta iniciativa tem que estender-se ao estrangeiro. A experiência foi feita.»

Maria Regina de Vasconcelos, que, como director da Juventude Musical Portuguesa faz parte do Conselho Nacional da música e é ainda membro do Conselho de Administração do «Centro de Cultura Musical de S. Pietro», pronunciou-se acerca da associação musical que dirige, revelando as enormes dificuldades com que se debate a Juventude Musical Portuguesa, visto que não lhe são atribuídas quaisquer subsídios.

«Claro que, vivendo apenas do dinheiro das quotas dos sócios, é impossível á Juventude Musical Portuguesa qualquer intercâmbio, ou mesmo abrir mais cursos.

O intercâmbio entre as Juventudes Musicais não pode ser feito nem sequer a nivel nacional, quanto mais no que se refere às Juventudes de outros países. Não podemos sequer estar presentes nas reuniões internacionais nem nos congressos. O congresso deste ano foi no Canadá e não houve qualquer hipótese da J. M. P. estar lá representada. Apenas a Gulbenkian nos tem cedido as salas para os concertos e, no ano passado, deu-nos uma ajuda para o curso de aperfeiçoamento de música de câmara para sopro, ajuda que prosseguiu este ano para outros cursos. Acusam-nos por vezes de não apresentarmos artistas portugueses nos concertos da Juventude Musical. Mas a verdade é que nos é mais fácil apresentar grupos ou solistas estrangeiros que, por intermédio dos seus institutos ou das suas embaixadas nos são oferecidos de graça, ou quase de graça, do que pagar «cachets» a artistas portugueses a quem não podemos sempre pedir para tocarem gratuitamente».

A SITUAÇÃO DO ENSINO DA MÚSICA

No que se refere à música, a nível do ensino no nosso país, o panorama, segundo os dois entrevistados, continua a ser calamitoso.

«O pouquinho que se tentou fazer, logo após o 25 de Abril, caiu já em cesto roto, como se costuma dizer — afirmou Maria Regina de Vasconcelos — inclusivamente o ensino da música foi já retirado do 7.º ano de escolaridade obrigatória, a pretexto de falta de professores. Pela mesma razão, também não funcionou o ensino de música que fazia parte do programa do primeiro ano do liceu».

Lembrando que, logo após o 25 de Abril foi criada uma comissão presidida por Lopes Graça, encarregada de elaborar programas para o ensino da música a todos os níveis, Maria Regina de Vasconcelos, que secretariou essa mesma comissão, afirmou nunca se ter sabido sequer o que fora feito de tal trabalho após a sua entrega.

Lembrou ainda que, nesse mesmo ano, fora pedido à Juventude Musical que fosse às escolas tocar para as crianças.

Também essa iniciativa, que alcançou grande êxito nos estabelecimentos de ensino que abrangeu, não teve continuidade dado que as escolas não tinham dinheiro para, simplesmente, pagar os táxis onde os músicos se deslocavam com os seus instrumentos.

Na Escola António Verney, lembra-me de que havia umas 300 crianças na sala a ouvir-nos. Perguntamos quantas delas tinham já estado assim, junto dos instrumentos que levávamos. Apenas uma respondeu que já tinha vistoum piano. Aliás, em nenhum das escolas onde nos deslocámos existia um simples piano».

Ainda a propósito da falta de cultura musical do povo português, Maria Regina de Vasconcelos acrescentou:

«Não só não se ensina música, como não se dá às crianças a possibilidade de a ouvir. E para as crianças a ouvirem é preciso ir às escolas, e não esperar que elas venham aos concertos porque a esses só vem o público tradicional: aquelas famílias que sempre assistiram a concertos.

Carlos Franco, salientando que esta falta de cultura musical se reflecte no próprio desinteresse do público pela música, indicou como único responsável desta lacuna na educação dos portugueses o Ministério da Educação.

«Enquanto o ensino da música não for tão importante para os dirigentes responsáveis pelo ensino global, como é por exemplo a Matemática ou o Inglês, o povo português continuará a ser analfabeto neste aspecto. Claro que não é suspendendo a disciplina de música nas escolas que se consegue que haja mais professores. Aliás, foi feita há tempos uma proposta pela então comissão nacional de música no sentido de esse óbice ser ultrapassado mas, tal como a outras propostas neste campo, não foi dada atenção. É claro que este estado de coisas se reflecte também na própria existência de músicos. Estamos reduzidos ao indivíduo que, por coincidência, tem na família uma pessoa que gosta de música e quer que ele aprenda música, ou ao filho ou sobrinho de músico, por exemplo. É evidente que nesse número há uma percentagem de indivíduos que acabam por ser músicos, mas há também outros que de profissionais só têm o nome. Há tão poucos que quase ninguém pode ser desperdiçado. Entretanto, se toda a criança tivesse acesso ao ensino da música desde a instrução primária, já uma selecção poderia ser então feita de uma forma mais real.»

O PAPEL DO CONSERVATÓRIO NACIONAL

E avançando na sua crítica:

«Quem vai para o Conservatório aprender música? são as crianças cujos pais querem que aprendam música, sem sequer saberem se têm talento, se têm sequer possibilidades ou não. O Conservatório deveria ser uma cúpula. Deveria ser frequentado apenas pelo indivíduo que, desde a instrução primária, mostrasse que tinha qualidades para a música e queria seguir a carreira. Não posso admitir que ao Conservatório Nacional, que é a Escola Superior de Música, possa ter acesso qualquer um que queira aprender música só para saber como se toca num instrumento, ou para ter umas noções de teoria musical. O Conservatório deveria ser uma Escola Superior para profissionais.»

No entanto, apesar de todos os condicionalismos existentes em Portugal no campo da música, artistas portugueses obtêm em Itália um êxito que, muitos deles, no seu próprio país não conseguiram.

E, com esse êxito, o nome de Portugal e dos músicos portugueses foi referido com entusiasmo naquele país.

«Esperemos que este nosso êxito contribua também para desvanecer o desalento que muitas vezes assalta aqueles profissionais, que, no nosso país, não encontram perspectivas de seguir a carreira — disse-nos Carlos Franco. O óptimo resultado desta experiência deverá levar os departamentos, ligados à cultura, a pensarem, enfim, em dar oportunidade a que os músicos portugueses possam deslocar-se a outros países. Isto, além de os estimular em vez de lhes permitir apenas a estagnação, será uma excelente propaganda para o nosso país.»

Entretanto, foi entregue ao secretário de Estado da Cultura uma proposta enviada pelo «Centro de Cultura Musical de S. Pietro» no sentido de ser feito um acordo permanente que garanta anualmente 20 concertos a músicos portugueses em Itália, sendo garantidos em Portugal, por sua vez, 12 concertos a músicos italianos. — (ANOP)

a PONTO e virgula

UMA CARTA DE ANTÓNIO MODESTO NAVARRO

Do escritor António Modesto Navarro recebemos a carta que a seguir se transcreve. Esta carta chegou à nossa redacção há mais de duas semanas. Circunstâncias de vária ordem impediram-nos de publicá-la na semana passada. A carta, na íntegra:

«No sábado passado, dia 11 de Setembro, o crítico literário do suplemento «Sete Ponto Sete» dedicou alguma atenção ao meu último livro «Gravar a Aliança Povo-MFA» — Vida ou Morte no Distrito de Viseu».

Gostaria de ajudar a esclarecer o que está por detrás daquilo que ele entende por o preço elevado do livro. Assim, apesar de os três primeiros pontos não terem pesado à partida, temos:

1 — Para recolher o material de «Vida ou Morte no Distrito de Viseu» tive de viajar duas vezes à Beira Alta, passando lá algum tempo, não tanto como seria necessário. Isso acarretou despesas (alojamento, material fotográfico e de gravação, etc.)

2 — Gastei bastante dinheiro com a tiragem das gravações (tive de pagar ajudas) e a dactilografia.

3 — Desde Dezembro de 1975 até Julho de 1976 ocupei os tempos livres com este trabalho valendo-me ainda de apoios que não foram pagos.

4 — Para o material entrar na impressão, a editora teve que fazer um adiantamento à tipografia, para o papel, devido a mais um aumento de preço deste.

5 — Quando o livro foi entregue verificou que, segundo as contas habituais das editoras, o preço de venda teria de ser de 217$00, isto para assegurar algum lucro. Porém, tendo em conta a exorbitância (em abstracto) ficou pelos 200$00.

6 — Claro que é um preço exagerado, como seria 130$00 ou 150$00, para a bolsa de quem mais interessado poderia estar no livro. Mas então não é uma realidade entre nós o crescente bloqueio à liberdade de expressão pela via económica (fazer jornais, livros, revistas, etc., é cada vez mais monopólio do capitalismo), dizendo-se já que o papel vai aumentar de novo? O privilégio fascista-capitalista (e ainda partidário, pela via do actual Governo) da Comunicação Social, reimplantado quase totalmente em nome da defesa das «liberdades» e do «pluralismo», não é de denunciar profundamente?

Quando se denunciará também o estrangulamento das pequenas editoras de esquerda, neste momento ajudado pela recusa da Banca em apoiar as suas actividades?

Quando se falará claramente de direitos de autor, recebidos a prestações de 100$00 ou 2000$00 por mês, e quando calha, exactamente por causa dos custos de produção e da má venda, agora agravada pelo amorfismo político e cultural, cada vez mais reimplantado no nosso país?

Ainda voltando ao meu livro, gostaria de dizer que ele não tem «duzentas e tal páginas», como se dizia no suplemento, mas sim 359, o que é, aliás, aspecto de somenos importância.

Resta-me acrescentar (com orgulho) que não se pode chamar à Prelo Editora, empresa puramente comercial, exploradora, etc. Quando ela arrisca centenas de contos na edição de um livro que não é propriamente de fadas, nem de sexo, nem de escândalo, está a seguir uma linha de trabalho que incomodou francamente o regime fascista e naturalmente até é capaz de incomodar os que hoje tudo fazem para nos tirar aquilo por que sempre lutámos: a liberdade de expressão, por exemplo, e pela via mais eficiente — a económica.

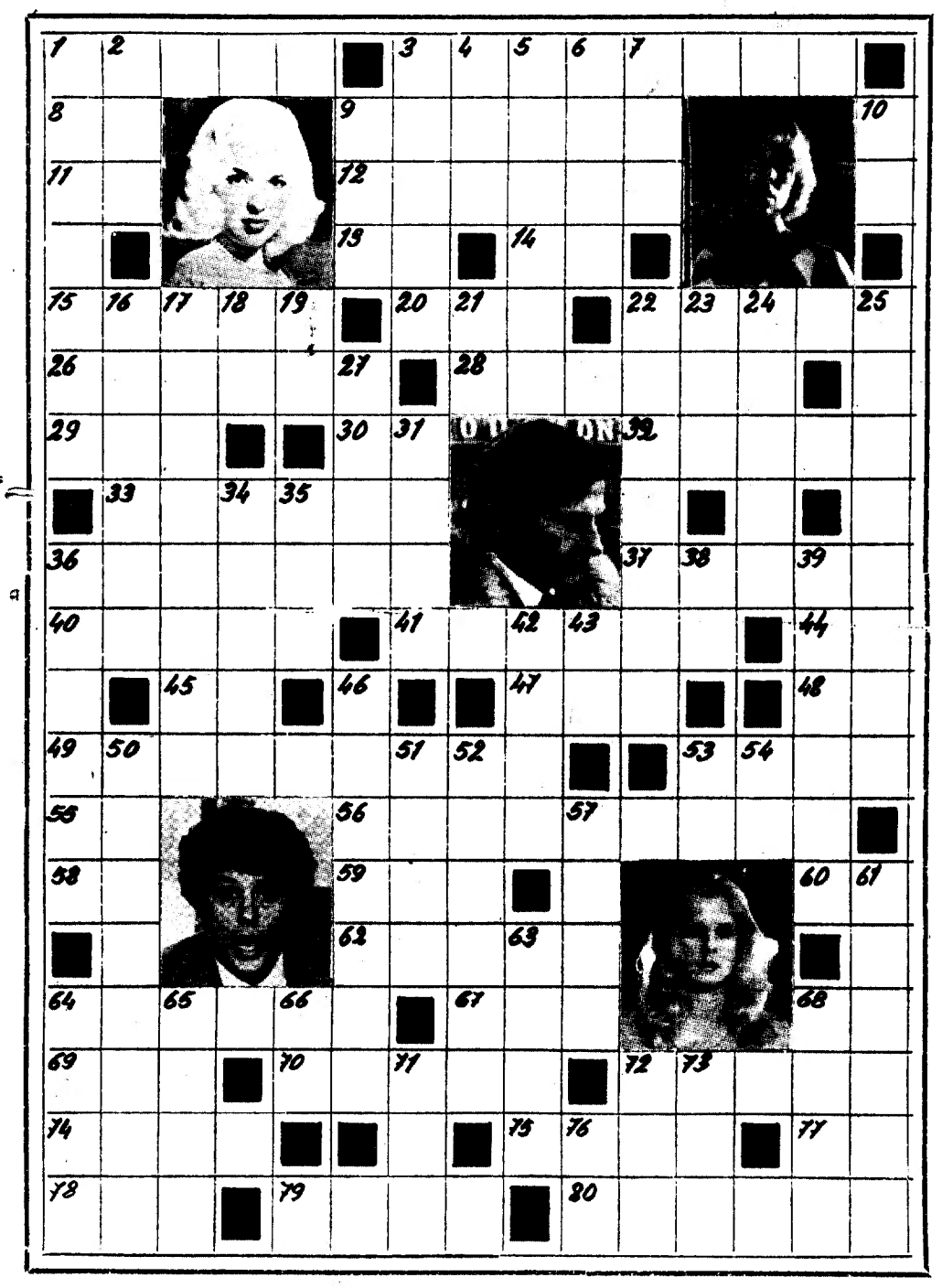
O LIVRO

Uma leitura do livro de Navarro permite uma referência menos em abstracto do que a referência que lhe foi feita há algumas semanas nestas colunas. Ele reúne textos testemunhais e documentais relativos a uma experiência vivida no norte do distrito de Viseu no Verão de 75 — «quando ia já muito avançada a campanha reaccionária contra o MFA e a 5.ª Divisão do EMGFA», como diz o autor a abrir uma breve nota de introdução e imediatamente antes de inculpar «dirigentes socialistas» e o PPD por isso. Logo o primeiro texto fala-nos do ataque incendiário à sede do PCP na cidade de Viseu. Depois a experiência colhida desloca-se para o norte do distrito (concelho de Semancelhe) e podemos ler, aí, algumas interessantes peças de reportagem-verdade (por isto entendendo a recolha integral das falas dos deponentes nos seus depoimentos), com ligeiras interferências do autor. O mesmo se passa quando os locais de recolha são os concelhos de S. Pedro do Sul, Castro Daire, Cinfães. O livro completa-se com alguns números sobre o distrito, retirados de um trabalho de Blasco Hugo Fernandes. Parece desnecessário apontar para o interesse que o livro pode merecer aos leitores interessados sempre em livros deste teor. Deve-se no entanto reparar no investimento de trabalho que a confecção de um livro assim sempre implica — e leia-se a carta do autor que acima se transcreve. Poder-se-ia aqui dizer mais alguma coisa: por exemplo, que é a segunda experiência assim (tipo reportagem-verdade) que o autor faz e não se vê ainda (nós não vemos ainda) claramente o alcance que esta forma de trabalhar pode ter (até porque não temos entre nós e à mão nenhum termo de comparação bastante seguro). O primeiro trabalho assim que o autor faz data somente do ano passado: «Perspectivas de Libertação do Nordeste Transmontano». Não resistindo à tentação para comparar os dois, sem dúvida é o segundo aquele que revela melhor domínio de meios e recursos por parte do autor; em relação ao livro do ano passado, por exemplo, o deste ano — Navarro teve o cuidado de não incluir nele senão o fundamental (em «Perspectivas de Libertação» havia textos supérfluos de «encher»; em «Vida ou Morte» tal não acontece). Por último: na bibliografia do autor, é este o décimo primeiro título e no curto prazo de menos de dez anos de actividade. Navarro insistiu muito na ficção: está agora mais inclinado para este ou outro tipo de experiência (s) que é o jornalismo?

JOSUÉ DA SILVA

Josué da Silva: nas montras, desde há dias, «Os 3 Dias do Diabo». O que é? «Narrativas», diz o subtítulo. Falamos do que nos aconteceu na nossa leitura. O primeiro capítulo — a primeira «narrativa», vamos lá — lê-se com avidez. A segunda é logo uma surpresa: um poema (?), vejam lá. A terceira, voltamos a lê-la avidamente. Com as duas seguintes passa-se o mesmo, mas, a partir daí, já é uma coisa bem diferente o que se passa: leitura penosa, forçada, ansiosa por separar-se do texto que se lhe propõe. Então, chegar ao fim sem deixar muitas páginas em branco, só por obrigação. Nem tanto, deve dizer-se: há ainda num capítulo, digamos, uma «narrativa» ainda à altura das primeiras páginas: «O Canhão». É isso o bastante para reconciliar-nos com o livro? — Josué da Silva escreve ainda um posfácio ou aquilo a que ele chama «Nota para um posfácio coerente». Na contracapa diz-se que este posfácio é um «texto polémico e inconformista» e que ele «completa, de maneira inequívoca», o *quadro real* entretecido pelo autor». Este «quadro real entretecido pelo autor» refere-se aos acontecimentos do 25 de Novembro». Da contracapa, ainda: «Josué da Silva, ciente dos direitos que lhe assistem, como escritor e como homem, decidiu oferecer ao leitor atento esta primeira perspectiva de esquerda (em livro) sobre o 25 de Novembro. Uma perspectiva que nos permite verificar como a verdade é, muitas vezes, escamoteada ao serviço de «causas» que estão muito longe de serem as causas do nosso povo. Livro de intervenção corajosa — assevera ainda a contracapa —, «Os 3 Dias do Diabo» apela à nossa consciência colectiva e permite uma visão mais correcta sobre os acontecimentos daquela data». É o nono título na bibliografia do autor que (caso idêntico ao de Navarro) antes e desde 59 (quando se estreara) experimentou na ficção realizar-se (leia-se: fazer alguma coisa) como escritor. Antes destes «Três Dias», dois livros-documentos. Na emergência deste tempo relativamente mais livre que nos está a ser dado viver.

L. M. R.



palavras cruzadas

HORIZONTAIS:

1/3, Realizador de reconhecido talento filma «O Inquilino» com Isabelle Adjani; 8, Sufixo que designa estado; 9, Pegara; 11, Apelido; 12, Queridos; 13, Abreviatura que se usa em música; 14, Género de palmeiras do Brasil; 15/22, O sedutor n.º 1 do cinema francês roda o filme policial «O Gang»; 20, Rio de França; 26, Tomais rumo ou direcção; 28, O mesmo que latim; 29, Arara; 30, O mesmo que uma (ant e pop); 32, Dormir (falando-se de crianças); 33, Acontecimentos comoventes (fig); 36, Desperdiçara; 37, Afie; 40, Guarneceis de asas; 41/64, Obteve grande sucesso recentemente no Palais des Congrès e voltou a reaparecer no pequeno écran, no programa «Rendez-vous du Dimanche»; 44, Ébrio (s.q.); 45, Oferece; 47, Seguias; 48, Duas consoantes desiguais; 49, Tornaram morno; 53, Glóbulo; 55, Quinto filho de Jacob; 56, Rejuvenesceram; 58, Osmio (s.q); 59, Esteiro; 60, Átomo; 62, Tostam; 67, Fecha as asas para descer mais depressa; 68, Aragem; 69, Cólera; 70, Bafio; 72/79, Foi lançada em 1955 para ser a Marilyn Monroe inglesa; 74, Dança popular portuguesa; 75, Tornar oco; 77, Distar; 78, Três vogais iguais; 80, Amolga.

VERTICAIS:

1, Murmura (fig); 2, Agora; 3, Vaidade; 4, Olé; 5, Manhoso; 6, Lavrou; 7, Em as; 9, Segundo Filho de Noé e pai de Canaã; 10, Vossa Alteza; 16/25, Pisou o palco do D. Maria II com 9 anos e é chamada a menina bonita do nosso teatro; 17, Acorrentado; 18, Papagaio da Amazónia; 19, Níquel (s. q); 21, Distar; 22, Bailais; 23, Eial; 24, Comprida; 27, Transpirar; 31, Membros de aves; 34, Transferir para outro dia; 35, Espaço de trinta dias; 36, Estacionado; 38, Pata; 39, Reveste; 42, Lama; 43, Fútil; 46, Ordinário; 50, Mastigaria sem engolir; 51, Monarcas; 52, Achato; 53, Grama; 54, Nome que os Egípcios davam ao Sol; 57, Leito; 61, Sacara; 63, Freguesia do concelho de Barcelos; 64, Grito de aplauso; 65, Invulgar; 66, Prefixo que designa afastamento: 68, Erva-doce; 71, Pátria; 72, Médico dinamarquês que recebeu o Prémio Nobel da Medicina em 1943; 73, Tempo do verbo ir; 76, Chefe supremo em certos países da Ásia.

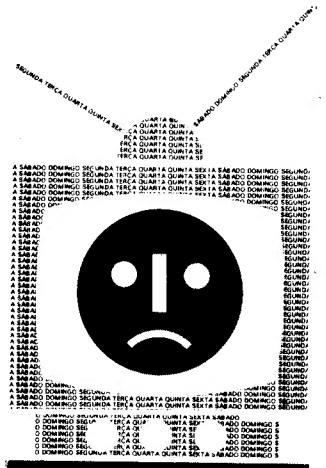
SOLUÇÃO

HORIZONTAIS:

1/3, ROMAN POLANSKI; 8, Or; 9, Colara; 11, Sa; 12, Amados; 13, Op; 14, Iú; 15/22, ALAIN DELON; 20, Ain; 26, Rumais; 28, Romano; 29, Ara; 30, Ua; 32, Nanar; 33, Dramas; 36, Perdera; 37, Apure; 40, Asais; 41/64, SYLVIE VARTAN; 44, Er; 45, Dá; 47, Ias; 48, Ct; 49, Amornaram; 53, Grão; 55, Dá; 56, Remoçaram; 58, Os; 59, Ria; 60, At; 62, Assam; 67, Sia; 68, Ar; 69, Ira; 70, Bolor; 72/79, DIANA DORS; 74, Vira; 75, Ocar; 77, Ir; 78, AAA; 80, Amassa.

VERTICAIS:

1, Rosna; 2, Ora; 3, Pompa; 4, Olá; 5, Ladino; 6, Arou; 7, Nas; 9, Cão; 10, VA; 16/25, LURDES NORBERTO; 17, Amarrado; 18, Ia; 19, Ni; 21, Ir; 22, Dançais; 23, Enal 24, Longa; 27, Suar; 31, Ases; 34, Adiar; 35, Mês; 36, Parado; 38, Pé; 39, Recama; 42, Limo; 43, Va; 46, Parrano; 50, Mascaria; 51, Reis; 52, Amasso; 53, Gr; 54, Ra; 57, Cama; 61, Tirara; 63, Aito; 64, Viva; 65, Rara; 66, Ab; 68, Anis; 71, Lar; 72, Dam; 73, Irá; 76, Ca.



TV/PONTO

SÁBADO, 9

15.45 **«Janozik»**, um filme duma série polaca. Pessoalmente, não lhe vemos ponta por onde se lhe pegue mas, como se trata dum filme polaco, calamos a boca e engolímo-lo não vá alguém dizer que não somos progressistas...
16.40 **Estúdio velho**, gente nova. Questão de idades. Apostamos que vai ser difícil distinguir o estúdio velho da gente nova.
17.10 **Botas das sete léguas**
17.45 Cinema de animação. Uma reportagem feita numa livraria de Lisboa jóvens que lá se encontravam «por acaso».
18.10 Quinteto «A Truta»
19.10 **Espaço 1999**
20.15 Cartaz TV
20.30 Telejornal
21.00 Suplemento do Telejornal
21.15 Momento político. Um programa dedicado ao que se pretende que esteja em causa num dado momento. Raras vezes o assunto escolhido coincide com o que está, realmente, em causa.
21.30 «O Candidato» de Prista Monteiro, com Rui de Carvalho, Hermínia Tojal, Josefina Silva, Varela Silva, Vítor de Sousa e Isabel Leal. Porque é de Prista Monteiro é de ver.
22.00 Tatoo militar de Edimburgo. Uma chumbada escocesa produzida para aumentar a exportação de «whisky» escocês. Quem vê a fitinha não tem outro remédio que não seja recorrer ao dito para sobreviver.
23.10 Telejornal. Depois do tatoo, sabe a mel, mesmo que não haja notícias.

2.º CANAL

Atendendo a que o primeiro canal é tão interessante, o segundo canal é considerado inútil e, como tal, não vai para o ar.

DOMINGO, 10

1.º CANAL

12.00 Abertura e missa dominical
12.40 O corpo humano. Para quem não sabe o que é e para que serve o corpo humano, este programa é utilíssimo.
13.10 **O homem e a terra**
13.30 Desenhos animados. Por pior que sejam (e são sempre aceitáveis)sempre anima a gente.
14.00 Telejornal. Para quem está a almoçar, é um óptimo pretexto para mandar calar as criancinhas. Além disso tem notícias.
14.10 Retrospectiva. Um programa retrospectivador dedicado aos retrospectivos. Se é retrospectivo, não o perca.
14.30 **Mar limitado.** A julgar pelo nome, deve ser um programa sobre o mar da Palha.
15.00 A canção da Noruega. Uma realização de Andrew Stone com Edward Robinson, Florence Henderson e (para que alguém tenha um nome norueguês) Torah Maurstad.
16.30 **Haja Saúde**
17.00 **Cabeça, tronco e membros.** Um concurso que não é concurso para que toda a gente se sinta bem e ninguém fique triste por saber menos do que os outros.
17.45 **Danças e Cantares de Torredeita.** Um programa do Porto.
18.45 **Miguel Strogoff.** Um filme baseado na célebre obra de Júlio Verne.
19.45 **TV Rural.** Sousa Veloso em acção algures numa vacaria, num estábulo ou num campo.
19.45 **Biografia.**
20.15 **Assembleia da República**
20.30 **Telejornal**
21.00 Telefutebol
21.30 **O gesto é tudo.** Um concurso deveras notável.
22.30 **Clayhanger**
23.30 **Telejornal.**

SEGUNDA, 11

1.º CANAL

18.30 Abertura e «Abre-te Sésamo. Série infantil ultratécnica feita com o auxílio de psicólogos, professores e outras individualidades ligadas ao mundo da criança.
19.00 **História à vista**
19.30 **Tropicália.** Não sabemos o que seja, mas deve ser péssimo.
20.00 **Teledesporto.** Magazine de tudo o que aconteceu de importante no mundo do desporto durante a semana.
20.30 **Telejornal.**
21.00 **Melomania.** Um programa do dr. Freitas Branco.
21.30 **Um auto de Gil Vicente.** Trata-se da conhecida peça de Almeida Garrett numa realização de Rui Ferrão. Participam na efeméride, João Rodrigo, Luísa Salgueiro, Vítor de Sousa, Luís Cerqueira, Henrique Santos, Maria Alexandra, David Silva, Clarisse Bello, Luísa Horta, Benjamim Falcão, Rodolfo Neves, Luís Alberto, Maria Alberta e Luís Filipe.
23.15 **Telejornal.**

2.º CANAL

Porque o I Programa continua fascinante o 2.º continua fora de acção. Trata-se duma política televisiva pluralista que tem por objectivo dar mais opções aos telespectadores.

TERÇA, 12

1.º CANAL

18.30 **Abertura e «Heidi»**
19.30 **«Peço a Palavra»** — Miniassembleia de crianças que discutem os seus problemas.
20.00 **Fila T.** Magazine teatral que substitui o do Igrejas Caeiro.
20.30 **Telejornal**
21.00 **Momento Político**
21.15 **In the hequinning.** Um programa inglês que não sabemos o que seja mas que até pode ser bom.
22.10 **Detective aristocrata.** Uma série nova que não promete
23.00 **Fátima.** Transmissão das cerimónias religiosas de Fátima.
23.15 **Telejornal.**

QUARTA, 13

I CANAL

10.00 **Abertura e Fátima**
13.00 **Fecho.** Depois de três horas de Fátima, o fecho será bem-vindo...
18.30 **Abre-te Sésamo**
19.00 **Espaço arte**
19.30 **Ligeiríssimo.** Um magazine semanal de música ligeira e de espectáculos. Vamos a ver se colide com o outro...
19.50 **Totobola**
20.00 **Formas de Ver.**
20.30 **Telejornal**

21.00 **Programa militar**
21.30 **O Novato**
22.50 **Telejornal**
23.00 **Fecho da emissão**

QUINTA, 14

18.30 **Abertura e bonecos.**
19.00 **Inglês a sorrir.** Um programa em que se ensina a falar inglês «dinamicamente».
19.30 **O Conde de Monte Cristo.** Alexandre Dumas volta a entreter o público amador de romances aventurosos e complicados.
20.00 **«Cientificamente»**
20.30 **Ninguém.** O segundo espisódio baseado no Frei Luís de Sousa
21.30 **Direcção e Informação**
23.15 Telejornal.
23.20 **Fecho da emissão.**

2.º CANAL

A situação mantém-se. Dado que o I Programa é cada vez mais interessante e variado, admite-se que o segundo canal fique fechado para sempre.

SEXTA, 15

18.30 **Abre-te Sésamo**
19.00 **Janela Grande**
19.30 **Lamiré**
20.00 **Momento Desportivo**
20.30 **Telejornal**
21.00 **O Sentido das Formas.** A arte como linguagem. Não sabemos o que seja mas o tema — sem ironia — é aliciante. Oxalá o filme também o seja.
21.30 **Green Windows a preto e branco**
22.00 **Ana Karenina**
23.15 **Telejornal.**
23.10 **Fecho**

estude!
GANHE
MAIS DINHEIRO!

CURSOS POR CORRESPONDÊNCIA
Desde 1947
Recorte o cupão e envie-o
HOJE MESMO
(indique um só curso)

CURSOS EM PORTUGUÊS

Rádio, Electrónica, TV
Desenho e Pintura
Relações Públicas
Secretariado
Electricidade
Fotografia
Inglês
Cultura Geral
Corte e Costura
Vendas/Marketing

CURSOS EM ESPANHOL

Técnico de Automóveis
Mecânico de Automóveis * Motores Diesel
Electricidade do Automóvel * Maquinaria Agrícola
Mecânico de Aviação * Mecânico de Helicópteros
Piloto Desportivo e Comercial
Ajudante de Laboratório Químico
Auxiliar de Farmácia * Técnico de Plásticos
Desenhador Mecânico * Desenhador Projectista
Desenhador de Construção de Obras
Desenhador de Carpintaria e Marcenaria
Canalizador e Saneamento * Construtor de Obras
Formação de Pais * Educação Sexual * Publicidade

Peço o envio do livreto sobre o curso de
GRÁTIS
.....
Nome .....
Morada .....
Localidade .....
DL/12

cec Álvaro Torrão * Rádio Escola
Rua Fernão Lopes, 8 (ao Saldanha) Lisboa 1 - Tel. 53 67 52